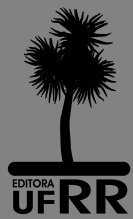


COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

MISÉRIA DA DIPLOMACIA

A destruição da inteligência no Itamaraty

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA



EDITORA UFRR

MISÉRIA DA DIPLOMACIA

A destruição da inteligência no Itamaraty

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

Reitor:
Jefferson Fernandes do Nascimento

Vice-Reitor:
Américo Alves de Lyra Júnior

Pró-Reitora de Ensino e Graduação:
Lucianne Braga Oliveira Vilarinho

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Edlauva Oliveira dos Santos
Cássio Sanguini Sérgio
Guido Nunes Lopes
Gustavo Vargas Cohen
Lourival Novais Neto
Luís Felipe Paes de Almeida
Marisa Barbosa Araújo Luna
Rileuda de Sena Rebouças
Silvana Túlio Fortes
Teresa Cristina Evangelista dos Anjos
Wagner da Silva Dias

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av . Cap . Ene Garcez, 2413, Aeroporto - CEP .: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone:+55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



Volume 42

MISÉRIA DA DIPLOMACIA

A destruição da inteligência no Itamaraty

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

BOA VISTA/RR
2019

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão:
Carmen Lícia Palazzo

Capa:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

A 447m ALMEIDA, Paulo Roberto de.

Miséria da diplomacia: a destruição da inteligência no Itamaraty. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, 165 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 42. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-85-8288-201-6 (livro impresso)
ISBN: 978-85-8288-202-3 (livro eletrônico)

1- Brasil. 2 - Diplomacia. 3 – Itamaraty. 4 – Política Externa.
I - Título. II - Almeida, Paulo Roberto de. III - Série

CDU – 327(81)

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas da comunicação social e das políticas públicas.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *praxis*, seja na comunicação social, seja nas políticas públicas, e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais *lato sensu* por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

Uma cegueira persistente – o sentimento de uma superioridade ilusória – mantém a ideia de que todos os países de grande extensão existentes em nosso planeta devem seguir um desenvolvimento que os levará ao estado dos sistemas ocidentais atuais, teoricamente os melhores, praticamente os mais atrativos; que todos os demais mundos estão apenas impedidos temporariamente – por causa de governantes malvados ou por graves desordens internas, ou por barbárie e incompreensão – de se lançar na via da democracia ocidental, com partidos múltiplos, e de adotar o modo de vida ocidental. E cada país é julgado segundo seu grau de avanço nessa via. Mas, na verdade, esta concepção nasceu da incompreensão pelo Ocidente sobre a essência dos demais mundos, que são abusivamente medidos segundo o padrão ocidental. O cenário real do desenvolvimento em nosso planeta tem pouco a ver com isso.

Alexandre Soljenitsyn, discurso na 327ª.
formatura na Universidade de Harvard, junho de 1978.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | Onde está a política externa do Brasil? 13

CAPÍTULO 1 | Miséria da diplomacia, ou sistema de contradições filosóficas 23

CAPÍTULO 2 | O Ocidente e seus salvadores: um debate de ideias 39

CAPÍTULO 3 | O marxismo cultural: um útil espantalho? 57

CAPÍTULO 4 | A destruição da inteligência no Itamaraty: dialética da obscuridade 73

CAPÍTULO 5 | O globalismo e seus descontentes: notas de um contrarianista 99

CAPÍTULO 6 | A revolução cultural na diplomacia brasileira: um exercício demolidor 119

ÚLTIMAS PALAVRAS | Por que sou um contrarianista? 135

SOBRE O AUTOR | 145

Este livro é dedicado a Carmen Lícia Palazzo, companheira exemplar de toda uma vida e de todas as nossas jornadas, plenas de viagens, de aventuras e de muitas leituras, com todo o meu amor...

Também a Pedro Paulo e Maira, e aos nossos netos queridos, Gabriel, Rafael e Yasmin, que encantam doravante nossas jornadas de felicidade, com a promessa de novas aventuras, de viagens, de mais leituras, com todo o nosso amor.

Paulo Roberto de Almeida

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Onde está a política externa do Brasil?

Este meu livro pode ser lido na sequência de dois outros anteriores sobre o mesmo tema: a diplomacia brasileira (tenho alguns outros, no meio, não exatamente neste mesmo campo): *Nunca Antes na Diplomacia…: a política externa brasileira em tempos não convencionais* (Curitiba: Appris, 2014; e-book: 2016) e *Contra a corrente: Ensaios contrarianistas sobre as relações internacionais do Brasil, 2014-2018* (Curitiba: Appris, 2019). Com uma peculiaridade, porém: como esse último, este tampouco teria vindo à luz, se não fosse pelo fato singelo, mas que pode ocorrer em carreiras hierarquizadas e disciplinadas como a diplomática, de eu ter sido exonerado, no Carnaval deste ano, do cargo que ocupei no Itamaraty, entre 3 de agosto de 2016 e 4 de março último, como diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) do Itamaraty.

Como revelado na seção conclusiva desta obra, "Por que sou um contrarianista?", tenho essa característica de manter uma atitude que eu chamo de "ceticismo sadio" desde a minha já longínqua adolescência, quando comecei a contestar aquilo que Gustave Flaubert, no *Dictionnaire des Idées Reçues*, chamava de verdades de senso comum. Sempre fui um contestador das verdades aparentes, até conseguir comprová-las por meio de um estudo mais inquisitivo, de evidências empíricas, de uma pesquisa sobre os seus fundamentos, raízes e derivações. Daí, também, essa outra característica que sempre mantive, desde essa época: o ato de anotar todas as leituras de estudo, de encher cadernos e mais cadernos de notas com resenhas, resumos de palestras, projetos de trabalho e tudo o mais que se apresentasse de intelectualmente interessante ou apetitoso.

Ainda conservo a maior parte desses cadernos – alguns perdidos em viagens, ou esquecidos em livrarias –, nos últimos anos, ou décadas, substituídos por registros eletrônicos em meu computador, que, no entanto, não substituem os dois Moleskines de bolso que sempre carrego

comigo, um médio, para o paletó, outro menor, no bolso da camisa. Praticamente todos os meus livros brotaram dessas notas meticulosamente rabiscadas nesses cadernos ou cadernetas, inclusive a tese de doutoramento, que exigiu vários cadernos – cada um para cada assunto – e muitos outros livros espalhados pela mesa e pelo chão.

Mas, justamente pelo fato de ser um contrarianista, eu posso expressar certas opiniões e argumentos que se chocam com certas verdades de senso comum, ou opiniões de superiores hierárquicos. Pois foi justamente o que ocorreu recentemente, e que motivou a publicação destes dois livros mais recentes. Estava eu tranquilamente trabalhando no IPRI – uma espécie de *think tank* da diplomacia brasileira, mas com pouco *think* e nenhum *tank* –, quando fui surpreendido pela minha exoneração, decidida em pleno Carnaval pelo chanceler do governo Bolsonaro pelo simples motivo que eu resolvi ser contrarianista em relação às ideias de senso comum, mas absolutamente bizarras, que ele vinha expressando desde antes de ser designado – por obra e graça de um guru da Virgínia – para o cargo máximo da diplomacia brasileira.

Eu já esperava ser substituído naquele cargo, por notória incompatibilidade com a política externa que se anunciava desde meados de 2018, mas não esperava que tal ato se efetivasse de maneira tão rápida e tão abrupta. O fato é que essa exoneração me aliviou enormemente: eu me sentiria muito desconfortável em servir uma administração que, tanto quanto a diplomacia do lulopetismo, eu já julgava, antes mesmo do seu início, que seria nefasta do ponto de vista dos bons padrões sempre preservados pelo corpo profissional do Itamaraty. Esse selo de qualidade vem sendo atualmente conspurcado pela intromissão de amadores ou lunáticos, que trouxeram temas e posturas absolutamente desprovidos de sentido para a política externa, como o surrealismo do antiglobalismo, a novidade do anticlimatismo, um estranho anticomercialismo, a luta contra a ideologia de gênero e várias outras bobagens.

Já paralisado desde o início do governo por uma ordem tão estúpida quanto obscurantista – a de não empreender nenhuma atividade no IPRI, até que as "altas chefias" decidissem o que eu poderia ou não fazer, como se eu fosse apenas um executor de ordens superiores –, tive algum tempo, nas semanas anteriores ao Carnaval, para reunir alguns

textos que repousavam em meu computador desde a publicação daquele primeiro, o Nunca antes na diplomacia, publicado em 2014. Os escritos cobriam os dois anos finais do lulopetismo diplomático e os dois seguintes, do governo de transição, uma transição para algo que ainda não sabíamos, exatamente, como seria. Os textos estavam todos reunidos, mas eu não sabia, com precisão, se iria publicar em seguida, tanto que a compilação sequer tinha título.

Pois, foi surpreendido pela exoneração intempestiva, que resolvi achar um título e publicar rapidamente esse livro, que de toda forma se estendia unicamente até o final de 2018, sem sequer tocar na nova administração, que eu já imaginava tempestuosa. O título definido, de forma algo provocadora, foi esse: Contra a Corrente: ensaios contrarianistas..., o que reflete exatamente meu ceticismo sadio e meu espírito levemente provocador em relação às verdades estabelecidas.

O presente livro sequer deveria existir, pois eu normalmente preparo muitas notas, faço reflexões, formulo um primeiro esquema e só depois me decido a empreender uma nova obra. Esta aqui traz, portanto, as marcas da rapidez, mas não do improviso. Desde meados de 2018, ao ler absolutamente de tudo – como digo sempre, da extrema esquerda à extrema direita, com muita bobagem pelo caminho –, eu já estava tomando notas sobre alguns dos absurdos que vão aqui comentados, mas não pretendia publicar nada de muito crítico antes de considerar que era chegada a hora, talvez no meio do mandato, salvo acidente de percurso. Os absurdos, primeiro os conceituais, depois os práticos, foram se acumulando, mas eu procurei guardar as peças analíticas para o futuro, contentando-me em reportar matérias de imprensa e trabalhos de terceiros. Alguma provocação pode ter ocorrido, quando eu reagi a bobagens desmesuradas do sofista da Virgínia – o patrono, repito, do chanceler designado – e me referi também a "fundamentalistas trumpistas" (o que estava dirigida ao assessor da Presidência em temas internacionais, mas o chanceler tomou a carapuça para si). O simples fato de ter reproduzido em meu blog, na madrugada do domingo de Carnaval, 3 de março, uma conferência do embaixador Rubens Ricupero especialmente crítica em relação à política externa, mais um artigo do ex-chanceler, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente Fernando Henrique

Cardoso, seguidos de uma resposta do próprio chanceler, tecendo ásperas críticas a ambos, então que abateu-se a fúria do Olimpo: zás, no Carnaval...

Depois que fiquei livre das arbitrariedades dos novos mandarins – como a de proibir-me de trabalhar, e a de pretender censurar *ex-post* materiais do governo passado, o que eles deliberadamente fizeram – decidi reunir minhas observações eletrônicas e de cadernos e publicar este livro, que adota um outro título provocativo, mas que remete à minha herança de marxista cultural, quando na juventude eu lia toda a literatura hoje condenada pelos novos donos do pensamento único. Marx, em seu primeiro exílio, em Paris, escreveu uma réplica ao livro de Proudhon, *Philosophie de la Misère*, a quem ele chamou de "socialista utópico".

Este meu Miséria da Diplomacia se dirige ao diplomata utópico que ocupa hoje a cadeira de Rio Branco – um realista objetivo –, mas não só a ele: considero que o chanceler se situa no terceiro escalão da cadeia alimentar da diplomacia brasileira, uma vez que ele ali se encontra apenas por ser um fiel servidor de certas "teses" – se este termo nobre se aplica – disseminadas naquele espectro difuso que já se convencionou chamar de olavo-bolsonarismo. Essa alcunha, sem qualquer respaldo em qualquer escola "filosófica", cobre um amálgama insosso de posturas dúbias e opções francamente risíveis, tendo em conta não apenas os padrões tradicionais com que sempre trabalhou a diplomacia profissional, mas os interesses nacionais tão simplesmente.

*

Venho agora ao título deste prefácio: onde está a política externa do Brasil? Confesso que não sei. Nas horas e dias seguintes à minha exoneração do cargo de diretor do IPRI, vários jornalistas quiseram saber os motivos da demissão e a minha opinião sobre a política externa do Itamaraty. Tive de perguntar a eles: vocês conhecem alguma? Digam-me qual é, para que eu possa avaliar. Passados três meses, desde então, já existem algumas luzes, onde antes só havia frases em latim, grego e alemão, nenhuma muito esclarecedora sobre a política externa enquanto tal. Essas poucas luzes resultam apenas da necessidade de fazer ou falar

algumas coisas, em função da agenda externa, não que tenhamos tido uma exposição clara, abrangente, sobre quais são, ou deveriam ser, as prioridades da política externa – além de lutar contra o marxismo cultural e a ideologia de gênero – em relação aos grandes itens da agenda internacional, dos compromissos regionais ou das oportunidades bilaterais.

O fato é que nunca, repito, *nunca*, nos foi oferecida uma apresentação abrangente, sistemática, completa, de qual seria a estratégia internacional do Brasil, quais as prioridades regionais e multilaterais, como pretendemos organizar a abertura econômica e a liberalização comercial, o que fazer com o Mercosul, como resolver os desafios da inserção global do país nos grandes circuitos da economia mundial, as relações com os vizinhos e todo o resto. Recapitulando: o discurso de inauguração do presidente apresentou poucas diretivas, apenas a da "política externa sem ideologia" e um comércio exterior idem. Já o discurso de posse do chanceler foi do grego ao latim, e até ao tupi-guarani, para dizer que tínhamos sido muito subservientes com o marxismo cultural e que cabia "libertar o Itamaraty" de todas as nefastas influências que subsistiam – descobrimos depois – desde os tempos do Barão do Rio Branco. Entre Tarcísio Meira e Raul Seixas, aprendemos que temos de nos desvencilhar da "ordem global", e até fomos confrontados a algo vergonhoso para nós, diplomatas: a notícia de que a política externa "estava presa fora do Brasil".

Aparentemente, o chanceler acidental ainda não conseguiu desvencilhá-la dos inimigos externos e trazê-la de volta ao país, pois ele continua insistindo no tal de marxismo cultural, o que foi mais um motivo para este meu retorno a Marx. Mas o fato é que, desde então, aguardamos uma manifestação mais concreta sobre qual seria essa política externa até aqui desconhecida de meus colegas diplomatas e dos brasileiros. O que tivemos, de modo altamente diáfano, foram eflúvios bizarros contra o globalismo, sustentados naquelas teorias conspiratórias do guru da Virgínia, que parece ter sido um grande eleitor do atual governo e que continua dando as cartas em certas áreas. Todo o resto foram recuos e tergiversações. Base militar americana no Brasil, como se anunciou no primeiro dia do governo? De forma nenhuma, alertaram os

militares! Mudança da embaixada em Israel para Jerusalém? Alto lá, gritaram os agricultores e exportadores de carne *halal* para países islâmicos! Denúncia do Acordo de Paris? Mas os ecologistas e os próprios empresários já disseram que ele é até positivo para o Brasil e não implica em nenhuma renúncia de soberania. E onde está a China "maoísta" que representaria, supostamente, uma ameaça para nossa soberania? Essa China já não existe há mais de 40 anos: os chineses só querem importar matérias primas, exportar manufaturados, assegurar a sua segurança alimentar e energética, coisas que o Brasil pode fazer muito bem (com mais investimentos... chineses). Alinhar-se a Trump para "salvar o Ocidente"? Qual é o maluco que acredita numa coisa dessas?

O tema mais relevante das relações regionais, a terrível crise na Venezuela, recebeu num primeiro momento um tratamento pouco diplomático: primeiro a recusa de qualquer diálogo com o governo ditatorial; depois a "instrução" dada a nossos diplomatas em Caracas de que eles deveriam reportar-se unicamente a Guaidó, não a Maduro, quando aquele não tem qualquer controle sobre os mais modestos mecanismos administrativos do país; em seguida, a ruptura de quaisquer relações militares com os bolivarianos, o que justamente irritou nossos militares e levantou os alarmes ao seio do núcleo mais racional do atual governo. As inconsistências nessa área foram tantas que logo instalou-se um "cordão sanitário" em torno do chanceler para impedi-lo de fazer aquilo que está expressamente proibido pela Constituição: imiscuir-se nos assuntos internos de outros países, como planejado com a adesão ao plano americano de forçar a introdução de ajuda humanitária em território venezuelano. Foi preciso que o vice-presidente Mourão se tornasse o chefe da delegação brasileira na reunião do Grupo de Lima de Bogotá para impedir mais algum gesto tresloucado do chanceler: apoiar alguma aventura militar contra o nefando regime chavista-madurista.

Volto a perguntar: onde está a política externa do Brasil? Nos ridículos destemperos olavistas contra o globalismo? Na luta contra o marxismo cultural? Numa aliança com todos os regimes direitistas e xenófobos da Europa e com Trump? Na denúncia do Pacto Global das Migrações, quando o Brasil justamente possui dez ou vinte vezes mais

emigrantes do que imigrantes e esse instrumento não afeta em nada nossa soberania? Um desses tresloucados chegou até a dizer nos EUA que os brasileiros apoiam a construção do muro que Trump continua insistindo em erigir na fronteira com o México!

O que pretende, exatamente, o chanceler? Ele começou subvertendo toda a hierarquia do Itamaraty, colocando "coronéis" dando ordens a "generais", ou seja, ministros de segunda classe comandando embaixadores mais experientes, Depois impôs uma reforma autoritária, feita secretamente no bunker do governo de transição, inclusive por amadores externos, e alterou significativamente estruturas mais racionais, ainda que extensas, da administração anterior. Os EUA constituem agora um departamento exclusivo, mas a Europa encontra-se relegada à vala comum da África e do Oriente Médio, já que ela seria um "vazio cultural", segundo um artigo surrealista publicado nos *Cadernos de Política Exterior* do IPRI, que eu dirigia até ser exonerado. Mas, e como fica a recomendação de ler menos o *New York Times*? Certas pessoas não se pejam do ridículo...

Sobre a minha exoneração, não há muito mais a ser dito. Permito-me apenas registrar que o chanceler atual pretendeu negar-me a mesma liberdade de opinião que ele teve, na gestão Aloysio Nunes, e que ainda tem, para alimentar seu blog com vituperações direitistas, quando ele nada tinha feito nos 13 anos da hegemonia companheira, durante os quais eu não tive nenhum cargo na Secretaria de Estado, fazendo da biblioteca do Itamaraty o meu escritório de trabalho, Foi num destempero que decidiu punir-me no direito de alimentar um blog com materiais que, aliás, são veiculados nos próprios clippings de notícias da Casa. Fui exonerado do IPRI, mas sigo sendo funcionário do Estado, agora humildemente lotado na Divisão do Arquivo do Itamaraty.

Cabe talvez um aviso aos que pretendem cercear-me a liberdade de opinar e de debater ideias e posturas da diplomacia brasileira. A despeito de várias punições funcionais, por publicar artigos que eu sempre entendi adequados à minha condição de diplomata e de acadêmico, creio ter adquirido o direito de dissentir das verdades reveladas. Depois do meu livro de 2014 – *Nunca Antes na Diplomacia* – e do seguinte, poucos meses atrás – *Contra a Corrente: ensaios*

contrarianistas..., 2014-2018 –, este *Miséria da Diplomacia* pretende, como todos os outros, deixar registro de minhas reflexões sobre um método, o da diplomacia, e sobre um conteúdo, o da política externa.

O tempo que agora passarei na Divisão do Arquivo me permitirá consultar velhos maços de documentos históricos, em vista de mais um livro sobre a fase republicana da diplomacia econômica do Brasil, na primeira metade do século XX, até Bretton Woods. Mas não deixarei de acumular também material sobre o tempo presente, a história imediata, tantos são os desafios para, primeiro entender, depois interpretar a diplomacia miserável que estão obrigando os diplomatas profissionais a executar.

Esses novos materiais ficam reservados para um próximo livro, que não sei quando virá. Tudo depende das circunstâncias e do estado da nossa diplomacia...

Brasília, 4 de julho de 2019

Paulo Roberto de Almeida

Doutor em Ciências Sociais. Mestre em
Economia Internacional. Diplomata

Nota: Todas as opiniões aqui expressas são da inteira responsabilidade deste autor, não coincidindo necessariamente com as posições do órgão público cujos quadros o autor integra nem de qualquer outro órgão do governo brasileiro.

CAPÍTULO 1

Miséria da diplomacia, ou
sistema de contradições filosóficas

NO REINO DAS CONTRADIÇÕES FILOSÓFICAS

Em outubro de 1843, depois de lutar por mais de dois anos contra a censura prussiana ao jornal com o qual colaborava, *Rheinische Zeitung* – que tinha cessado de circular poucos meses antes –, Marx decide se estabelecer em Paris, para dar início, com outros hegelianos de esquerda, a um novo periódico, os *Anais Franco-Alemães*: um único número foi publicado em 1844. Marx se dedica então à leitura de várias obras sobre a revolução francesa e sobre a economia política, assim como à redação de diversos ensaios que marcam sua ruptura com a filosofia hegeliana e com a economia política "burguesa". Na capital francesa, aquele que iria colocar, segundo suas pretensões, a dialética hegeliana assentada "sobre seus próprios pés", em lugar da cabeça, tomou conhecimento, pela primeira vez, das principais obras do socialismo francês, que complementariam seus estudos de economia política inglesa e o seu conhecimento da filosofia alemã, para conformar uma nova teoria social, combinando a dialética de Hegel ao que começou a chamar de materialismo histórico.

Em Paris, conheceu o socialista Pierre Joseph Proudhon, que era, então, um dos maiores teóricos dessa nova ideologia, o socialismo, e a quem Marx ministra algumas aulas sobre a dialética hegeliana, pois o francês não lia em alemão; Marx já conhecia a sua obra *Qu'est-ce que la propriété?*, publicada em 1840. Bakunin também participava dessas conversas noturnas e Engels aparecia de tempos em tempos, vindo de Manchester, onde ele tinha terminado de redigir a sua análise sobre *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. No começo de 1845, sob pressão do governo da Prússia, o ministro do interior francês, Guizot, ordena a expulsão de vários alemães que colaboravam com jornais de oposição publicados em Paris. Marx se instala em Bruxelas, retoma seus estudos de economia política; é na capital do jovem reino belga que ele se declara materialista, redigindo primeiro suas famosas *Teses sobre Feuerbach (1845)*; sua nova postura crítica será depois consagrada na obra *A Ideologia Alemã*, escrita com Engels no ano seguinte; por falta de editores, ela ficou entregue à "crítica roedora dos ratos", como Marx ironizou anos depois.

De Bruxelas, Marx contata Proudhon, para propor-lhe participação numa associação de correspondência socialista, mas o francês reluta, em vista do que classificou como sendo o "dogmatismo econômico" de Marx. Tendo recebido no final de 1846 as provas de uma nova obra de Proudhon, *Système des Contradictions*, que receberá logo em seguida o subtítulo de *Philosophie de la Misère*, Marx se dedica imediatamente a redigir uma crítica virulenta a esse livro. Agastado com o que lhe pareceu serem equívocos conceituais do filósofo francês – a quem acusou de ser "la contradiction fait homme" –, Marx escreveu em poucas semanas, diretamente em francês, uma resposta às incongruências daquele a quem passou a chamar de "socialista utópico": *La Misère de la Philosophie*. Essa obra não foi entregue à "crítica roedora dos ratos", mas tampouco teve o sucesso esperado de crítica, a despeito de ter sido publicada em meados de 1847, simultaneamente em Paris e Bruxelas. Marx não poupou Proudhon de críticas ferinas e de ironias depreciativas, o que se revela desde a introdução de sua réplica, assinada em 15 de julho de 1847:

> M. Proudhon tem a infelicidade de ser praticamente desconhecido na Europa. Na França, ele tem o direito de ser um mau economista, porque passa por um bom filósofo alemão. Na Alemanha, ele tem o direito de ser mau filósofo, porque passa por um economista francês dos mais fortes. Nós, em nossa qualidade de alemão e ao mesmo tempo economista, quisemos protestar contra esse duplo engano. (*Misère de la Philosophie: réponse à la Philosophie de la Misère de M. Proudhon*, in: Karl Marx, Œuvres, Économie – I; éd. Maximilien Rubel, La Pléiade; Paris: Gallimard, 1965)

Marx acusa Proudhon de empurrar a abstração aos seus últimos limites, esforçando-se, do seu lado, em demonstrar que, no mundo real, as relações de produção e de consumo se desenvolvem de maneira muito diversa. O filósofo francês não trata, segundo o teórico alemão, da

história como uma sucessão de eventos na *ordem do tempo*, mas como uma simples *sucessão de ideias*, imitando grosseiramente Hegel. Ao tratar, aqui, da diplomacia e da política externa do Brasil, tal como realmente existentes ao longo de décadas de reflexões e aperfeiçoamentos contínuos por parte de um corpo profissional reconhecidamente de qualidade, não pretendemos discutir apenas ideias abstratas, e sim o movimento real das posturas adotadas pelo Brasil desde a conformação do Estado brasileiro no século XIX.

Nesse sentido, o título escolhido para representar estas novas reflexões, *Miséria da Diplomacia*, possui uma dupla pretensão por parte deste autor: marxista em meus estudos juvenis, liberal na maturidade das reflexões feitas ao longo de uma dupla carreira no serviço exterior do Brasil e na docência universitária, esta obra de crítica "dialética" a certas posturas da política externa brasileira se destinava a cobrir, em primeiro lugar, a "diplomacia da miséria", que foi aquela promovida desde o início do novo século e continuada por quase três lustros; mas a mesma designação parece se aplicar à diplomacia dos dias que correm. Não que a diplomacia posta em ação, primeiro por companheiros de esquerda, depois por companheiros de uma coisa chamada "nova direita", tenha de ser considerada utópica, ainda que esta última talvez merecesse essa designação, tais são as "contradições teóricas", as inconsistências conceituais e os equívocos práticos que ela apresenta aos olhos de observadores dialéticos.

Ambas diplomacias, antes a dos companheiros do partido hegemônico da esquerda, agora a sua continuidade contraditória na dos novos representantes de uma direita que sequer possui fundamentos doutrinais ou sólidas justificativas teóricas, apresentam diversos equívocos conceituais e numerosos problemas de implementação. A nova diplomacia, como diria Marx da obra de Proudhon, se apresenta como uma "contradição em si mesma", tantas são as aporias filosóficas e os paradoxos práticos que ela exibe, assim como já são inúmeras as bizarrices de orientação, em vários quadrantes da diplomacia e em diferentes vertentes da política externa. Mais um pouco se teria de pedir conselho a Lênin, que no panfleto de 1902 *O que fazer?* já criticava as

táticas confusas do partido socialdemocrata russo, como sendo constituídas de um passo adiante e dois para trás.

O fato é que, desde a designação do novo chanceler, o corpo profissional do Itamaraty e o corpo diplomático estrangeiro, tanto quanto os observadores externos, foram apresentados a um conjunto de expressões "originais", de crenças "inovadoras" e de orientações políticas pouco usuais nos procedimentos e na linguagem tradicional da Casa de Rio Branco que não condizem em nada com o que se acreditava fosse uma diplomacia consensual, isenta de intromissões religiosas, desprovida de desvios políticos e de preconceitos ideológicos, que se pensava estarem completamente afastados do exercício prático da diplomacia no Brasil. As contradições se tornaram tão flagrantes que, pela primeira vez em sua história, a nova política externa e a nova diplomacia do Itamaraty passaram a ser objetos contínuos de editoriais e de matérias especiais em todos os grandes jornais brasileiros e também nos veículos mais conhecidos na mídia internacional. As perguntas mais frequentes, de redatores surpresos, eram: "o que é que está acontecendo com a política externa do Brasil, o que se passa no Itamaraty?" Estas reflexões foram justamente elaboradas para tentar responder a algumas dessas questões. Mas, antes que me acusem de "marxista cultural", vou tratar concretamente do "sistema de contradições" da diplomacia corrente. Começarei pela forma de designação do chanceler escolhido, para depois estender-me sobre questões de personalidade e, por fim, ainda que preliminarmente, sobre algumas das posturas adotadas até o momento.

QUANTO À FORMA DE DESIGNAÇÃO DO CHANCELER

Tratou-se de algo jamais visto nos anais da diplomacia brasileira, e totalmente à margem dos procedimentos habituais de seleção de quadros profissionais para cargos ministeriais, normalmente seguidos historicamente nos diversos governos brasileiros, independente de que seja para o Itamaraty ou qualquer outra função de assessoria direta do presidente da República. Normalmente, candidatos a cargos desse nível

são escolhidos entre pessoas com certo reconhecimento público quanto às suas competências profissionais, sua experiência na área, numa seleção que leva em conta prestígio e currículo mais ou menos consagrado na área específica. No caso do chanceler, se poderia esperar algum diplomata sênior, ou personalidade da vida política, acadêmica ou de altas funções na burocracia pública, mas com notório conhecimento das relações internacionais do Brasil.

Assim foram todas as designações de chanceleres desde a Revolução de 1930 em diante, sendo que no Império e na República Velha, os chanceleres eram geralmente escolhidos, com poucas exceções (entre elas a de alguns poucos diplomatas), entre parlamentares da ativa. A partir da era Vargas, também se manteve a designação de chanceleres a partir dos parlamentares da base do governo, mas sob o regime militar e nos governos do PT, eles foram geralmente escolhidos entre os próprios diplomatas de carreira, eventualmente à falta de personalidades da vida pública com plena capacitação na área das relações internacionais. Nos governos seguintes, ocorreu uma alternância de designações.

No caso do chanceler designado, aparentemente o presidente eleito não tinha nenhum conhecimento prévio sobre o candidato escolhido pelos seus promotores imediatos, e em diversas ocasiões apenas referiu-se à sua preferência por um quadro de carreira, sem, no entanto, estar referindo-se a alguém especificamente. Ao que parece, desde vários meses antes, essa candidatura vinha sendo trabalhada deliberadamente, e parece ter sido construída a partir de relações pessoais – provavelmente desenvolvidas de modo deliberado, com essa intenção – exclusivamente entre o sofista Olavo de Carvalho e alguns de seus seguidores mais fieis, entre os quais podem ser colocados os filhos de Bolsonaro (especialmente Eduardo) e o acadêmico Filipe Martins, atuando já como assessor internacional do partido ao qual se associou, de forma algo improvisada, o candidato à presidência, o PSL.

O próprio candidato a chanceler vinha trabalhando intensamente essa possível designação, ao "farejar" a inclinação do candidato presidencial por uma aliança com o presidente eleito dos EUA e sua postura "peculiar" em alguns temas da interface externa do Brasil: o anti-

ecologismo, a rejeição da "ideologia de gênero", a opção declarada pró-Israel (e anti-Palestina), o preconceito contra uma suposta China "maoísta", a oposição visceral aos governos de esquerda na região, e um apoio de princípio a regimes conservadores de direita. Muitas dessas posturas, adiantadas no estilo de "um passo à frente", sofreram depois um recuo de "dois passos atrás", em função de pressões advindas de outras esferas do país.

Em função dessa percepção, o diplomata em questão atuou diretamente em direção do sofista da Virgínia, na dos irmãos Bolsonaro e na relação pessoal com o assessor presidencial ulteriormente designado, com vistas a consolidar esse apoio, que se traduziu em indicação direta, conforme confessou o próprio sofista recluso. Esse esforço, deliberadamente construído e apresentado como sendo autêntico, teve início por um artigo, "Trump e o Ocidente", dedicado a cantar loas ao presidente americano, que nunca deve ter sido lido pelo candidato, menos pelo presidente eleito, por se situar, digamos assim, muito fora de seu universo mental. Serviu apenas para qualificá-lo junto ao guru da Virgínia.

Preparou, inclusive, sua candidatura à chancelaria aderindo abertamente (mas no começo discretamente) à campanha presidencial – o que é inédito nos anais da diplomacia brasileira – ao abrir um blog (*Metapolítica 17: contra o globalismo*) no qual começou a postar textos numa linha declaradamente extremada do olavismo militante. Esse aspecto é também questionável, do ponto de vista dos comportamentos a serem observados pelos funcionários públicos, uma vez que em todos os anos eleitorais o Ministério do Planejamento e a própria Presidência da República emitem uma série de "recomendações" e diretrizes aos funcionários públicos sobre o que seria, ou não, permissível fazer no decorrer da campanha. Um Comitê de Ética da Presidência da República, ou do próprio MRE, poderia, a rigor, questionar a atitude militante do diplomata durante o período eleitoral. Ele mesmo, em uma de suas postagens em plena campanha, chegou a agradecer à administração do Itamaraty não ter adotado nenhuma atitude contrária, ou seja, de cerceamento, dessa sua aberta militância eleitoral em favor do candidato Bolsonaro; uma tolerância que não foi observada depois.

A designação, ainda quanto à forma, ocorreu de forma relativamente tardia, o que pode representar uma indefinição inicial do presidente eleito quanto a seu candidato ideal, em meio a especulações diversas em torno de vários nomes de candidatos mais experientes. Ela pode revelar igualmente que a candidatura construída pelos assim chamados "olavetes" teve de se esforçar para confirmar o diplomata finalmente escolhido em face da possível oposição ou contrariedade de outro núcleo de assessores presidenciais, representado pelos militares, que talvez preferissem algum outro nome. Em resumo, essa ascensão inusitada é certamente estranha às tradições do Itamaraty – e talvez às do governo como um todo, com as exceções, justamente, de duas outras, nos Direitos Humanos e na Educação – e provavelmente explica a reação de surpresa, praticamente de espanto e de preocupação, da maior parte dos diplomatas e de experientes observadores externos, pois a escolha foi inédita e surpreendente, nos próprios termos conhecidos de escolha de chanceleres.

QUANTO À NATUREZA DO PERSONAGEM DESIGNADO

Desde a designação, em 14 de novembro de 2018, e com base no material de apoio exibido durante a campanha, sabia-se que algumas peculiaridades de substância decorreriam daquela escolha inusitada, uma vez que o chanceler escolhido apresentava um estilo pessoal e um posicionamento ideológico profundamente dissonantes em relação aos padrões usuais conhecidos na Casa. Internamente, a divulgação desses materiais representou total surpresa em relação ao que era conhecido anteriormente sobre o personagem por meio de textos ou manifestações pessoais. As novas características ressaltadas naqueles materiais de campanha, e imediatamente depois em textos abertamente circulados, foram amplamente comentadas por observadores e jornalistas, quase todos eles denotando a mesma surpresa já revelada entre os diplomatas, e não apenas em decorrência de questões formais, de tradição ou hierarquia, mas propriamente de imagem, a partir da publicação de artigos ou entrevistas em alguns veículos de prestígio ou de grande

audiência (a revista *New Criterion*, a empresa de mídia *Bloomberg*, etc.). No imediato seguimento, vários diplomatas expressaram discreto ou aberto desconforto com esses posicionamentos, embora apenas diplomatas aposentados tenham se manifestado de forma clara: os embaixadores Rubens Ricupero, Marcos Azambuja e Rubens Barbosa foram os mais eloquentes em seus depoimentos à imprensa.

Não cabe neste espaço, nem valeria a pena, uma análise completa das crenças, posturas e atitudes políticas do chanceler designado, uma vez que tal análise requereria um extenso tratamento de todas as "teses" esposadas por ele ao longo dos meses de campanha, em seu blog, e depois em outros meios, inclusive os oficiais, a partir da posse. Muitas delas, inclusive, vêm sendo desmentidas direta ou indiretamente pela prática corrente. O que se pode destacar, em primeiro lugar, é uma profunda religiosidade, o que também pode ter sido construído. Isso soa como incongruente no plano puramente operacional, pois que a agenda diplomática corrente, do Brasil ou internacional, não oferece espaço para considerações de ordem religiosa no encaminhamento das inúmeras questões que se apresentam aos diplomatas na agenda internacional, ou nas relações internacionais do Brasil.

Em segundo lugar, mesmo descartando-se qualquer componente religioso no trato operacional da agenda diplomática concreta, algumas orientações – como a do repúdio a um suposto globalismo – soam completamente bizarras, uma vez que não se tem a menor ideia de que tipo de "coisa" se está falando, de que seria feito esse novo "animal", que, aliás, vem misturado com outro, o "marxismo cultural", que se teria de extirpar completamente da pauta do Brasil, na frente interna e no exterior: esse bizarro empreendimento do globalismo seria, ao que parece, a globalização pilotada pelo marxismo cultural, o que continua a ser de difícil entendimento. São questões de certa forma esdrúxulas para os diplomatas no dia-a-dia de trabalho tratando da agenda externa que se apresenta ao Brasil, feita de relações bilaterais, regionais, multilaterais, de caráter político, econômico e em outras esferas do relacionamento externo, num cenário geralmente desprovido de bizarrices desse tipo.

De forma geral, as manifestações pessoais do chanceler designado soaram estranhas do ponto de vista da agenda diplomática normal, causando certa apreensão e desconforto entre os diplomatas brasileiros e estrangeiros. Logo após a posse e publicação do novo organograma do Itamaraty, os embaixadores europeus manifestaram sua estranheza pelo fato de a Europa ter sido relegada a posição secundária (alinhada com África e Oriente Médio na mesma unidade), em face da aproximação ensaiada não apenas com os EUA, mas pessoalmente com o seu presidente também notoriamente heterodoxo. Ocorreu, igualmente, certo desconforto entre os diplomatas da Casa com mudanças no organograma do Itamaraty que subverteram antigas hierarquias e vínculos temáticos tradicionais, inclusive devido ao fato de que a nova organização foi feita *von Oben*, de cima para baixo, sem qualquer consulta à Secretaria de Estado; os assessores diretos foram escolhidos entre a geração mais jovem, o que constitui outro motivo de desconforto entre os mais antigos da carreira, criando uma situação que os militares designam como sendo a de "coronéis mandando em generais".

O próprio chanceler foi julgado pouco preparado para o cargo, segundo registrou uma experiente jornalista:

> O embaixador Ernesto Araújo é o equivalente a um general de divisão chamado a comandar o Exército" (Miriam Leitão, "'Nova' diplomacia é velha e ruim", O Globo, 23/12/2018).

Mais importante, ocorreu ainda, possivelmente por fragilidade própria do personagem designado, uma nítida perda de "competência" do Itamaraty no caso das negociações econômicas externas, passando tal função ao Ministério da Economia, relegando o MRE a uma posição de mera "participação" nessas negociações. O acordo Mercosul-União Europeia deve muito mais aos liberais da economia do que ao antiglobalismo do chanceler, ainda que ele venha desesperadamente procurando negar o caráter "globalista" dos blocos comerciais.

QUANTO À SUBSTÂNCIA DE ALGUNS TEMAS DA AGENDA DIPLOMÁTICA

A partir dessa escolha, diversos questionamentos foram levantados a respeito das posturas a serem observadas pela diplomacia brasileira, dado o posicionamento negativo do chanceler designado em relação a vários temas da agenda usual, nos procedimentos e no conteúdo concreto dos itens. Entre outros exemplos, figuram o multilateralismo – uma das bases conceituais e, mais do que isso, operacionais, da diplomacia brasileira –, a agenda ambiental – pela recusa do que foi chamado de "climatismo" e de posturas ambientalistas julgadas "ideológicas" –, a atitude em relação a regimes considerados "ditatoriais" (mas apenas seletivamente), ademais de vários outros temas que sempre foram tratados de forma técnica pelo Itamaraty, sem a introdução de componentes "valorativos" nas relações externas.

Determinadas declarações, excessivamente pró-americanas e hostis a temas sensíveis da agenda diplomática, causaram estranheza não só entre os diplomatas, o que transpareceu claramente nos moderados aplausos recebidos quando do discurso de transmissão de cargo e de posse no Itamaraty, em 1º de janeiro de 2019. O chanceler do governo anterior, Aloysio Nunes, foi efusivamente aplaudido quando de seu discurso de despedida; ele defendeu, por exemplo, o Pacto Global das Migrações, que havia assinado poucas semanas antes em reunião da ONU no Marrocos, mas denunciado naquele mesmo dia pelo novo chanceler. O gesto foi tão chocante que mereceu um editorial especialmente forte do sempre circunspecto jornal *O Estado de S. Paulo*, cujas ideias principais merecem ser reproduzidas:

> O sombrio ideário que até agora se afigurava como um prenúncio de retrocesso na política externa brasileira começou a se concretizar em medidas do governo do presidente Jair Bolsonaro. A menos que haja profunda reflexão no Palácio do Planalto e no Itamaraty sobre os seus efeitos nocivos, a tal

> "guinada" liderada pelo chanceler Ernesto Araújo – que bem poderia ser chamada de "cruzada" – tem potencial para acabar de vez com o que ainda resta da boa reputação do Brasil no mundo civilizado.
>
> (...) Somos uma Nação forjada pelo trabalho incansável de brasileiros e estrangeiros que aqui convivem em harmonia poucas vezes vista em outros países. Aqui prevalece o espírito de tolerância. Não é republicano encabrestar uma história secular de acolhimento e multiculturalismo em função do viés ideológico do governo de turno (Editorial, 10/01/2019).

Uma das questões mais relevantes, que gerou contínuos embates nos círculos mais íntimos do poder, foi a da influência externa sobre a diplomacia exercida pelo personagem que passa por "guru intelectual" – se o termo se aplica – do presidente, na pessoa de um escritor expatriado, conhecido por suas posturas bizarras e claramente ideológicas (como, por exemplo, na questão do globalismo), o que parece ter descontentado abertamente os militares designados para o Palácio do Planalto, que com ele se chocaram por diversas vezes, ao ponto de inclusive provocar mudanças nos cargos da Presidência.

Esse personagem, a quem eu designo como o "sofista da Virgínia" – que não deve ser considerado um intelectual no sentido próprio do termo, por faltar-lhe coerência ou consistência metodológica em suas posturas, altamente caóticas e contraditórias – não possui qualquer qualificação em política internacional, e possivelmente inclusive em política doméstica, tendo construído sua imagem, e congregado uma tribo bizarra de seguidores, com base em invectivas conhecidas contra o comunismo em geral e o Foro de São Paulo em particular, contra o politicamente correto e as causas progressistas de maneira geral. Em política externa, especificamente, não se lhe conhecem textos organizados, coerentes e sistemáticos tratando das relações exteriores do Brasil ou da política internacional, a não ser seus espasmos anticomunistas habituais, e seus xingamentos grosseiros a

quem não pensa como ele, normalmente jornalistas e outros acadêmicos (que não o consideram um dos seus, o que de fato é o caso: ele não tem nenhuma qualificação para atuar numa universidade brasileira e menos ainda americana).

Vivendo em total isolamento e se relacionando apenas com sua tribo de admiradores, entre os quais se situam os próprios filhos do presidente, esse sofista desqualificado como analista de relações internacionais, teve uma influência decisiva sobre a designação do chanceler e passou a se pronunciar sobre temas próprios da diplomacia brasileira, aliás em paralelo ao filho eleito deputado federal, e que se tornou presidente da Comissão de Relações Exteriores da Casa. Tais interferências externas provocaram um descrédito ainda maior do chanceler designado, além e acima do que já havia transparecido a partir de suas próprias declarações. Os primeiros equívocos nessa esfera se revelaram desde o início do governo, quando o chanceler reafirmou seu empenho na luta contra o globalismo, que estaria ameaçando, ao que parece, a soberania brasileira. Paradoxalmente, o chanceler parece ter visto com bons olhos a instalação de uma base americana no Brasil, com a aparente concordância do presidente da República, o que foi de pronto rechaçado pelos militares servindo no governo, a começar pelo próprio ministro da Defesa. O mesmo editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* apontou a contradição: "caso o presidente da República estivesse tão preocupado com a soberania nacional não teria sequer aventado a possibilidade de ceder uma porção de nosso território para uma base militar dos Estados Unidos".

O tema revelou-se tão sensível aos olhos dos militares do governo que, no imediato dia seguinte a esse editorial, o mesmo jornal produziu uma matéria indicando claramente o que estava em jogo na postura internacional do Brasil:

> O desgaste que bateu à porta do Palácio do Planalto, desta vez provocado pela troca de comando na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), impulsionou a ala do governo que quer blindar o Itamaraty de novos

episódios negativos. A ideia, agora, é criar um conselho de ministros para assessorar o presidente Jair Bolsonaro em temas sensíveis da área internacional. À frente desse grupo estão dois generais: o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno Ribeiro, e o vice-presidente da República, Hamilton Mourão. Nos bastidores, tanto Heleno quanto Mourão têm feito contatos externos para tentar apaziguar os ânimos, contornar tropeços e até amenizar declarações dadas por Bolsonaro sobre assuntos controversos ainda não resolvidos, como a transferência da embaixada do Brasil de Tel-Aviv para Jerusalém. O risco de um estremecimento com a China é outra preocupação, uma vez que traz maior potencial de perdas para a economia. Ao Estado, Mourão pregou a instalação de um conselho de ministros para avaliar temas estratégicos e evitar novas polêmicas. "Acho que, quando forem ser tomadas decisões relativas à área internacional, o presidente tem que reunir um conselho de ministros ligados ao tema em questão", afirmou o vice-presidente. No seu diagnóstico, a composição desse colegiado pode variar conforme o assunto em pauta, mas, basicamente, o grupo seria formado por ele e pelos ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Paulo Guedes (Economia), Fernando Azevedo (Defesa) e Tereza Cristina (Agricultura). "O conselho teria a tarefa de espancar ideias junto com o presidente para ele tomar uma decisão, ouvindo todas as opiniões sobre o assunto", disse Mourão. Questionado se estaria atuando como uma espécie de contraponto a Araújo, o vice negou. Argumentou, no entanto, que é o governo que fala pelo País em grandes questões internacionais. "Agora, toda vez que o presidente me convocar, eu vou emitir a minha opinião" ("Governo cogita criar conselho para assuntos internacionais", *O Estado de S. Paulo*, 12/01/2019).

Pela primeira vez na história do Itamaraty, suas posturas, as políticas defendidas e as iniciativas tomadas estão sendo submetidas a um filtro preliminar, assim como o próprio processo decisório emanado da instituição, com pretensões a se transformar em política efetiva e oficial do país. Tal situação parece algo equivalente ao finado Comitê de Tutela da ONU, aquele mediante o qual grandes potências assumiam o controle de antigos territórios dependentes. Numa interpretação ainda mais preocupante, esse "comitê de tutela" pode ser equiparado ao "cordão sanitário" que as potências ocidentais tinham montado em torno da Rússia bolchevique, entre 1918 e 1921, para impedir a contaminação do "vírus comunista" sobre suas populações operárias ou partidos de esquerda. Nos dias atuais, o caráter da política que se pretende vigiar pode até ser exatamente o inverso, mas o simples fato de se cogitar um controle externo sobre seus procedimentos internos e propostas de política externa constitui um fator real de constrangimento para os diplomatas profissionais do Itamaraty.

CAPÍTULO 2

O Ocidente e seus salvadores: um debate de ideias

A DECADÊNCIA E O OCIDENTE: ALGUM PERIGO IMINENTE?

Estaria o Ocidente em decadência e necessitaria ele ser salvo de alguma ameaça real ou potencial? A questão não é trivial, e vem sendo debatida desde largos anos, senão desde séculos, sendo que um dos primeiros a arguir essa tese foi ninguém menos que o historiador inglês Edward Gibbon, na sua majestosa obra *History of the Decline and Fall of the Roman Empire* (seis volumes, de 1776 a 1788), que se estende por mais de dez séculos, indo da transição da República para o Império, quando já se tinham manifestado alguns fatores precursores da decadência (impostos extorsivos, corrupção, inflação), até a queda de Constantinopla, em 1453, considerada na historiografia tradicional como constituindo o fim da Idade Média e o início da era moderna (também marcada pelos descobrimentos europeus a partir as grandes navegações transoceânicas). São 1.400 anos de história, o que demonstra que esse declínio não foi apenas um evento rápido, feito de invasões bárbaras repentinas, com destruições maciças, mas que também pode ter sido um processo mais lento, marcado pela fusão progressiva dos antigos habitantes da península itálica com as tribos germânicas, produzindo um império multicultural, seguido de choques com os demais invasores vindos da Ásia central, que acabaram por dar o golpe derradeiro a um dos mais famosos impérios da antiguidade. Exação fiscal, corrupção, inflação, imigração, essa história é recorrente...

Os elementos relevantes para um debate sério sobre essa questão são, pois, os fatores de declínio, ou decadência, e de como esses fatores podem precipitar a crise irremediável de uma nação, ou até de uma civilização, como compreendida pela noção de Ocidente, objeto de um artigo do então ministro de segunda classe da carreira diplomática Ernesto Araújo, "Trump e o Ocidente" (*Cadernos de Política Exterior*, ano III, n. 6, segundo semestre de 2017, pp. 323-353[1]). No artigo esse processo é atribuído ao marxismo cultural e ao abandono de Deus pelos

[1] http://funag.gov.br/biblioteca/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf

ocidentais, e cuja tese principal é a de que o salvador providencial do Ocidente seria o presidente americano.

Esse artigo não se encaixa exatamente no universo conceitual coberto pela revista, então editada por mim, como diretor do IPRI, depois exonerado quando o diplomata em questão se tornou ministro das Relações Exteriores. Ela cuida mais precipuamente dos temas tradicionais da política externa do Brasil e os de suas relações internacionais, ao passo que o artigo pode ser lido bem mais como uma discussão no terreno da história das ideias. É nesse terreno, e é nessa categoria, que ele merece ser discutido, não como uma contribuição dedicada especificamente à formulação da política externa brasileira, o que ele não é.

Mesmo admitindo que o Brasil possa estar inserido nesse debate sobre uma suposta decadência do Ocidente, e que a sua política externa deva participar de qualquer processo de resgate, caberia descartar qualquer figura messiânica, ou prometeica, incumbida de efetuar esse salvamento de uma decadência que ainda precisa ser cabalmente demonstrada, antes de engajar o país e a sua diplomacia nessa missão redentora sob a liderança do mais improvável salvador de qualquer civilização que se imagine estar em perigo nos tempos presentes. Tendo em vista, porém, o fato de que o referido artigo possa ter estado na origem da designação do diplomata em questão para chefiar a diplomacia brasileira – algo praticamente inédito nos anais do serviço exterior brasileiro, que sempre teve chanceleres mais bem identificados com seu trabalho prático na área das relações exteriores –, os temas nele abordados merecem a atenção daqueles que se dedicam, ademais do exercício concreto da diplomacia, aos debates de ideias, como este que aqui escreve.

Se este é o caso – ou seja, não se trata exatamente de discutir questões concretas da diplomacia brasileira, mas de debater ideias em torno de hipóteses conceituais: a decadência do Ocidente e seus providenciais salvadores –, cabe iniciar o exercício por uma explicitação clara quanto ao método a ser seguido, de conformidade com práticas usuais no âmbito acadêmico das ciências sociais, onde não valem presunções puramente especulativas (que seria o terreno específico da

filosofia), mas sim a fidelidade a certas regras bem conhecidas nesse meio: a exposição clara da problemática, alguma definição, se for o caso, do método a ser seguido nessa exposição, a explicitação completa dos argumentos em pauta, desde que devidamente fundamentados no plano teórico ou empírico, as conclusões ou evidências retiradas a partir dessa argumentação, tudo seguido de eventual bibliografia ao final.

Ao analisar o artigo "Trump e o Ocidente", procederei, portanto, como faço com todos os meus estudantes e orientandos: exigirei uma explicitação clara da problemática, o uso de alguma metodologia coerente com os objetivos pretendidos, a consistência analítica, e discursiva, dos argumentos apresentados, em defesa das "teses" do trabalho em exame, e o uso adequado de fontes, bibliografia ou documentação disponível e pertinente. Não farei, porém, como nos casos dos trabalhos de meus alunos, a atribuição de uma nota ou avaliação do ensaio em análise – tipo 0 a 10, MS ou SS –, cabendo aos leitores retirarem suas próprias conclusões a partir da discussão que se segue.

Cabe, entretanto, registrar antecipadamente que o tema da decadência do Ocidente não é novo, seja na história, seja na filosofia. Um dos argumentos mais contundentes em favor dessa tese, especificamente em relação ao Ocidente moderno, foi aquele oferecido pelo escritor alemão Oswald Spengler, em seu tão famoso quanto desconhecido, atualmente, *Der Untergang des Abendlands* (*A Decadência do Ocidente*, 1918; expandido ulteriormente num volume sequencial, em 1923). Trata-se de uma filosofia da história com a pretensão de percorrer as fases da cultura ocidental e, assim, predeterminar a história futura; Cultura e Civilização são dois conceitos chaves no pensamento de Spengler, assim como o conceito basilar de Destino: as culturas surgem e desaparecem, eventualmente derrotadas por uma cultura nova, mas não existe uma linearidade estrita nessas trajetórias. Uma advertência, contudo, cabe fazer desde já: a decadência examinada pelo pensador alemão não tem nada a ver com a derrota do seu país na Grande Guerra, pois o título já estava formulado desde 1912, e a obra já estava praticamente concluída em 1917, quando a Alemanha ainda esperava vencer o conflito global que ela mesmo tinha deslanchado, com o pleno apoio do Império Austro-Húngaro. Esse

conceito lhe tinha sido inspirado pelo livro de Otto Seeck, *História da Decadência do Mundo Antigo* (*Geschichte des Untergangs der antiken Welt*, 1895).

O próprio Spengler, no prefácio datado de dezembro de 1917 em Munique, explicou que sua obra, "resultado de três anos de trabalho, já estava terminada na sua primeira redação, quando começou a Grande Guerra", mas que "condições anormais" retardaram o seu lançamento. Seus esclarecimentos, redigidos em plena guerra, merecem ser reproduzidos aqui, pois eles podem exibir algum significado para a discussão que seguirá:

> O título, fixado em 1912, designa, no mais estrito sentido das palavras, e com relação à decadência da Antiguidade, uma fase da História Universal, que compreenderá vários séculos, e em cujo início nos encontramos atualmente.
>
> Os acontecimentos confirmaram muita coisa e não refutaram nada do que eu disse. Evidenciou-se que estas ideias tinham de surgir precisamente nos nossos tempos e, em especial, na Alemanha... (...)
>
> Resta-me acrescentar o desejo de que este livro não seja totalmente indigno das proezas militares da Alemanha. (Oswald Spengler, *A Decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal*; edição condensada por Helmut Werner; tradução de Herbert Caro; 3ª. ed.; Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 9)

Entretanto, como esclareceu Helmut Werner, o condensador dos dois volumes em um livro mais digerível publicado em 1959, a obra de Spengler foi retirada do mercado em 1933, no momento em que Hitler chegava ao poder, "e ainda em 1945 foi considerada indesejável", por "cientistas especializados, que por muitos anos o perseguiram com a sua hostilidade". O próprio Spengler, ao redigir o prefácio para a obra

completa, em dezembro de 1922, ao constatar que estavam "clamando contra o pessimismo" do seu livro, assinalava que estava consciente dos "limites que tracei para mim mesmo nesta obra", e esclareceu sobre a obra:

> Ela só contém um aspecto do que se descortina à minha frente, uma visão nova apenas da História, uma filosofia do Destino, a primeira do seu gênero (Spengler, op. cit., p. 14).

Apoiando-se em Spengler, em Samuel Huntington e em uma série de outros autores antigos e modernos, Ernesto Araújo fez um ensaio que pretende provar que o Ocidente está decadente, mas que ele pode ser salvo pelo atual presidente americano. Antes de dar início à análise de suas ideias sobre essa problemática – *stricto et lato sensi* – convém registrar que a própria ideia de "decadência do Ocidente" constitui uma demonstração, talvez inconsciente, de um profundo "ocidentalocentrismo", na medida em que coloca esse Ocidente, basicamente indefinido – mas que é supostamente integrado pela Europa ocidental (não toda ela), pela América do Norte, pelos rebentos britânicos aqui e ali, talvez pelo Japão –, como o centro, a conformação básica e a referência incontornável de um modelo de desenvolvimento social, cultural e civilizatório, julgado uma espécie de *nec plus ultra* dos desenvolvimentos possíveis da história humana, algo que seria repudiado imediatamente pelos relativistas históricos.

QUAIS SÃO AS "TESES" PRINCIPAIS DE "TRUMP E O OCIDENTE"?

A tese principal do artigo que, em toda probabilidade, serviu para guindar o atual chanceler ao seu posto, é a ideia de que o Ocidente, ou a civilização ocidental, está perdendo para si mesmo. Segundo Araújo, o Ocidente apresenta

> ... sintomas sérios de debilidade e até mesmo de demência, dando a impressão de que, deixadas as coisas ao seu curso natural, poderá desaparecer para sempre em poucos anos. (Araújo, "Trump e o Ocidente", op. cit., p. 325)

Ernesto Araújo não apresenta fatos, ou evidências, desse processo de "extinção"; ele até concorda em que o Ocidente goza de "relativa saúde econômica e política", ou seja, os países são militarmente fortes. "Nem a Rússia, nem a China, nem a Coreia do Norte representam uma verdadeira ameaça à democracia ou à liberdade dos europeus ou norte-americanos". Mas Araújo não acha que "isso" seja o Ocidente.

> Os cofres e os arsenais estão cheios, a tecnologia permite o incremente contínuo da eficiência. Mas isso não é o Ocidente. O Ocidente é algo mais profundo, e, nessa profundeza da sua alma, o Ocidente sofre, sofre de um mal misterioso... (ibidem)

Qual seria esse mal? Araújo vai buscar a sua resposta nas observações do presidente Trump ao povo polonês, em pronunciamento feito em Varsóvia em 6 de julho de 2017 (disponível no site da Casa Branca). Trump proclama, nesse discurso, que a Polônia é uma nação admirável de resistência e fé, a verdadeira "alma da Europa", na "defesa de uma essência comum". Não resisto à ironia de registrar, imediatamente, que Ernesto Araújo acredita ingenuamente que foi Trump quem redigiu esse discurso, ou seja, que ele seria o autor das ideias ali expressas, e não um *ghost writer* da Casa Branca, ou alguém contratado por ela para produzir um pronunciamento que parece estar em contradição com tudo o que sabemos dos petardos de Trump nas redes sociais e dos discursos improvisados que ele faz para audiências já conquistadas para suas "ideias". Mas Araújo também acredita que

Trump é um leitor dos clássicos gregos da antiguidade e dos grandes filósofos contemporâneos.

Araújo aproveita o fato dessa visita de Trump à Polônia para relembrar a ação do rei polonês Jan Sobielski, que veio em socorro da capital do Império austríaco, em 1683, "salvando a Europa da dominação islâmica". (Ele não se refere, no entanto, ao fato de que, no mesmo movimento, o católico rei francês era simpático à conquista de Viena pelos otomanos, no pressuposto de que isso enfraqueceria um outro poder hegemônico, talvez um seu inimigo, no coração do continente europeu.) Também comparece a informação de que Trump (mais provavelmente seu *ghost writer*) havia lembrado a figura do Papa João Paulo II, que na primeira missa ao povo polonês, em 1979, teve seu discurso interrompido por gritos de "queremos Deus".

O então candidato (ainda clandestino) à chancelaria brasileira – e talvez seu artigo tenha sido redigido exatamente com essa intenção – termina um dos textos mais "originais" jamais publicados nos *Cadernos de Política Exterior* por uma declaração triunfalista que provavelmente o consagrou junto aos círculos visados por ele:

> Somente um Deus poderia ainda salvar o Ocidente, um Deus operando pela nação – inclusive e talvez principalmente a nação americana. Heidegger jamais acreditou na América como portadora do facho do Ocidente, considerava os EUA um país tão materialista quanto a União Soviética e incapaz da autopercepção metafísica indispensável à geração de um "novo começo", como ele dizia, essa refundação do Ocidente que repetiria em outros termos o primeiro começo gerado pelos antigos gregos. Talvez Heidegger mudasse de opinião após ouvir o discurso de Trump em Varsóvia, e observasse: *Nur noch Trump kann das Abendland retten*, somente Trump pode ainda salvar o Ocidente ("Trump e o Ocidente", op. cit., p. 356).

Essa segunda dimensão do ensaio de Ernesto Araújo, o profundo sentimento religioso, especificamente cristão, perpassa todo o texto em debate, o que torna especialmente difícil classificá-lo como situado no campo da história das ideias políticas, ou de política externa, uma vez que o recurso a essa dimensão não apresenta evidências concretas ou fundamentos empíricos que possam ser considerados válidos universalmente, uma vez que tais tipos de argumentos remetem a uma cultura específica, a uma civilização determinada. Ora, um verdadeiro debate de ideias, como pretenderia um diplomata interessado em guiar uma nação teoricamente secular como é o Brasil, deveria considerar ideias universalmente aplicadas a nações e sociedades constitucionalmente laicas, como são quase todos os Estados contemporâneos, inclusive e principalmente os Estados Unidos. Os *founding fathers* da nação americana tinham uma consciência precisa sobre a necessidade de separar Estado e religião.

A esse título, é praticamente impossível debater os caminhos e as opções do Brasil no mundo contemporâneo, com base nesse ensaio de Ernesto Araújo, a partir do fato de que ele introduz essa dimensão religiosa em seus argumentos, o que, a rigor, jamais poderia ser considerado na perspectiva de um debate científico, como se espera de um diplomata, provavelmente o tipo de burocrata federal mais próximo de um trabalhador acadêmico que possa existir em nossa República. O trabalhador acadêmico *cum* diplomata que eu sou consegue debater ideias, argumentos, interpretações e ensaios analíticos sobre o papel do Brasil no mundo, sobre a hipótese de "decadência do Ocidente", e sobre o que poderia salvá-lo desse suposto declínio; mas, confesso-me incapaz de debater cientificamente tais questões a partir da ideia especificamente cristã de um Deus que figuraria no âmago fundamental de um Ocidente imaginado – jamais descrito empiricamente – por um colega de carreira que se apresenta como defensor de uma missão divinamente inspirada.

Meus comentários restantes se voltarão, portanto, às ideias "verificáveis" do ensaio, historicamente embasadas ou vinculadas à realidade visível, tal como nos é dado contemplar desde nosso cantinho do "Ocidente cristão" herdado da tradição lusitana (e talvez judaico-cristão, na concepção desse colega). Vamos ater-nos, então, ao que é

possível debater, não a invocações religiosas ou a referências teológico-cristãs, que pertencem a um terreno sobre o qual quaisquer argumentos apoiados na metodologia das ciências humanas não encontram elementos comuns para uma discussão racional.

O GRANDE MEDO DO OCIDENTE CRISTÃO: REALIDADE OU PARANOIA?

O que ameaçaria, então, o Ocidente, na visão de um Trump interpretado e traduzido para nós por Ernest Araújo? Existem muitos desafios, sendo que os principais parecem ser evidentes, nessa visão: o "terrorismo islâmico radical", a burocracia – "que drena a vitalidade e a riqueza do povo" –, a "perda do próprio espírito ocidental", ou seja,

> ... a perda do espírito, o desaparecimento dos laços de cultura, fé e tradição que nos fazem quem somos[.] As forças antiocidentais, sejam externas ou internas, se deixadas agir, ruinarão nossa coragem, solaparão nosso espírito e enfraquecerão nossa vontade de defender a nós mesmos e nossas sociedades. (idem, pp. 327-28)

Existe um perigo ainda maior, que não tinha sido detectado até aqui pelos nossos maiores diplomatas, assim como pelos intelectuais mais distinguidos: o globalismo. Segundo o atual chanceler – mas o ensaio, cabe relembrar, foi escrito ainda na condição de modesto chefe de departamento, por acaso se ocupando da América do Norte, agora transformado em departamento exclusivo para os Estados Unidos –, existe um grande embate mundial entre o globalismo e a liberdade. Talvez servindo para fixar o seu vínculo de subordinação política com que lhe inspirou essa teoria conspiratória, é esse confronto de contornos indefinidos que anima Araújo e o motiva a construir todo um programa de trabalho de combate contra o perverso filho bastardo da globalização

e suas nefastas derivações: o multilateralismo, o comercialismo, o climatismo, a ideologia de gênero, mas sobretudo e principalmente o marxismo cultural, designado como o grande inimigo do Ocidente cristão.

O fato é que o caráter profundamente "etéreo" desses dois conceitos – globalismo e liberdade – torna muito difícil, senão praticamente impossível, discutir seriamente sobre a realidade desse "embate mundial" entre o globalismo e a nossa sobrevivência como nação. Se ele existe, o que não está provado – e nem Ernesto Araújo, nem seus gurus e promotores do cargo que ocupa agora, conseguiram fazê-lo –, não se consegue extrair de seu ensaio, assim como de textos posteriores, ideias precisas sobre como atuaria (insidiosamente, se supõe) essa tal de globalismo, e em que medida a nossa liberdade, considerada genericamente, estaria sendo efetivamente ameaçada por esse globalismo nunca definido e nunca provado.

Seria preciso, antes de iniciar o nosso debate, definir o que seria o tal de globalismo, que parece assumir no raciocínio de quem agita esse espantalho a figura de uma espécie de monstro metafísico, ou seja, algo parecido com o que Mao Tsé-tung falava do imperialismo, que seria um "tigre de papel". No que se refere à liberdade, ela vem sendo expressa em termos de liberdades e direitos individuais, tal como consagrada nos escritos dos Iluministas britânicos, e alguns continentais, desde o século XVII, passando pelos enciclopedistas do século XVIII, aqueles que promoveram a Revolução francesa, um espantalho bem real para os anti-Iluministas que parecem aderir ao pensamento antiglobalista (se efetivamente existe algum pensamento que os sustente). Situam-se nesse mesmo universo conceitual e da teoria política a declaração da Independência americana, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e, modernamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Não vejo, pessoalmente, muita conexão entre, de um lado, os avanços tímidos do chamado globalismo – que seria a vertente política da globalização, no seu sentido mais corriqueiro –, que se situariam nos progressos "contratuais" obtidos sob a égide de determinados instrumentos concertados no âmbito da ONU, e, de outro, uma suposta

ameaça às liberdades de nossas nações, uma vez que os Estados nacionais permanecem perfeitamente soberanos em suas grandes determinações sobre as liberdades (ou sua falta) de seus cidadãos ou súditos. Esse "globalismo" agitado como um monstro metafísico pelos seus oponentes encontra-se hoje representado por uma miríade de declarações (voluntárias, portanto) e de tratados e protocolos (se adesão igualmente voluntária) regulando ou emitindo regulações e diretrizes sobre certas questões de interesse comum da humanidade, ou da comunidade internacional como um todo: paz e segurança, meio ambiente, direitos humanos justamente, comunicações e intercâmbios entre os países (e não só entre os Estados membros da ONU), o que compreende o comércio de bens e serviços, doenças epidêmicas, crimes transnacionais e, tentativamente, as migrações humanas.

A democracia moderna – que vem experimentando certo recuo "volumétrico" no período recente – está perfeitamente habilitada a defender os direitos humanos, individuais e coletivos, assim como as liberdades dos cidadãos e súditos dos Estados nacionais, ainda que o sistema democrático possa sofrer, como justamente observado, recuos temporários e geograficamente localizados, sob os golpes de demagogos políticos, de populistas econômicos, de candidatos a ditadores, ou mais frequentemente a líderes autoritários de "democracias plebiscitárias", como já observado diversas vezes na América Latina. Por outro lado, parece irônico fundamentar uma política externa na luta contra o globalismo sendo que uma das vertentes mais prioritárias das relações exteriores do Brasil, pelo menos desde os anos 1980, é constituída pelo projeto do Mercosul, que como bloco de integração constitui um dos subprodutos do globalismo. Ainda mais bizarro seria voltar atrás das tendências atuais no sentido da abertura econômica e da liberalização comercial, sobretudo no contexto do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, o projeto mais globalista que existe, aliás em face de um bloco do Cone Sul ainda bastante introvertido em seu formato atual.

CONTRADIÇÕES INSANÁVEIS NO PROJETO DE SALVAMENTO DO OCIDENTE CRISTÃO

Segundo um dos postulados mais enfáticos do artigo em questão, não existiriam valores universais, apenas valores das sociedades nacionais, daí a defesa do nacionalismo, contra as tendências globalistas dos que renunciaram a defender os interesses nacionais. Mas, se isso é uma tese defensável pelos antiglobalistas, como é que se pretende defender um suposto Ocidente que seria uniforme em sua adesão a valores cristãos, como se existisse um único Ocidente, que, *ipso facto*, seria globalista ele mesmo? Em outros termos, em nome da defesa desse Ocidente globalista, se pretende aderir a um hipotético projeto de salvamento dessa grande unidade cristã, que – aqui a contradição é ainda mais eloquente – estaria sendo liderado por um "salvador" cujo único compromisso é o de fazer o seu próprio país *Great Again*. Como resolver essa quadratura do círculo, no qual o "líder" do Ocidente cristão revela-se um patriota interessado exclusivamente no seu próprio país? O artigo não responde, sequer aborda essa contradição maior de uma proposta puramente impressionista, feita – a julgar pelas transcrições supostamente eruditas, em várias línguas – apenas para impressionar justamente. De certa forma é surpreendente que tenha sido incluído numa revista que se destina a expor e discutir questões das relações exteriores do Brasil.

Em nítido contraste com a pauta tradicional da revista, o artigo mergulha em terreno essencialmente conceitual, mas sem qualquer método adequado ao objeto que constitui o seu foco preferencial. De modo geral, religião e nacionalismo são duas forças poderosas, mas que podem converter-se facilmente em duas ideologias redutoras e excludentes, quando tomadas num sentido absoluto, como transparece a cada parágrafo do artigo em questão. Se essas forças devem ser consideradas "não ideológicas", como diversas vezes argumentado em defesa de uma "nova política", porque a religião – qualquer uma – e porque o nacionalismo – na sua forma simplesmente patriótica – devem constituir-se em fundamentos políticos de uma nova forma de governo e de uma nova forma de política externa?

Basear-se em conceitos abstratos, gerais e genéricos – como podem ser a religião e o nacionalismo – para fundamentar a política nacional e a política setorial das relações exteriores de um país múltiplo e diverso como o Brasil, seria abandonar a multiplicidade de ideias que podem sustentar tais políticas para aderir a uma nova ideologia, neste caso, a da religião cristã, que seria a única válida, num país que se orgulha de sua tolerância religiosa. Da mesma forma, subscrever a um tipo de nacionalismo puramente patriótico – que, aliás, parece vir de contrabando, tomado de empréstimo a um outro grande país – significa descartar outros valores e princípios universais em prol de objetivos puramente nacionais. Esses outros valores, como é sabido, derivam do respeito quase universal à primazia do direito internacional, atualmente consolidado no multilateralismo político onusiano, no sistema financeiro e monetário criado em Bretton Woods, e no sistema multilateral de comércio, criado pelo Gatt-1947, hoje administrado pela OMC desde 1995.

Em todas essas instâncias da governança global – uma palavra horrível, execrada pelos antiglobalistas – não existem burocratas não eleitos dando ordens e emitindo regras para governos indefesos e reféns desse tal de globalismo, tão temido pelos discípulos de certo guru expatriado, mas ainda assim intervindo frequentemente na governança brasileira. O artigo de Ernesto Araújo afirma expressamente que o Brasil não deveria se sentir desconfortável ante um suposto projeto de Trump de "salvar o Ocidente".

O grande problema desse tipo de afirmação é que o presidente americano não parece minimamente preocupado com o salvamento desse tal de Ocidente – qualquer que seja a sua geografia política –, apenas interesse em promover os interesses egoístas do seu próprio país, mesmo ao arrepio das regras multilaterais que foram postas em vigor pela liderança americana do segundo pós-guerra. O mais surpreendente, aliás, é que o mundo atual – depois da implosão do socialismo e da reinserção da China à economia global – resulta de projetos multilateralistas promovidos pelos Estados Unidos, de maneira aliás extremamente generosa para com os derrotados no último conflito global. A economia brasileira foi bastante beneficiada pela existência de um sistema

multilateral de comércio e de finanças que contribuiu de modo não negligenciável para as significativas taxas de crescimento que conheceu no pós-guerra. Apenas quando o país se fechou exageradamente aos intercâmbios globais – em comportamento exatamente inverso ao das economias da Ásia Pacífico – seu dinamismo econômico começou a fraquejar, a ponto de termos agora de operar uma nova inserção na economia global.

Numa avaliação final, o grande problema – não tratado e sequer respondido no artigo em exame – da peroração feita pelo então candidato à chancelaria brasileira é o saber se ele consegue responder a uma questão trivial: o que Trump e o Ocidente têm a ver com os desafios correntes, e futuros, da diplomacia brasileira? Para fins práticos, o artigo não tem qualquer serventia. Mas, mesmo considerando-o apenas como uma discussão no terreno de história das ideias, o artigo tampouco apresenta qualquer tese relevante que possa se sustentar sem o apelo ao velho expediente que eu chamo de "esperteza à la Barão de *Münchhausen*", que consiste em sobrelevar-se do pântano puxando pelos próprios cabelos, neste caso, o recurso ao famoso *deux ex machina* das peças teatrais, que consiste no velho expediente de encontrar um recurso extraordinário para defender uma solução qualquer.

O *deux ex machina* peculiar do diplomata aspirando à titularidade no Itamaraty foi o recurso a dois personagens absolutamente improváveis para desempenhar qualquer papel positivo no enfrentamento dos desafios brasileiros em sua interface externa: de um lado, um líder político absolutamente egocêntrico na defesa de um nacionalismo tacanho, que está retirando os Estados Unidos do "ônibus" da globalização; de outro lado, Deus, um personagem com quem é impossível dialogar, e que de toda forma possui várias encarnações, tantas são as variedades religiosas em vigor no Brasil. Pode-se dizer que o candidato à cadeira de Rio Branco pretendeu apenas impressionar os incautos, aqueles que se deixam encantar por citações em línguas pouco comuns em nossa vida acadêmica.

Os procedimentos metodológicos e os argumentos substantivos que Ernesto Araújo adotou no artigo em questão não passariam pelo crivo do filtro que é normalmente imposto pelas revistas acadêmicas

possuindo conselhos editoriais que asseguram um mínimo de rigor científico às propostas recebidas: o conhecido *blind peer-review*, ou seja, a revisão preliminar de sua aceitação por parte de especialistas no tema submetido. Se os Cadernos de Política Exterior possuíssem tal comitê editorial, ou ao menos uma instância de revisão editorial entregue a consultores independentes, atuando anonimamente, pode-se afirmar que o artigo em questão teria sido rejeitado *in límine*, ou *ab initio*, como talvez gostasse de dizer seu autor. Uma política externa "para o povo", "sem ideologia", como foi prometido diversas vezes, dispensa esse tipo de exibicionismo linguístico-teológico.

CAPÍTULO 3

O marxismo cultural: um útil espantalho?

O RENASCIMENTO DE UMA TENDÊNCIA: A PARÁBOLA DO MARXISMO CULTURAL

Alusões ao marxismo cultural, bem como a utilização desse conceito no debate público permaneceram, durante largo tempo, essencialmente circunscritas ao ambiente universitário, com finalidades puramente acadêmicas, do qual aliás pouco saíram ao longo de décadas, embora enfrentassem um relativo, talvez imperceptível, declínio nos últimos anos. As raríssimas referências, fora desse meio restrito, foram provavelmente feitas em círculos da direita militar e civil, que sempre foram bastante exíguos no cenário político-partidário do Brasil. De repente, não só o conceito, mas a sua própria configuração real, na qualidade de "entidade malévola" aos olhos dos antimarxistas, saltaram inopinadamente na agenda da campanha presidencial e, correntemente, na do governo empossado. Se formos crer no grande número de referências feitas ao marxismo cultural nos primeiros meses do novo governo, ele parece ter se convertido no objetivo central de várias políticas setoriais – nas áreas da cultura, da educação e das relações exteriores, entre outras – e até em alvo principal do próprio governo, que parece ter nele um inimigo preferencial.

Trata-se, aparentemente, de uma inversão da tendência declinante em sua importância substantiva, tal como ela vinha se manifestando desde o auge do marxismo cultural ainda sob o domínio do socialismo real, ou seja, como modo alternativo de organização econômica, política e social, até conhecer sua implosão na última década do século XX. Alheio a essas ironias da história, o marxismo cultural tupiniquim voltou surpreendentemente à moda, e tal se fez, paradoxalmente, por obra e graça da propaganda gratuita feita em torno dele pelos aspirantes ao governo, acompanhados ou estimulados pelos seus zelosos ideólogos, agora todos guindados ao poder pela via legítima as eleições presidenciais. Algum marxista ainda remanescente dirá que se trata de mais uma "astúcia da História": na via contrária do seu lento desaparecimento como conceito ou realidade política, o próprio governo e seus mais fervorosos apoiadores se esforçam para colocá-lo novamente na ordem do dia.

Até parece que estamos assistindo, no terreno ideológico-governamental, a um fenômeno similar ao que ocorreu, no terreno da economia, com a famosa inversão da "Lei de Say", operada pelo keynesianismo no momento de sua consolidação doutrinal contra a economia neoclássica, aliás clássica. Como sabemos, os principais fundamentos intelectuais da economia política, durante todo o século XIX, seguia a linha da conhecida formulação de Jean-Baptiste Say, segundo quem a oferta cria a sua própria demanda. A partir da inversão forçada dessa "lei" por John Maynard Keynes, no contexto da depressão dos anos 1930, parece que a demanda passou a criar a sua própria oferta, ou seja, a injeção de recursos na economia invertendo o ciclo depressivo existente e despertando os "espíritos animais" dos empresários, que passariam a contratar e a produzir, a partir do aumento da liquidez. O dilema que a economia keynesiana não consegue resolver é quanto ao provimento desses recursos colocados à disposição do governo, que só poderia vir de novos impostos, da emissão inflacionária, ou de mais dívida pública, produzindo efeitos similares no futuro.

Nos termos dessa paráfrase histórica, o marxismo cultural operava a sua própria oferta de "produtos" ideológicos: gramscismo, Escola de Frankfurt, socialismo light, progressismo, dirigismo, estatismo, defesa das minorias, luta contra o "financismo", sem esquecer a boa e velha "luta de classes", modernamente convertida na revolta dos "99%" contra o "1%" dos especuladores do capitalismo financeiro. Mas tudo isso estava um pouco fora de moda, e nem os gramscianos continuavam a ler Gramsci, e um número menor ainda recorriam a Marx, a Lênin ou a outros epígonos do marxismo real. Muitos dos acadêmicos que continuam se referindo a ele, ainda que marginalmente, faziam como o personagem de Molière: como Monsieur Jourdain, que fazia prosa sem o saber, eles eram marxistas ou gramscianos sem o saber, ou apenas seguiam a tendência, o instinto da manada acadêmica, sem precisar ler.

Atualmente, não mais que de repente, sem que ninguém esperasse, o marxismo volta à moda, pelo menos o marxismo cultural, segundo o princípio keynesiano de que a demanda cria a sua própria oferta. Essa demanda é criada pelo próprio governo: como ele tem necessidade de se legitimar, criando inimigos e ameaças vindas de várias

partes, ele retirou o marxismo cultural de um justo esquecimento para recoloca-lo no centro dos debates, com todos os seus "produtos" derivados, de ocasião ou de oportunidade, segundo os "espíritos animais" dos seus ideólogos: antimultilateralismo, antifreirismo, anticomercialismo, anticlimatismo, antiglobalismo e, obviamente e principalmente, antimarxismo cultural.

Como não estive alheio a esse processo de transmutação da influência cultural do marxismo, embora nunca me tenha considerado um gramsciano ou um frankfurteano, gostaria de expor e debater, nas próximas seções, alguns aspectos dessa parábola invertida do marxismo cultural: tendo partido do socialismo real, em seus tempos de "glória", e continuando a dispor de certo prestígio nas academias, indiferentes ao insucesso efetivo do socialismo real, o marxismo cultural seguia caminhando para uma espécie de limbo conceitual, até que o governo atual, mesmo empenhado em limpar as instituições públicas, educacionais e culturais, do "lixo marxista", veio em seu socorro, resgatando-o de um declínio aparentemente inevitável.

A TRAJETÓRIA DO SOCIALISMO: O ELEFANTE QUE VOOU, VIA OPRESSÃO DOS TRABALHADORES

Qualquer pessoa medianamente bem informada – ou seja, educada em algum sistema formal de ensino, ou pelo menos alfabetizada, acompanhando o noticiário corrente pelos meios de comunicação disponíveis, conhecedora de um mínimo da história do mundo – sabe que o socialismo morreu. Socialismo aqui deve ser entendido como propostas ou projetos de engenharia social, empreendidos a partir de uma base teórica – os escritos de Marx e Engels – e de exercícios de política prática, por meio de partidos e movimentos voltados para a conquista do poder – a exemplo de líderes comunistas como Lênin, Stalin e Mao Tsé-tung – e cujo resultado mais evidente foi uma imensa tragédia social no decorrer do século XX: estatísticas compiladas por historiadores de renome colocam a conta dos

empreendimentos comunistas na casa dos 100 milhões de mortos, em diversos continentes.

Esse socialismo, mais comumente chamado de comunismo, tomava como ponto de partida as teses de Rousseau sobre as origens das desigualdades sociais – que ele colocava na propriedade privada –, amplificou suas demandas igualitárias nas demandas mais radicais da Revolução Francesa sobre a construção da igualdade social com base no poder do Estado, passou pelo Terror da guilhotina contra aqueles que eram julgados "inimigos do povo". Ele manifestou-se filosoficamente na primeira metade do século XIX nas propostas dos chamados "socialistas utópicos" – tal como designados por Karl Marx – e consolidou-se doutrinalmente nos escritos de filosofia política de Marx e Engels, começando pelo Manifesto de 1848, que pregava a "luta de classes" para derrubar o "Estado da burguesia". Em seu lugar, deveria ser instaurado, por meio da luta revolucionária, um "Estado democrático" dirigido pelo proletariado, que se encarregaria de construir uma sociedade sem classes, com a abolição completa da propriedade privada, sob cujos escombros se erigiria a sociedade ideal, aquela que, de acordo com o "programa de Gotha" redigido quase ao final da vida por Karl Marx, seria baseada no trabalho de cada um, "segundo suas capacidades", e a garantia de meios de vida a qualquer um, "segundo suas necessidades".

Essa utopia revolucionária de uma sociedade sem classes, radicalmente justa e igualitária, cujo sistema político prometia o desaparecimento progressivo do "Estado dos trabalhadores", substituído pela "administração das coisas", como pretendia Engels, nunca teve qualquer condição de ser estabelecida. Sua implantação e funcionamento requereria um sistema de organização social e política impondo graus inéditos de violência, como foi efetivamente o que se passou, quando revolucionários influenciados pelas ideias da dupla tentaram colocar em prática esses gigantescos projetos de engenharia social. Esse vasto empreendimento de transformação sistêmica começou pela Rússia, em 1917, foi tentado em diversos outros países com fracassos espetaculares na primeira metade do século XX, e só conseguiu ser implementado na sequência imediata da Segunda Guerra Mundial, pela força do Exército Vermelho na Europa central e oriental, e na China como consequência da

invasão japonesa e da guerra civil deslanchada pelos comunistas contra um governo corrupto e militarmente ineficaz. Alguns outros poucos exemplos se manifestaram aqui e ali, sempre com altas doses de violência contra aqueles que se opunham ao monopólio do poder por um único partido, e rotundos fracassos econômicos em todos os casos. Na verdade, o socialismo só "funcionou", durante aproximadamente duas gerações, graças à exploração cruel da própria classe trabalhadora, que o marxismo prometia libertar da opressão capitalista.

Esse é o segundo aspecto da utopia marxista, o de suas propostas econômicas, que muitos ainda consideram possuir algum sentido "legítimo", ou historicamente "justificado", em vista de supostas "contradições" do capitalismo: crises, desigualdade, concentração de renda, exclusão, desemprego e pobreza. Marx acreditava que o "modo de produção burguês" estava inevitavelmente condenado ao desaparecimento, por se basear na "exploração dos trabalhadores" – via "extração da mais-valia", uma tese que não possui qualquer consistência econômica – e por aprofundar a polarização social, ao conduzir a sociedade à dominação da maioria de trabalhadores oprimidos e explorados por um punhado de ricos, os capitalistas. A solução, segundo ele, seria a estatização, depois a coletivização, de todos os meios de produção, e a operação de uma economia administrada pelos próprios trabalhadores. Lênin deu um passo adiante ao tentar implementar essas teses desprovidas de qualquer fundamento empírico de Marx: ele, que era um gênio em política, mas um completo ignorante em economia, decidiu simplesmente abolir os mercados, em favor de um sistema de planejamento centralizado, administrado por burocratas. Obviamente que não deu certo, e de fato levou a Rússia à sua primeira "epidemia de fome" (haveria outras), o que interrompeu provisoriamente o experimento e sugeriu a Lênin introduzir uma "Nova Política Econômica", com funcionamento parcial (que se esperava temporário) dos mercados.

Interessante notar que, nessa mesma época, entre 1919 e 1920, um jovem economista austríaco, Ludwig von Mises, que tinha sido socialista antes da Grande Guerra, ao observar as propostas socialistas e o experimento comunista de Lênin, escreveu um "panfleto" econômico,

cuidadosamente intitulado "O Cálculo Econômico na Comunidade Socialista", no qual ele contestava a possibilidade de funcionamento de um sistema econômico que dispensasse os preços de mercados e pretendesse organizar a produção unicamente a partir de preços administrados por burocratas do Estado. Um sistema desse tipo, disse Mises, seria impossível de funcionar em bases racionais, justamente devido à inexistência de cálculo econômico com base na raridade relativa dos insumos, ou seja, dos fatores de produção. O que sabemos, depois disso, foi que Stalin se revelou capaz de colocar um elefante a voar, ou seja, fazer o socialismo "funcionar", mas ao custo de milhões de mortos, de uma opressão tão descomunal que o comunismo soviético pode ser equiparado à reprodução moderna de um gigantesco modo escravista de produção, com níveis baixíssimos de consumo popular. Esse fator, aliás, junto com a total falta de liberdade política, foi a causa da implosão e derrocada final do modo socialista de produção, jamais qualquer derrota para os inimigos ocidentais, ou seja, os capitalistas das economias de mercado e seus banqueiros, que por sinal financiaram os regimes socialistas durante todo o pós-guerra.

O socialismo de tipo soviético, e suas derivações terceiro-mundistas – hoje reduzidos a dois pequenos resquícios de completa tirania –, foi, portanto, um completo fracasso. A China pós-Mao, teve a "sorte" de contar com mandarins comunistas mais esclarecidos, que deram a partida ao mais gigantesco experimento de transformação social da era moderna, com base numa economia de mercado, ainda que dominada por um sistema autocrático de partido único, mas dispondo de mais liberdade de empreendimento, e de menor "opressão tributária" estatal (do que, por exemplo, o supostamente capitalista Brasil). Não se conhecem, na atualidade – fora dos delírios universitários usuais – propostas sérias de retorno à economia centralmente planificada, o que confirma, portanto, um diagnóstico aceito por qualquer pessoa sensata: o socialismo morreu.

O GENÉRICO SUBSTITUTO DO GRAMSCISMO: EM SOCORRO DO SOCIALISMO

O fracasso das propostas utópicas de organização política e social, de projetos pouco racionais de organização da produção e distribuição de bens e serviços, não significou, porém, o desaparecimento das ideias que lhes deram origem. Ideias são muito mais poderosas do que se pode pensar, mais "permanentes" do que empreendimentos eventuais que delas derivaram para algum exercício concreto de implantação efetiva, mas seguido de sua derrota prática. O marxismo, em novos formatos e parcialmente acompanhado pelo freudismo, foi a mais poderosa ideologia política e social do século XX; ele conseguiu se prolongar no século XXI, mesmo sem qualquer regime socialista digno desse nome. Com base em ideias vindas da vertente rousseaniana do Iluminismo, acrescentado de pregações igualitárias advindas da Revolução Francesa, passando obviamente pela filosofia social marxista, até chegar na doutrina política do leninismo derrotado, ele se transmutou no marxismo soft de Antonio Gramsci. O comunista italiano revisou a doutrina leninista com base na leitura de Maquiavel – não só *O Príncipe*, mas também os *Discursos da Primeira Década de Tito Lívio* – e de outros clássicos, daí formulando uma estratégia de conquista suave do poder, pela via da penetração nos principais aparelhos do Estado, dispensando o putsch leninista e a tomada violenta do poder, construindo as bases intelectuais de uma apropriação gradual desse poder.

O gramscismo é o marxismo cultural disseminado amplamente nos países do capitalismo avançado – e no Brasil pós-derrota da esquerda tradicional em 1964 –, ao lado de alguns empreendimentos leninistas, castristas e maoístas em países da periferia, com destaque para a América Latina, que foram evidentemente derrotados pela força superior dos regimes militares. A estratégia transmutou-se na conquista gradual, quase imperceptível, desses aparelhos do Estado – na área educacional, por exemplo – e das diversas correias de transmissão da ação do Estado, ou seja, o corporativismo dos mandarins do Estado e sua expressão social, os sindicatos. Eles passam a disseminar um marxismo vulgar –

que tem pouco a ver com a doutrina original marxista – e um esquerdismo simplório, mas que alcança razoável sucesso político e eleitoral pelas mesmas razões pelas quais partidos socialistas ou socialdemocratas são ainda bem votados atualmente: eles prometem igualdade de condições, justiça social, políticas públicas redistributivas, amplos canais de assistência, medidas setoriais de proteção de grupos de interesse, enfim, a "sopa política" de promessas generosas e de reivindicações "justas", que são amplamente bem acolhidas por um eleitorado sumariamente instruído ou informado.

Essas características da política na América Latina – igualmente encontradas no caso da esquerda brasileira – estão muito bem refletidas no grande contorcionismo conceitual levado a efeito pelos adeptos do "marxismo cultural". Os que se refugiam nos desvãos de um pensamento que não possui qualquer coerência são todos aqueles que encontramos no ambiente universitário animados dos mesmos propósitos salvacionistas. Eles são os típicos representantes do gramscismo vulgar que domina a esquerda latino-americana e brasileira desde várias décadas: os sindicalistas da educação, os militantes do politicamente correto, os defensores de privilégios corporativos, os agitadores das novas causas das minorias, raciais ou de gênero. Num ambiente já amplamente dominado pela agenda do politicamente correto poucos são os que têm a coragem e a ousadia de contraditar os defensores dessas causas sem futuro, de desmentir seus argumentos capciosos, e de enfrentá-los na palavra e na escrita, se preciso nas ruas.

Os representantes do marxismo cultural, do gramscismo vulgar, da idiotice do politicamente correto podem ser contraditados por simples argumentos lógicos, e por demonstrações empíricas sobre como são inconsistentes seus argumentos, pelo fato de simplesmente não se ajustarem à realidade do mundo presente, tal como ele é. Não é difícil encontrar argumentos corretos para desmontar os discursos e as propostas dos marxistas culturais, mas para isso é preciso que pessoas sensatas, ou simples amigas da verdade, se disponham a tomar da pena, ou do teclado, para assentar-lhes alguns golpes de realidade, não como fazia o jovem Marx na "Ideologia Alemã", com base em argumentos puramente filosóficos, mas com base em relatórios, estudos, estatísticas.

Um aspecto que pode ser destacado na atualidade – revelador das expressões mais delirantes do politicamente correto, que se espalha pelo país — é o do desmoronamento das instituições de ensino, seja pela influência nefasta das ideologias gramscianas amplamente dominantes nesses meios, seja pela ação dos sindicatos de professores (sobretudo do ensino médio, mas também encontrável no terceiro ciclo), um processo que nos condenou ao descalabro pedagógico e à mediocridade no desempenho educativo, incidindo, portanto, sobre o futuro previsível da produtividade no Brasil. A erosão da qualidade do ensino no Brasil, tem basicamente duas origens: de um lado, o efeito da "pedagogia do oprimido", uma herança nefasta daquele que foi elevado à condição de "patrono da educação brasileira", Paulo Freire, de outro, o "empoderamento" – esse horrível conceito da terminologia politicamente correta – dos sindicatos de mestres e de professores, quase uma repetição em menor escala da natimorta "República Sindical" do início dos anos 1960. De certa forma, o Brasil vive sob uma "República Sindical", sendo ela evidente no corporativismo exacerbado no próprio seio de um Estado omnipresente e onipotente (mas obviamente não onisciente).

O MARXISMO CULTURAL SALVO DO DECLÍNIO PELA PARANOIA DA DIREITA?

O marxismo cultural não teria conhecido sua atual trajetória de parábola invertida se não fosse pelo súbito prestígio que lhe conferiram seus supostos inimigos, que foram retirá-lo de um lento caminhar para a irrelevância, pelo esgotamento de suas virtudes metodológicas, no âmbito da academia, e pela sua aposentadoria política virtual, em virtude dos resultados eleitorais de outubro de 2018. De repente, ele foi novamente erigido em "inimigo público" dos novos donos do poder, na companhia do globalismo, do climatismo, da "velha política", e de outros moinhos de vento e monstros metafísicos que mobilizam hostes de templários e militantes aguerridos, todos eles com os olhos postos no retrovisor, a combater adversários do passado, em lugar de formular políticas para o futuro.

Isso não significa, obviamente, que o assim chamado "marxismo cultural", uma nebulosa cujos contornos não estão suficientemente definidos, tenha perdido sua relevância no ambiente universitário e cultural, justamente, mas ele é uma espécie de coceira que atinge as pessoas sem que se preste a devida atenção em sua origem ou extensão. Nas mãos dos militantes profissionais da esquerda, ele já representou um dos desafios ao desenvolvimento de um ambiente aberto a outras tendências de pensamento na academia brasileira, por estar de certa entranhado no corporativismo exacerbado, no sindicalismo "mandarinesco" de várias instituições públicas, em especial nas IFES, as universidades públicas, e nos meios sindicais. O professorado, o jornalismo, assim como os "trabalhadores da cultura" sempre constituíram o seu habitat natural, mesmo se a maior parte dos afligidos pela coceira mental se apresentam um pouco como o personagem de Molière: eram transmissores de marxismo cultural sem o saber. Com a direita no poder, não é certo que ele caminhe para a extinção, mesmo sob os ataques dos novos donos do poder, que provavelmente não têm consciência do grande favor que prestam aos "produtores" do marxismo cultural, ao colocá-los de realce novamente. O ambiente ganha novos contornos no que já era um cenário político relativamente polarizado, fabricando novos instrumentos de caráter oposicionista, quando a esquerda já tinha perdido muito de tolerância anterior, com políticas supostamente de distributivismo social. Corrupção gigantesca e inépcia administrativa foram os dois principais fatores de sua derrocada e da ascensão das novas forças políticas, mas o fato de se apontar a singularidade do marxismo cultural como um dos inimigos da nova ordem política passa a atribuir-lhe uma importância que ele não teria se deixado placidamente dormir no museu das antiguidades da esquerda.

Finalmente, a que tinha sido reduzido o marxismo cultural nos últimos tempos? Em vista do fracasso notório de todos os experimentos socialistas do século XX, da contabilidade macabra dos milhões de mortos deixados sob os escombros do socialismo real, e do exemplo mais impactante de uma Venezuela como Estado falido, não se poderia esperar que o tal de marxismo cultural fosse representar alguma ameaça de sobrevivência do socialismo, ainda que baseado em mentiras, meias verdades, diagnósticos simplistas da realidade e prescrições totalmente

equivocadas para a solução dos problemas e desafios enfrentados pelo Brasil. Ele tinha encontrado refúgio naquelas causas já identificadas com as lutas das minorias, algumas não exatamente minorias, como as mulheres e os afrodescendentes, que são maioria, mesmo quando não desfrutam das mesmas alavancas de ascensão social disponíveis às camadas sociais e étnicas já dominantes. Mas o feminismo pertence inequivocamente a um universo mental e cultural de que procuram se apropriar os ainda adeptos das táticas de luta influenciadas pelo marxismo cultural. Por outro lado, a ideologia do "afrobrasileirismo" – que representa uma importação de teses já equivocadas em sua origem, a ideologia *African American* dos Estados Unidos – pode estar provocando o nascimento de um novo tipo de *apartheid* no Brasil, aquele que separa os supostos "afrodescendentes" de todos os demais brasileiros. O progressismo, de uma forma geral, sobretudo nas causas morais, também pode ser objeto da captura política por parte dos supostos defensores do marxismo cultural.

Incidentalmente, cabe registrar que o Foro de São Paulo não tem absolutamente nada a ver com o marxismo cultural, a não ser por uma vaga identidade "cultural". A organização criada em São Paulo em 1990, e que reúne grande parte dos partidos de esquerda da América Latina, é um empreendimento criado pelos comunistas cubanos, cuidadosamente orquestrado pelos agentes do PCC que mantém vínculos com dirigentes e quadros desses partidos, grupos e movimentos que se filiaram a uma entidade que guarda certa similaridade com foros criados no âmbito do comunismo soviético, primeiro o Komintern, a Internacional Comunista fundada por Lênin em 1918, depois do Cominform, o escritório de informação comunista surgido no stalinismo tardio para tentar dar unidade ao movimento comunista que começava já a esgarçar-se na Europa do pós-guerra. Militantes da esquerda brasileira, refugiados em Cuba durante a ditadura militar, serviram de correia de transmissão entre os comunistas cubanos e os dirigentes do PT, que de toda forma já recebiam ajuda (em diversos formatos) dos "irmãos cubanos" desde o momento da fundação do partido, em 1980. Numa fase inicial tratava-se de aliciar e organizar o que tinha restado da esquerda latino-americana depois da grande implosão do socialismo real, passando depois a servir de esteio financeiro ao falido comunismo cubano, quando diversos

daqueles partidos chegaram ao poder, notadamente na Venezuela (provida de vastos petrodólares) e no Brasil, onde os companheiros também se dispuseram a carrear generosos financiamentos, sem garantias reais, aos falidos "hermanos" (e o Programa Mais Médicos e a construção de um porto em Mariel são apenas dois exemplos dessa "retribuição" a uma passada ajuda financeira). Mas o Foro de São Paulo passa à margem das aventuras e desventuras do marxismo cultural no Brasil.

A crer, no entanto, na direita anticomunista que chegou ao poder no Brasil, ele é mais uma expressão da ideologia de esquerda, provavelmente ainda manipulada pelos comunistas cubanos. E o que poderiam fazer os novos donos do poder em face dessas "evidências" de dominação cultural continuada, no Brasil, da "ideologia" defendida pelos antigos donos do poder? As primeiras reações foram estridentes: promessas de se limpar o "lixo marxista" das instituições de governo, de afastar a "ideologia de gênero" das escolas e das demais políticas públicas – inclusive na política externa –, combater o "freirismo" na pedagogia escolar, supostamente implementado pelo MEC, aprovar legislação de "Escola Sem Partido", e outras providências anunciadas com o ardor de novos cruzados. Ou seja, em lugar de olhar para a frente, e começar a implementar currículos e programas de ensino focados exclusivamente na qualidade da educação, com vistas a melhorar os padrões deploráveis que empurram o Brasil para os últimos lugares do PISA-OCDE, os novos paladinos se empenharam em apagar dos livros menções ao golpe militar de 1964 e às torturas praticadas sob a ditadura, em promover cerimônias gravadas de cantoria do hino nacional e outros desatinos em outras esferas do governo (sobretudo nos direitos humanos e nas relações exteriores). O que era para ser um governo "sem ideologia" acabou convertendo-se num empreendimento ideológico dos mais atabalhoados, o que pode ter, inadvertidamente, reagrupado as forças do marxismo cultural.

As últimas notícias do "campo de batalha" são as de "balbúrdias" criadas pelo próprio governo – nas redes sociais, por exemplo, mas em certos ministérios igualmente – a pretexto de livrar o Brasil de seus inimigos ideológicos, que supostamente estariam

impedindo a retomada do crescimento e a preservação dos verdadeiros valores da sociedade brasileira. A depender de certos paladinos da nova cultura antimarxista, o combate apenas começou: ele precisa continuar para contentar uma franja do eleitorado que sinceramente acredita que todos os problemas do Brasil foram criados pela esquerda, daí a necessidade continuar a luta contra os "novos bárbaros" gramscianos empenhados em conquistar novamente a sociedade e o Estado no Brasil.

Nessa perspectiva, é possível que o "marxismo cultural", ou o que passa por isso, tenha sua sobrevida garantida por vários anos mais, ou enquanto durar o maniqueísmo ideológico mantido por ambos os lados. O ideal seria que o novo governo se dedicasse à manutenção da racionalidade econômica, a melhoria da qualidade da educação e o empenho na defesa da dignidade da pessoa humana em face do primitivismo das causas particularistas que estão fragmentando o conceito de direitos humanos nos últimos anos, mas também como resultado da ausência de segurança pública sob a responsabilidade do Estado. A decisão de se mandar armar a população não resolve verdadeiramente a insegurança, e se trata de uma falsa solução a um problema real. Mas, desse equívoco, pelo menos, o marxismo cultural não pode ser acusado: ao abandonar a via da revolução armada para a tomada do poder, ele adotou a via pacífica, a do marxismo light. Estava se tornando quase diáfano: o governo se encarregou de revivê-lo. A luta continua, companheiros (dos dois lados...).

CAPÍTULO 4

A destruição da inteligência no Itamaraty: dialética da obscuridade

NO COMEÇO ERA O VERBO, DEPOIS FIZERAM-SE AS TREVAS...

Ainda na fase anterior ao início da presente administração do Itamaraty, a instituição já vinha sendo submetida a um enquadramento ideológico nunca antes visto na história da chancelaria brasileira, por mais que o presidente e o seu chanceler designado tenham prometido, em campanha, também nos respectivos discursos de posse e em várias outras ocasiões, que fariam uma "política externa sem ideologia", assim como um "comércio exterior sem ideologia". Mas foi exatamente o contrário que se observou, com repetidas afirmações e demonstrações explícitas de preferências ideológicas até na simples exportação de produtos básicos, quando não nos projetos de maior envergadura.

A "revolução cultural" que estava prestes a se abater sobre o Itamaraty era, por certo, previsível, e isso ficou claro desde o primeiro momento. Pouco depois de ter sido anunciado, o chanceler escolhido apresentava de uma forma direta, sem qualquer ambiguidade, seu projeto básico para o Itamaraty e para o Brasil:

> Sou Ernesto Araújo. Tenho 28 anos de serviço público e sou também escritor. Quero ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista. Globalismo é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural. Essencialmente é um sistema anti-humano e anti-cristão. A fé em Cristo significa, hoje, lutar contra o globalismo, cujo objetivo último é romper a conexão entre Deus e o homem, tornado o homem escravo e Deus irrelevante. O projeto metapolítico significa, essencialmente, abrir-se para a presença de Deus na política e na história. (blog pessoal: *Metapolitica 17: contra o globalismo*; iniciado em 22/09/2018)

Não se pode dizer que seu projeto pessoal carecesse de clareza quanto às intenções: para ele, a "esquerda globalista quer um bando de nações apáticas e domesticadas, e dentro de cada nação um bando de gente repetindo mecanicamente o jargão dos direitos e da justiça." O chanceler designado também já havia alertado para uma ameaça latente: "um novo eixo socialista latino-americano, sob os auspícios da China maoísta [...] dominará o mundo." Inevitável registrar, a esse propósito, que a tal China maoísta mudou de caráter e de projetos desde que o maoísmo deu lugar a um programa de modernização e de abertura para o mundo liderado por Deng Xiaoping; e como se sabe, desde 2009 a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, fornecendo-lhe saldos comerciais indispensáveis para compensar déficits bilaterais existentes com outros países, inclusive com os Estados Unidos.

Os Estados Unidos constituem o foco principal de uma aliança estratégica da nova política externa, aliás, não tanto o país, mas mais exatamente o presidente Donald Trump, apreciado pelo presidente Jair Bolsonaro e necessariamente pelo seu chanceler. Trump foi o objeto do artigo de "estreia" do então candidato a chanceler, que parece sinceramente acreditar na tese de que Trump está destinado a salvar o Ocidente de sua atual decadência. Segundo Araújo, formado em Letras, mas aplicando o seu bisturi analítico também ao terreno da ciência política, "Trump propõe uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais".

Como ele ainda pretende, o nacionalismo aparece "como indissociável da essência do Ocidente." No centro do Ocidente, de conformidade com essa teologia política, "está não uma doutrina econômica e política, mas o anseio por Deus, o Deus que age na história." Inevitável registrar, a esse propósito, que o presidente americano, indiferente a essas missões grandiosas, vive declarando que a sua única intenção é, patrioticamente, a de fazer do seu país uma grande nação novamente. Como registrou, ainda nessa vertente, uma jornalista com longa experiência na cobertura dos assuntos de política externa:

> Proclamar a adoração ao governo Trump vincula o país a uma administração, que é passageira, em vez de ser ao país, que é permanente. Além disso, representa um retrocesso de meio século na política externa, ao tempo do alinhamento automático (Miriam Leitão, "'Nova' diplomacia é velha e ruim", *O Globo*, 23/12/2018).

Em uma das postagens em seu blog, "Contra o consenso da inação", ao criticar aqueles que o acusavam de romper o consenso básico da diplomacia brasileira, mantido desde décadas em torno da autonomia da política externa, o chanceler foi bastante cáustico em relação aos que assim se pronunciavam, especificamente o embaixador Rubens Ricupero e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso:

> A política externa brasileira foi uma política de "consenso" nos últimos 25 anos porque refletiu um consenso mais amplo, o consenso na base do sistema político que ameaçou sufocar a nação brasileira com a corrupção e a estagnação econômica, a crise moral e o enfraquecimento militar, o apequenamento internacional, o descaso pelos sentimentos do povo brasileiro. (…)
>
> O Presidente Bolsonaro e eu estamos, sim, rompendo esse consenso infame. (...)
>
> Estamos restaurando a verdadeira tradição diplomática brasileira, a tradição de um país livre, soberano, orgulhoso de si mesmo, consciente de sua capacidade e sua responsabilidade de contribuir para o bem da humanidade. (Metapolítica 17, 3/03/2019[2]).

[2] https://www.metapoliticabrasil.com/blog/contra-o-consenso-da-inação

Uma exegese de todas os escritos do chanceler no período anterior à sua assunção, com base nas postagens em seu blog, em entrevistas ou artigos publicados nessa mesma linha de ideias exóticas – cabe o adjetivo quando se parte do ponto de vista de uma diplomacia experiente, pouca afeita a tais inovações –, seria não apenas aborrecidamente enfadonha, como demandaria um espaço muito desproporcional à importância das "ideias" apresentadas. Mas, o próprio fato de ter intitulado seu blog como "Metapolítica" suscita um questionamento sobre a etiologia do termo e suas implicações políticas. O termo remete ao pensamento dos principais românticos alemães do século XIX, mas conheceu derivações bastante surpreendentes no século XX.

NAS ORIGENS DA METAPOLÍTICA: O ROMANTISMO ALEMÃO QUE DERIVOU PARA O NAZISMO

Um jovem doutorando americano, Peter Viereck, egresso de Harvard e terminando sua tese em Oxford, publicou em 1941, uma primeira versão, no contexto das vitórias de Hitler na Europa: *Metapolitics: from Wagner and the German Romantics to Hitler* (New York: Alfred Knopf, 1941; expanded edition; New York: Routledge, 2004). Os estudos de Peter Viereck sobre os românticos alemães revelam um Richard Wagner com um antecessor direto do pensamento racial de Hitler e demais nazistas. Ao discutir essa questão com seu amigo Gobineau, o apóstolo da superioridade nórdica – que havia formulado suas principais teses racialistas no próprio Brasil, como ministro de Napoleão III –, Wagner ironiza sobre a decadência da Alemanha, mas admite uma grande apreensão:

> Se a civilização vem a termo, isso não tem muita importância. Mas, se ela termina por causa dos judeus, essa é a desgraça (registro de 15/02/1881 in: *Cosima Wagner's Diaries*, 1878-1882; New York: Harcourt Brace, 1980; p. 622).

O próprio termo "metapolítica" emerge a partir dos círculos wagnerianos, e já denotava o conjunto de valores e princípios que nasceram com os primeiros românticos – Fichte e Herder – e se desenvolveriam subsequentemente no pensamento do extremo nacionalismo que deveria desembocar no nazismo: centrais eram as noções de *Volk*, de *Kultur*, de *Nationalstaat*, de *Fuehrer*, entre outros. Mais especificamente, o termo aparece numa carta aberta a Richard Wagner por um dos membros de seu círculo, o igualmente antissemita Constantin Frantz, em junho de 1878, na qual ele antecipa o sonho comumente partilhado de ver surgir na Alemanha um futuro regime racista, um Estado dominado por um *Fuehrer* e voltado para o *Volk*. O antigo romantismo do século XIX, se converte num "romantismo de aço" sob Hitler, como escreve Peter Viereck, que decidiu publicar o seu livro ao constatar que os americanos, em 1941, estavam cegos ao hitlerismo, que ele considerava "uma nova religião, um mau sonho Wagneriano".

A ideologia mortal da metapolítica, ainda que derrotada militarmente em 1945, parece ter sobrevivido até nossos dias, preservando, com a exceção do antissemitismo e do ódio racial, todos aqueles valores do extremo nacionalismo, do culto a um líder messiânico, dotado de uma suposta devoção ao povo, a preservação da civilização contra os estrangeiros, inclusive por meio da defesa da pátria contra povos e religiões supostamente ameaçadores, embora mantendo sentimentos místicos similares ou equivalentes. A tese de Viereck confirma que tanto Hitler quanto Goebbels eram homens letrados, apreciando tanto os românticos nacionalistas quanto Trotsky – para aprender como derrubar um governo democrático – e Gustave Le Bon – para o controle das massas. (Peter Viereck, "Metapolitics revisited", *Humanitas*, vol. XVI, n. 2, 2003, pp. 48-75[3]).

Análises bastante similares sobre as derivas do romantismo alemão, sobretudo a partir das emanações "filosóficas" dos círculos wagnerianos – dos quais Nietzsche se afastou antes de mergulhar na

[3] http://www.nhinet.org/viereck16-2.pdf

loucura –, estão presentes em outras obras de outros especialistas que se dedicaram a estudar as principais correntes de pensamento entre meados do século XIX até o advento do nazifascismo. Paralelamente aos estudos de Peter Viereck, o cientista político John Hallowell, em sua tese de doutoramento defendida na Universidade de Princeton, examinou com atenção a evolução doutrinal dos juristas alemães nesse período, num constante deslizamento do liberalismo anterior para uma adesão ao, ou complacência com, o niilismo que depois derivou para as correntes autoritárias paradoxalmente ascendentes no contexto do liberalismo político e social da República de Weimar (*The Decline of Liberalism as an Ideology with particular reference to German politico-legal thoug*ht; Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1943).

Um estudo posterior, por Fritz Ringer, confirma essa evolução das tradições liberais do período anterior a Weimar para a emergência de uma oposição de direita à República instituída em 1919, uma profunda revolução conservadora baseada em crenças antirrepublicanas, até o ponto em que, mesmo antes de 1933, mas já sob influência dos nazistas, se instituíam, em instituições alemãs de ensino superior, cadeiras para o estudo da "raça", como na Universidade de Jena, em 1930. Como resumiu esse estudioso: o "desmantelamento do estabelecimento acadêmico alemão tinha começado." (*The Decline of the German Mandarins: the German academic community*, 1890-1933; Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1969; cf. p. 436)

A recente deriva brasileira para o pensamento conservador guarda, no entanto, outras características. Passada a fase do antissemitismo moderado presente nas elites até a Segunda Guerra Mundial – nos tempos recentes em baixa dada a evolução progressiva dos grupos evangélicos, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, em direção de Israel, considerado o lócus da segunda vinda de Cristo sobre a Terra –, os demais elementos do núcleo ideológico do nacionalismo de direita estão presentes no amálgama difuso de crenças políticas e religiosas que servem de suporte doutrinal – se existe algum – ao movimento que dá suporte ao governo Bolsonaro. Nesse sentido, pode-se considerar o chanceler Ernesto Araújo como a típica figura representante daquela categoria de indivíduos que o filósofo Eric Hoffer chamou de

true believer, ou seja, o verdadeiro crente (The True Believer: thoughts on the nature of mass movements; New York: Harper & Row, 1951). O fundamentalismo político ou religioso assumiu diferentes formas, desde que Eric Hoffer publicou o seu livro, constituindo atualmente um amálgama de velhas e novas crenças nacionalistas, às quais se agregam os novos problemas trazidos pela globalização – com o deslocamento de empresas para a periferia – e pelos fluxos de imigração maciça vindos de regiões em crise econômica ou política, não por acaso também afetados pelo terrorismo islâmico.

No caso do Brasil, a inédita onda da direita em direção ao poder nos últimos anos foi em parte o resultado da imensa inépcia administrativa, sobretudo econômica, e da gigantesca corrupção que caracterizaram quase uma década e meia de governos lulopetistas, e em outra parte a consequência da mobilização de novas ferramentas usadas na campanha eleitoral, exemplificados pelas redes sociais e o apelo aos seus derivativos (como podem ser os robôs eletrônicos). Ademais do apelo às tradicionais posturas ultranacionalistas, a moralização conservadora nos costumes, a disseminação das vertentes religiosas evangélicas, as características pessoais do candidato da direita à presidência também ressuscitaram velhos apelos à homofobia e uma aposta tripla na violência policial, na mobilização das Forças Armadas e no armamento da população como suposta solução a problemas cruciais de segurança cidadã.

Na esfera que interessa mais à política externa, podem ser acrescentados dois outros pontos que nunca figuraram explicitamente na agenda da direita brasileira, mas que foram incorporados no curso da campanha, e depois a políticas de governo, por influência direta do populismo de Trump nos Estados Unidos, que são, respectivamente, a rejeição à imigração ilegal e uma postura antiglobalista jamais definida claramente. Esse parece ser o resultado da influência do guru expatriado da coalizão bolsonarista, à qual aderiu, provavelmente por oportunismo, o candidato a chanceler depois convertido em ministro das relações exteriores do governo empossado.

TRIBULAÇÕES DE UM ANTIGLOBALISTA IMPROVISADO: SUPOSTAS "AMEAÇAS" AO BRASIL

Depois de sinalizações bastante confusas quanto às orientações efetivas de sua política externa, feitas durante a campanha e no imediato seguimento das eleições, o que se esperava, no início do governo, é que haveria uma exposição clara das principais linhas a serem seguidas pela diplomacia brasileira por ocasião da posse do presidente e do seu chanceler. Por características aos dois personagens, nada disso aconteceu, nem para as políticas gerais de governo, nem para a política externa. O discurso de posse do presidente permaneceu nas mesmas mensagens eleitoreiras registradas durante a campanha, ou seja, generalizações em torno de objetivos vagos. No dia seguinte ao tomar posse no Itamaraty, o chanceler do bolsonarismo – e até mais do que isso, do olavismo, uma vez que ele deve basicamente a sua designação ao sofista da Virgínia – repetiu os mesmos preconceitos supostamente filosóficos já conhecidos por meio de seu blog, e acrescentou novas invectivas contra os inimigos preferenciais do Olavo-bolsonarismo: o marxismo cultural, o globalismo, o climatismo e outros ismos típicos da paranoia dessa tribo.

O chanceler, que já tinha ofendido os diplomatas antes de tomar posse – ao acusá-los de terem sido conviventes com o marxismo cultural e com o lulopetismo diplomático (como se ele não tivesse, naquele período, se dobrado aos mesmos mestres) –, continuou ofendendo os diplomatas e os negociadores econômicos de outros ministérios. "Os acordos comerciais que o Brasil acertou no passado ou que ainda está discutindo", disse ele, "partem de um princípio de submissão. Devemos negociar a partir de uma posição de força", ou seja, a mesma história do "nunca antes" cultivado nos anos da "política externa ativa e altiva": tudo o que se fez antes de nós é entreguimos, submissão ao estrangeiro e traição à pátria. Ironicamente, ele sempre pregou, antes e depois da posse, uma aliança estreita, não com os Estados Unidos, mas com o governo Trump, inclusive naquilo que ele tem de mais nocivo do ponto de vista do Brasil: protecionismo e medidas de expulsão de imigrantes

ilegais (talvez metade dos brasileiros vivendo e trabalhando nos Estados Unidos).

Não se diga que o governo Bolsonaro foi tomado de surpresa por essas medidas negativas do presidente Trump contra os interesses brasileiros: as restrições a produtos estrangeiros da área siderúrgica (aço e alumínio) começaram desde o início do governo, e os produtos chineses da linha branca também já sofriam sobretaxas. As promessas de expulsão de imigrantes ilegais também já vinham se manifestando no mesmo período. A despeito disso, parece incrível que tanto o presidente quanto o seu filho deputado se tenham manifestado favoravelmente a essa agenda xenófoba do governo Trump, o que constitui uma ofensa a todos os trabalhadores honestos brasileiros (legais e ilegais), que produzem riqueza nos EUA e remetem alguns bilhões de dólares sem contrapartidas ao Brasil, aliviando parcialmente a balança de transações correntes. Frente aos ataques que o presidente Trump, pessoalmente, vem conduzindo contra todas as instituições da ordem econômica mundial estabelecidos pela política multilateralista dos EUA desde Bretton Woods, chega a ser um escárnio ao Brasil alinhar-se com um governo tão demolidor do ponto de vista dos interesses do nosso país, postura esquizofrênica ao se considerar que o chanceler também criticou, ou desprezou, a China, nosso maior parceiro comercial, em diversas ocasiões.

Numa de suas muitas exortações – uma das quais feita em aula dita "magna" aos estudantes do Instituto Rio Branco, mas ocorrerem outras – contra um alegado prejuízo ao Brasil decorrente da perda da relação preferencial com os Estados Unidos e da assunção pela China da principal parceria nas trocas comerciais, o chanceler designado e empossado alertou para uma improvável associação dessa transferência dos intercâmbios bilaterais com a decadência econômica brasileira, uma causa não só inexistente, como também, ao contrário do alegado, um evidente fator de reforço no nosso saldo comercial e, portanto, compensação pelo déficit crônico em serviços e superávit ou equilíbrio nas transações correntes. O grau de desinformação econômica contida nesse tipo de afirmação – não apenas historicamente, mas empiricamente, em vista das estatísticas disponíveis – é surpreendente, e

deve ter chocado os estudantes, mesmo aqueles não especialmente versados em economia brasileira.

Na verdade, o chanceler acidental nada mais fazia do que reverberar uma das maiores bobagens já ditas pelo seu protetor e patrono virtual, o mesmo sofista vivendo na Virgínia, quando este afirmou que o período de maio crescimento nas relações comerciais do Brasil com a China também correspondia a uma fase de crescente "decadência moral, social, econômica e política" do Brasil. Uma asneira desse quilate só poderia ter sido explicitada e defendida por alguém profundamente ignorante em economia e em relações internacionais, o que certamente é o caso do personagem em causa, mas que jamais poderia ter retomada no caso com um diplomata formado pelo Instituto Rio Branco e treinado em negociações econômicas e comerciais ao longo de uma carreira razoavelmente diversificada.

Exemplos como esse revelam a existência de uma tendência evolutiva altamente preocupante no Itamaraty, e em outras esferas da administração pública: a substituição da análise tecnicamente fundamentada, empiricamente embasada, sustentada em fatos aferíveis e passíveis de serem reconhecidos, testados e legitimados por técnicos de governo ou independentes, por afirmações sem qualquer conexão com a realidade, expressando apenas preconceitos ideológicos, vieses políticos ou simplesmente ignorância pura e simples por parte de quem as emite. Ideias ainda mais bizarras foram defendidos pelo chanceler, em outras ocasiões, entre elas a dita aula magna – mais próxima da categoria de mínima –, quando defendeu que o Brasil poderia "exportar soja ou minério de ferro, mas que não venderia a sua alma" [sic], o que demonstra ou uma visão simplória sobre as realidades do mundo econômico, ou bastante perturbada por concepções religiosas absolutamente deslocadas no mundo dos negócios.

Estranhas concepções e afirmações supostamente de cunho filosófico, mas essencialmente caracterizadas por velhos e repetidos sofismas também defendidos pelo já referido guru da Virgínia, compareceram em seus pronunciamentos nas comissões de relações exteriores das duas casas do Congresso, bem como na pragmática FIESP, em lugar de exposições claras, sistêmicas, sucintas ou

abrangentes, sobre a política externa do país e seus desdobramentos práticos na diplomacia implementada (ou não) pelo Itamaraty. O fato é que não contamos, até o presente, com uma definição completa e acabada sobre qual seria, finalmente, a política externa do governo Bolsonaro, assim como não sabemos quais são os projetos do governo, se eles existem, para diversas outras áreas da administração pública.

O presidente perdeu uma segunda oportunidade de expor claramente quais seriam as grandes diretrizes de seu governo, em especial na política externa, quando participou do encontro anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, e voltou a deixar desaproveitada uma terceira oportunidade, quando da mensagem ao Congresso por ocasião da cerimônia de abertura da sessão legislativa (e da nova legislatura). Em ambas ocasiões, os pronunciamentos foram pífios, sendo que o responsável na primeira oportunidade, num espaço excepcional para a atração de investimentos, em face da presença de centenas de executivos de empresas mundiais, parece ter sido o despreparado assessor para assuntos internacionais da Presidência. Mas o chanceler tampouco aproveitou as ocasiões oferecidas por audiências e convites empresariais para pronunciar-se claramente sobre a política externa do governo, preferindo discorrer sobre assuntos filosóficos de interesse absolutamente marginal para o seleto público presente em cada uma dessas ocasiões.

Tudo o que tivemos, nessas oportunidades, foram apenas invectivas, slogans, intenções, declarações vagas e resultados antecipados, sem que tenha havido alguma explicitação quanto a metas, quanto a métodos e processos para alcançá-las, e uma previsão quanto a custos e benefícios. Tudo ficou no terreno da improvisação, das hesitações, das idas e vindas, dos anúncios e dos desmentidos, como têm sido, aliás, as declarações do chanceler designado e ainda tentativo (a julgar pela sua falta de resultados tangíveis a serem apresentados, em quaisquer áreas, nos quatro primeiros meses de uma infeliz gestão).

O que tivemos, sim, foi uma atividade de desmantelamento das políticas anteriores, de condenação, recusa e reversão do que vinha sendo feito até aqui, quando não de destruição do legado de administrações precedentes, como alegremente anunciado pelo próprio presidente, nisso

zelosamente seguido pelo seu chanceler hesitante, mas que não hesitou um só instante em proclamar, antes mesmo da posse, sua intenção de escoimar o Itamaraty de qualquer resquício de "marxismo cultural". Ora, marxismo cultural só pode ser produzido por centros "produtores de conhecimento", o que, no caso do Itamaraty, significa o Instituto Rio Branco (IRBr) e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), dois perigosos centros produtores e difusores de ideias, conceitos, argumentos e até "teses" provavelmente contaminadas por ideologias consideradas exóticas aos olhos dos bizarros responsáveis atuais pelas novas crenças hegemônicas, Se estivéssemos no socialismo, teríamos de falar da linha correta do comitê central do partido detendo o monopólio do poder.

As "correções" naquelas duas esferas foram implementadas desde o início da gestão, incidindo sobre o currículo e a grande disciplinar do Instituto Rio Branco, e também na revisão completa do que vinha sendo feito, em termos de atividades e de publicações, da Fundação Alexandre de Gusmão e o seu Instituto Rio Branco. Neste último caso, a vocação censória chegou ao ponto de, "orwellianamente", revisar o próprio passado, sob a forma de censura direta aos *Cadernos de Política Exterior* – aquela mesma revista que havia permitido a publicação, estranha ao seu universo, do artigo do candidato à chancelaria sob a forma de um panegírico às supostas virtudes salvadoras do presidente Trump – em seu número do segundo semestre de 2018 (ou seja, na administração anterior), que tinha ficado preparado ao final daquele ano, mas não impresso ou editado digitalmente, apenas por falta de recursos. Os novos cruzados se empenharam em desconstruir as fontes presumidas de "marxismo cultural" presentes tanto no Instituto Rio Branco quanto no IPRI.

Aparentemente, outras operações de "limpeza espiritual" estão em curso em diversas esferas da agenda diplomática, como revelado no patético ataque à "ideologia de gênero" em foros de debate no plano multilateral, talvez por uma aproximação paranoica desse conceito com o "marxismo cultural". Não é preciso muito para tratar desse tipo de ameaça à preservação da pureza ideológica segundo os novos padrões: basta usar o arbítrio do poder, seja por meio da gazeta oficial, para

nomear, dispensar ou exonerar aqueles que não rezam pela mesma cartilha, seja pela arrogância unilateral de um "telegrama de instruções", sem qualquer consulta aos diplomatas que se encontram na linha de frente desse tipo de debate. Sem maiores necessidades de justificativas, o mesmo parece se aplicar a outros perigosos antros de produção, contaminação e disseminação de compostos ideológicos considerados tóxicos, que seriam as ideias globalistas, comercialistas, ambientalistas e outras derivações politicamente incorretas do "lixo marxista", tal como interpretado pelos verdadeiros crentes na nova fé, os bolsonetes *true believers* e outros adeptos do credo antiglobalista e antimultilateralista.

Não se trata aqui de uma caricatura grosseira da realidade, mas um retrato fiel do que vem ocorrendo na política externa e na condução da diplomacia. A prova eloquente das novas orientações pode ser fornecida pela já referida "aula magna" do chanceler no Instituto Rio Branco, normalmente aberta a toda a comunidade interessada, mas desta vez reservada unicamente aos alunos (mas disponível no canal *YouTube* do Itamaraty). Nessa aula – que merece qualquer outro adjetivo do que o de magna –, a despeito de proclamar ao início que não iria "teorizar", preferindo fazer, o que mais se ouviu, de fato, foram grandes teorizações sobre as relações internacionais e sobre quais deveriam ser as políticas adequadas para a projeção externa do Brasil. A "problematização" oferecida pelo chanceler se dirigiu, primeiramente, à necessidade de um "norte moral" para a diplomacia brasileira, para depois incidir sobre o dever de se evitar a "indiferença civilizacional", obviamente acarretando a obrigação de se "reconhecer que nós fazemos parte de uma determinada civilização [não é necessário dizer qual seja] e que isso... impõe um legado e uma responsabilidade...".

No seguimento dessa aula constrangedora para os alunos, e o público externo que a ela teve acesso, são identificadas as principais ameaças não só à diplomacia, mas ao próprio Brasil: o comercialismo, que seria a "tendência, muito clara [na] política das últimas décadas, de ver a política externa apenas como uma política comercial"; depois o "nominalismo", que, a despeito de sua aparência filosófica, trata-se apenas de uma "concentração [dos diplomatas] puramente na palavra e no discurso, sem tanta atenção à realidade por trás dessa palavra"; o

"outro problema é o isolamento do Itamaraty em relação à sociedade brasileira", daí decorrendo um problema grave – já adiantado desde antes do início do presente governo por aquele que seria o assessor presidencial em assuntos internacionais – que é o fato de que "o Itamaraty é uma espécie de escritório da ONU no Brasil" e que sua "função... [seria] disciplinar [as massas] ignorantes" em concepções de relações internacionais que, por sua vez, estariam isoladas "em relação ao restante das políticas nacionais". Não resta dúvida que, depois (antes mesmo da posse) de ter acusado os diplomatas de se terem deixado seduzir pelo lulopetismo, pelo marxismo cultural ou coisas do gênero (e de gênero), o chanceler ainda constrange os diplomatas ao dizer que eles estão alheios em relação à sociedade na qual vivem.

Ainda de acordo com os ensinamentos dados pelo chanceler à sua audiência passiva, os problemas continuam na "velha" política externa, e o penúltimo deles é aquilo que ele chama de tematismo, "que é dividir a realidade, nossa atividade em temas… [o que] cada vez mais fragmenta nossa atividade". Tentando orientar os diplomatas sobre a forma correta de trabalhar, o chanceler se empenha em dizer-lhes que "o que houve foi o isolamento também de cada um desses temas, que passam a não se comunicar e, dentro da cabeça de cada um de nós, esses temas muitas vezes não se comunicam". Mas, não se trata apenas de um problema do Itamaraty, ou do Brasil: esse pretenso tematismo "faz parte... de uma tendência mundial de fragmentação do pensamento", o que provavelmente será corrigido em sua administração clarividente. Finalmente, se chega, não à cereja do bolo, mas ao prato de consistência:

> O último problema, último não, mas, enfim, é a compra da agenda globalista (...) por meio de uma falsa concepção de conceitos como universalismo e multilateralismo. É muito dito que a política externa brasileira se define pelo universalismo e pelo multilateralismo. Para mim, isso é não dizer nada, isso é dizer assim, "quem não tem personalidade, copia a personalidade dos outros". Nada contra o universalismo, no sentido de ter boas relações com os países, mas, num certo sentido, o universalismo

> veio a significar, aqui, a doutrina da indiferença, o apagamento das nossas identidades; e o multilateralismo veio, estranhamente, a significar um determinado conteúdo, quando o multilateralismo não é conteúdo de nada, os fóruns multilaterais deveriam ser um instrumento para a promoção de determinadas ideias, determinados conceitos. (Ernest Araújo, "Aula magna" no Instituto Rio Branco, 11/03/2019; disponível no Canal YouTube do Itamaraty).

O chanceler não se exime de esclarecer que ele possui sua própria concepção do globalismo, sobre a qual antecipa que vai discorrer, não sem antes desprezar o antigo universalismo, que constituiu a grande bandeira da diplomacia brasileira ao longo de décadas:

> E é um universalismo curioso, esse que se diz que era praticado pelo Brasil, porque é um universalismo onde pode tudo, menos cooperar com os Estados Unidos. É muito engraçado. Eu venho observando muito isso ultimamente: qualquer iniciativa de política externa é ótima, até que entrem os Estados Unidos, até que entra qualquer iniciativa de cooperação com os americanos. Aí não pode mais. (...) Esse é outro problema seríssimo da nossa política recente.
>
> Enfim, então era um universalismo muito capenga, no qual se escondia uma certa teoria de que qualquer relação com os Estados Unidos é algum tipo de subserviência ou alinhamento automático, algo que dá lugar a certas críticas completamente infundadas ("Aula Magna", passim).

Ao abordar outros alegados graves problemas da diplomacia brasileira, o chanceler revela – mas provavelmente por ignorância sobre

a história econômica do Brasil – um equívoco fundamental para quem pretende orientar a política externa na era da globalização. Referindo-se ao processo brasileiro de desenvolvimento, e o papel que o Itamaraty teria dado em apoio ao crescimento econômico em décadas passadas, o chanceler faz uma formidável confusão entre parcerias externas e dinâmica da atividade econômica no Brasil:

> Houve algumas coisas positivas, mas houve apostas completamente equivocadas, principalmente a partir dos anos 50, e, mais ainda a partir dos anos 70, quando começou a aposta no terceiro-mundismo, no antiamericanismo e no anti-ocidentalismo ou no pós-ocidentalismo, mais recentemente. Uma aposta em parceiros que não foram capazes de nos ajudar no desenvolvimento.
>
> Por causa dessa aposta equivocada, talvez se explique que o Brasil, que foi o país que mais cresceu no mundo entre 1900 e 1975, quando seu principal parceiro de desenvolvimento eram os Estados Unidos da América; depois estagnou, quando desprezou essa parceria com os Estados Unidos e passou a buscar a Europa ou uma integração latino-americana, sem uma integração com o restante do mundo; mais recentemente uma aposta no mundo pós-americano dos BRICS, que é um parceiro extremamente importante, mas que, de repente, virou assim, passou-se a acreditar que seria o grande parceiro econômico do Brasil e tem sido, por exemplo, a China, o principal parceiro comercial e, coincidência ou não, tem sido um período de estagnação do Brasil, justamente nessa vertente econômica, que deveria ter sido e se propôs a ser o centro desse ciclo (idem).

Trata-se, como já antecipado, de uma incompreensão monumental sobre o que significa o papel do comércio exterior, num

país notoriamente fechado como o Brasil, no processo de desenvolvimento, equívoco que já havia sido registrado numa das postagens mais errôneas pouco antes expostas pelo guru e patrono do chanceler. Como o coeficiente de abertura externa do Brasil é menos da metade da média mundial, pretender, como fez o chanceler, que essas parceiras externas atuem em favor de taxas mais robustas de crescimento seria como fazer com que o rabo comercial abane o cachorro do desenvolvimento, sem entrar na questão da qualidade dessas interações. A aula não terminou por aí, pois o chanceler retoma – provavelmente de forma involuntária – ao velho slogan do chefe dos lulopetistas, segundo quem "nunca antes" se tinha feito, no Brasil, tanto e tão bem quanto os companheiros, ou o seu chefe. O que disse o chanceler nessa aula que eu reputo mínima, tantas foram as inconsistências e os equívocos, conceituais e de substância? Isto:

> [O] Brasil vinha fazendo uma política externa que não pensava, que não valorava e que não escolhia, e que, quando escolhia, escolhia errado. (...) [A] política externa… estava isolada da sociedade, mas ela não estava isolada do sistema político, desse sistema político da velha política… e que por tanto tempo sufocou a nação brasileira, sufocou a economia brasileira, sufocou a alma brasileira, e que isolou o Brasil de si mesmo, mais que de outros parceiros ao redor do mundo. Então, um governo que veio se propondo a romper esse sistema, porque os brasileiros queriam a ruptura desse sistema, tem a obrigação de trabalhar nesse mesmo sentido, em relação à política externa. (idem)

Ao pretender fazer diferente, fazer melhor, o chanceler se permite criticar o embaixador Rubens Ricupero, no que se refere ao conceito unificador de seu livro de 2016, que é também o título desse *magnum opus*: "A diplomacia na construção do Brasil". O chanceler se atribui, e ao governo Bolsonaro, a missão superior de inverter o conceito e o propósito da diplomacia brasileira:

> Então, nós temos que repensar esse conceito da diplomacia na construção do Brasil e, hoje, eu acho que é preciso inverter esse título e inverter essa lógica, da qual o embaixador Ricupero é um representante, e começar uma nova etapa, que é o Brasil na construção da diplomacia. Isso é aquilo que nós nos propomos, escutar a alma brasileira e não pretender que nós sabemos o que é a alma brasileira e ditá-la aos nossos compatriotas. É preciso abrir um novo ciclo e temos a certeza de que nós temos o mandato, a obrigação, de abrir esse novo ciclo, porque ele faz parte de um processo nacional. (idem)

A despeito de criticar décadas de diplomacia nacional, por supostamente pretender guiar a sociedade e a nação em torno de ideias e projetos que para ele estiveram singularmente equivocados, por não terem sabido interpretar os verdadeiros valores do povo brasileiro, o chanceler pretende saber ele mesmo quais são os caminhos a serem seguidos pelo governo para criar a felicidade geral da nação:

> O povo brasileiro, ele não quer que nós façamos - eu tenho certeza disso - simplesmente mais uma bela avaliação sobre o tema da última resolução da ONU. Ele quer parcerias efetivas e quer a defesa efetiva dos seus valores, das suas ideias. O povo brasileiro não é materialista - ao contrário da maneira pela qual nossa diplomacia recente tendia a concebê-lo. Nosso povo tem opções morais muito claras. Nós precisamos entendê-las, não pretender dar uma alma ao nosso povo e sim escutar a alma do nosso povo.
>
> Nós precisamos, sobretudo... urgentemente, reassociar esse universo dos valores ao universo da economia. Isso não é um problema só do Brasil, como dizia, é um problema mundial. O fato de que,

> nesses últimos 20, 30 anos, com essa ocupação, digamos, do processo da globalização econômica por ideias que são, a meu ver, completamente anti-humanas e anti-humanistas, todo o universo dos valores definhou completamente (idem).

Nesse ponto, ele volta a criticar novamente as deformações da "velha" política externa:

> Eu dizia outro dia, em algum lugar, em relação a essa questão do economicismo e do comercialismo, que o Brasil, sim, nós queremos vender, por exemplo, soja, minério de ferro, mas nós não vamos vender a nossa alma. Isso é um princípio muito claro, que nós temos muito presente. Muita gente quer que nós vendamos nossa alma, muita gente acha que nós temos uma alma para vender e querem reduzir nossa política externa a uma questão comercial. Isso não vai acontecer (idem).

Uma última demonstração de arrogância intelectual e de sobrevalorização da capacidade brasileira em moldar a sua própria inserção na globalização – ou talvez do próprio chanceler – transparece quase ao final da aula "magna":

> [A] modernidade é um táxi, acho que se pode dizer também que a economia global, a globalização é um táxi, quem entrar diz para onde ela vai. Ou seja, ela não tem uma direção em si mesma. E é isso que nós precisamos mudar, porque o passageiro que entrou nesse táxi me parece que é um passageiro que está levando o mundo para um abismo e vinha levando o Brasil para um abismo. Então, nós precisamos substituir esse passageiro e substituir a direção desse táxi, que é a globalização e a economia

> globalizada. Queria dizer o seguinte também: muita gente acha que o governo Bolsonaro é um táxi. Acha que o táxi chegou, porque a eleição foi ganha e que agora é entrar nesse táxi e conduzir para onde ele quer. Não é assim, não é um táxi. O Presidente é que faz o caminho. A seleção não foi simplesmente um instrumento para que outros interesses ocupem e levem para outro lugar. A direção é muito clara e ela é dada pelo Presidente da República (idem).

Por fim, uma aula magna que deveria ter – como naquelas outras oportunidades perdidas – a função de fornecer uma exposição transparente, ideias concretas e um programa completo sobre a política externa que pretenderia empreender um governo que ainda não teve o cuidado de informar claramente à sociedade – ou aos próprios diplomatas – o que pretende fazer na frente externa, termina, poeticamente fazendo uma alegoria entre aquário e oceano, cujo significado é difícil compreender. Em todo caso, a honestidade intelectual recomenda que se deixe a palavra a quem comanda, atualmente, a diplomacia brasileira:

> Para terminar, alguns querem que a política externa brasileira seja um aquário, querem ficar olhando aqueles peixinhos decorativos, inofensivos, colocando comidinha, peixinhos nadando, nadando entre aquelas coisinhas de naufrágio. Acho que devemos quebrar este aquário, abandonar esse aquário, mergulhar no oceano. O oceano com seus perigos e com suas maravilhas, o oceano da realidade integral, onde a política externa não é um joguinho acadêmico, mas um combate, que é parte do combate pelo futuro da humanidade, um combate para saber se o homem será um ser vertical ou horizontal. O oceano do pensamento, em última instância. Nós precisamos quebrar esse aquário e nadar no oceano das ideias e, a meu ver, esse que significa [sic] esses conceitos de liberdade e de grandeza. (idem)

DIALÉTICA DA OBSCURIDADE: A DIPLOMACIA DO ANTIGLOBALISMO

Foi em 1944 que dois grandes expoentes do "marxismo cultural", na verdade da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer e Theodor Adorno, refugiados nos Estados Unidos durante o período mais sombrio da dominação totalitária sobre a maior parte da Europa continental, terminavam de escrever os "fragmentos filosóficos" que integraram o famoso *Dialektik der Aufklärung* quando o nazismo já estava praticamente com os dias (ou meses) contados. A obra, que só veio a lume em 1947, em Amsterdam, não constitui exatamente uma análise "marxista" do Iluminismo, mais de um século e meio depois que um compatriota dos dois pesquisadores do *Institut für Sozialforschung* – que vivia no final do século XVIII em Konisgberg, atual Kaliningrado, um enclave russo entre a Polônia e os estados bálticos – se perguntava *Was ist Aufklarung?* (1784). Kant participava de um debate sobre o maior movimento intelectual daquele século, quando recém começava a revolução industrial, não na Prússia, e sim na Inglaterra, ao passo que Horkheimer e Adorno, temporariamente instalados em outro continente, procuravam utilizar a metodologia marxista, como legítimo componente do pensamento crítico, para tentar explicar como a humanidade poderia estar sendo devolvida à barbárie, naquele ano sombrio de 1942, quando começaram a redigir os "fragmentos" de uma moderna teoria social aplicada à história e à filosofia.

Em 2019, os aderentes à nova direita brasileira, basicamente desprovida de fundamentos doutrinais e sobretudo histórico-filosóficos, acreditam que o marxismo cultural e a Escola de Frankfurt são mais ou menos a mesma coisa, assim como bolchevismo, o comunismo, o fascismo e o nazismo hitlerista constituiriam, na opinião do atual chanceler, um mesmo bloco indiferenciado de ideologias "de esquerda". Nisso ele contradiz a maior parte da historiografia especializada e até, ao que se constatou, uma informação constante do museu do Holocausto em Israel; a própria embaixada da Alemanha em Brasília se viu envolvida na "celeuma", e teve de desmentir duas vezes que o nazismo fosse um movimento ou uma ideologia "de esquerda". A despeito desses

desmentidos, o chanceler "liberal-conservador" ainda insistia em suas "teses" numa postagem de seu blog em 30 de março:

> O nazismo era anti-capitalista, anti-religioso, coletivista, contrário à liberdade individual, promovia a censura e o controle do pensamento pela propaganda e lavagem cerebral, era contrário às estruturas tradicionais da sociedade. Tudo isso o caracteriza como um movimento de esquerda.
>
> Portanto, o nazismo era anti-liberal e anti-conservador. A esquerda também é anti-liberal e anti-conservadora. Já a direita foi em alguns casos anti-liberal (durante o Século XIX na Europa, por exemplo), em outros casos anti-conservadora (ou pelo menos não-conservadora, indiferente aos valores conservadores, como no caso do neoliberalismo recente), mas nunca foi anti-liberal e anti-conservadora ao mesmo tempo. Em tal sentido, o nazismo se sente muito mais confortável no campo da esquerda do que no da direita ("Pela Aliança Liberal-Conservadora", *Metapolítica 17*, 30/03/2019[4]).

Para demonstrar que o nazismo nunca se sentiu "confortável" no campo da esquerda, o jornalista Diogo Schelp encarregou-se de fornecer-lhe gratuitamente uma lição baseada na historiografia consagrada, recomendando ainda um título abalizado: *Enzyklopädie des Nationalsozialismus* para o seu Aufklärung, isto é, um esclarecimento apropriado. A aula de historiografia e de ciência política explicita melhor os conceitos manipulados pelo chanceler:

> O nazismo não era exatamente anti-conservador, mas, sim, era um movimento revolucionário.

[4] https://www.metapoliticabrasil.com/blog/pela-aliança-liberal-conservadora

> Pretendia romper com o passado e criar um futuro novo. E é precisamente por isso que a esquerda erra quando diz que Jair Bolsonaro é fascista. Nada disso. O presidente e as pessoas que gravitam no seu entorno são, basicamente, reacionários. Isso não é ofensa, é uma constatação. O bolsonarismo quer a volta de um passado idílico (a ditadura militar) e caracteriza-se por reagir (daí o reacionarismo) a mudanças que considera imorais e decadentes na sociedade contemporânea. (Diogo Schelp, "Uma recomendação de livro para o chanceler Ernesto Araújo", *UOL*, 07/04/2019[5]).

A "dialética da obscuridade" da atual chefia da diplomacia brasileira vai muito além de deformações históricas ou simples contorcionismos retóricos expressos sobre o caráter de esquerda do nazifascismo, pois se projeta sobre a produção "cultural" – portanto suspeita – dos dois centros produtores de "inteligência" no Itamaraty. No caso do Instituto Rio Branco, uma reformulação da grade eliminou uma cadeira sobre a América Latina e criou outra de Filosofia Clássica; a disciplina mais do que tradicional de Política Internacional vem recebendo novas leituras e questionamentos mais adequados ao atual Zeitgeist. Na Fundação Alexandre de Gusmão, o controle vai mais longe, com filtros aplicados às publicações existentes ou previstas e exercícios de stalinismo redacional na revista do IPRI. Uma tese de doutorado defendida no King's College, da Universidade de Londres, por Mathilde Chatin – *Brazil: a new powerhouse without military strength? - A conceptual and empirical quest about an emerging economic power* –, já aprovada para publicação pelo Conselho Editorial da Funag em 2018 foi congelada definitivamente por incluir um prefácio do ex-ministro Celso Amorim, no cargo durante o período coberto pelo trabalho acadêmico. Os manuais de apoio aos candidatos ao concurso à carreira diplomática permanecem todos ausentes da biblioteca digital por causa de uma única frase duvidosa, a respeito do antigo deputado eleito presidente em apenas

[5] https://diogoschelp.blogosfera.uol.com.br/2019/04/06/uma-recomendacao-de-livro-para-o-chanceler-ernesto-araujo

um deles. O número do segundo semestre de 2018 dos *Cadernos de Política Exterior*, totalmente preparado ao final do ano, mas não impresso por carência de recursos naquela ocasião, simplesmente não foi enviado à gráfica no novo exercício orçamentário, uma vez que, a despeito de pertencer ao governo anterior, passou a ser objeto de uma "reformulação" *ex post*, ao estilo stalinista, uma revisão completa que certamente seria aprovada pelos sucessivos corretores da História do Partido Comunista da União Soviética, ou da Grande Enciclopédia Socialista, com várias edições ao longo do tempo. Por enquanto, ainda se está na fase dos pequenos "assassinatos" editoriais.

Ao que consta, as concepções, orientações, fundamentos e programas que guiavam as atividades daquelas duas instituições perigosamente contaminadas pelo vírus do marxismo cultural estão sendo cuidadosamente examinadas para extirpá-las de elementos ideológicos indesejáveis e só permitir a existência e o florescimento das boas ideologias, aquelas que permitem e garantem o salvamento do Ocidente, em todo o seu esplendor magnífico. A operação a que se dedicam os novos defensores da ortodoxia se distingue apenas formalmente daqueles cenários já descritos por um jornalista inglês de meados do século XX, Eric Blair. Espíritos mais rebeldes podem ainda se refugiar num ambiente de estudos, a biblioteca, ou se dedicar a pesquisas autorizadas de arquivo. Em determinadas circunstâncias, o limbo – um território neutro que há muito já desapareceu da cartografia espiritual do Vaticano – pode ser o melhor lugar para ler, anotar, refletir, escrever, eventualmente publicar novas crônicas sobre estes tempos interessantes.

CAPÍTULO 5

O globalismo e seus descontentes:
notas de um contrarianista

FIXANDO OS TERMOS DO DEBATE: A CONTRACORRENTE DO PENSAMENTO ÚNICO

Todo processo social, todo movimento econômico, toda tendência política, sendo o produto da ação consciente ou inconsciente, deliberada ou involuntária, de indivíduos, de grupos humanos ou de qualquer entidade organizada burocraticamente, despertam naturalmente a reação adversa dos mesmos entes ou personagens, quando os processos, movimentos ou tendências contrariam benefícios consolidados, situações estabelecidas, ganhos reais ou esperados ou quaisquer outras vantagens e privilégios existentes *ex ante* ou simultaneamente à percepção de uma ruptura do *status quo*. Trata-se de fenômeno secular, senão milenar, ou seja, forças sociais emergentes provocam, inevitavelmente, sua cota de descontentes, os seus frustrados, os seus órfãos, os seus perdedores.

A revolução industrial produziu o seu quinhão de luddistas, os revoltados contra a modernização da tecelagem, com alguma destruição de teares mecânicos até que se conseguisse empregar os anacrônicos dos teares manuais nas fábricas movidas a caldeiras a vapor. A lâmpada elétrica deixou quase todos os fabricantes de velas sem crescimento da demanda e, logo, sem clientes de qualquer tipo. O automóvel aposentou cavalos, estrebarias, recolhedores de esterco nas cidades e vários outros servidores cavalares. O computador desempregou antigas datilógrafas e operadores de máquinas de calcular, presentes antigamente em quase todas as corporações e escritórios de governo. Vários outros exemplos poderiam ser citados, aliás indefinidamente.

Não foi diferente com a globalização, embora ela seja um fenômeno mais do que antiquíssimo, propriamente existente desde a pré-história, como já revelado no livro de Nayan Chanda: *Bound Together: How Traders, Preachers, Adventurers, and Warriors Shaped Globalization* (New Haven: Yale University Press, 2007). Mas, após décadas de alternativas antimercado, sob o socialismo real, a nova onda da globalização trouxe consigo certo número de perdedores, como resultado da nova divisão internacional do trabalho e da deslocalização

de empresas e investimentos. Ela criou os descontentes da globalização, como já tinha alertado muitos anos atrás o economista indiano Jagdish Bhagwati: In *Defense of Globalization* (New York: Oxford University Press, 2004; edição brasileira: *Em Defesa da Globalização: como a globalização está ajudando ricos e pobres* (Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2004).

Com o globalismo, ocorre o mesmo: assim como a expansão das economias de mercado, supostamente capitalistas (mas não se deve confundir as duas coisas, como poderia lembrar o historiador Fernand Braudel), produziu a sua cota de altermundialistas, mais conhecidos como antiglobalizadores, o monstro metafísico do globalismo também produziu o seu pequeno grupo de antiglobalistas, como é natural existir em qualquer fenômeno social, como já adiantado no primeiro parágrafo. Os antiglobalistas são algo assim como os luddistas da globalização, seres deslocados pelo multilateralismo contemporâneo, aspirando defender antigas concepções de tempos passados, o nacionalismo estreito do período pré-onusiano, o bilateralismo estrito dos antigos acordos de comércio e navegação, e que pretendem, parafraseando Marx, fazer rodar para trás a roda da História.

Os conceitos e argumentos acima já balizam o espírito sob o qual foi redigida esta nota sobre os inimigos do globalismo, que eu considero um exército brancaleônico de templários, que estaria mais à vontade no terreno mitológico dos unicórnios e das sereias, ou seja, seres bizarros que pretendem se contrapor às correntes de vento ou às marés dos oceanos. Não tenho nenhuma hesitação em revelar desde já meu julgamento sobre esse patético ajuntamento de novos cruzados, depois de já ter enfrentado as hostes mais caóticas de antiglobalizadores, como exemplificado em meu livro *Globalizando: ensaios sobre a globalização e a antiglobalização* (Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011), pela simples razão que eu mesmo estou acostumado a nadar contra a corrente. A caução preliminar a ser introduzida aqui é a identificação de qual globalismo se está falando: a versão "paranoica" é a que se vai discutir aqui, se é que ela tem condições de persistir em um mundo aparentemente entregue a uma marcha irrefreável de conquistas científicas. Quanto ao globalismo "normal", é propriamente patético

constatar que se pretenda, num ambiente diplomático, lutar contra a essência fundamental do trabalho dos diplomatas, o ambiente natural de suas atividades.

NOTA PESSOAL DO PONTO DE VISTA DE QUEM PRATICA ATIVAMENTE O CETICISMO SADIO

Independentemente do tema, assunto, questão ou problema que se apresente em face de minhas aventuras intelectuais algo aleatórias, sou um praticante ativo, desde a adolescência pelo menos, daquela atitude que foi, pela primeira vez, sintetizada, por um professor de arqueologia ao grupo de estudantes de ginásio que o visitava na USP, pelo conceito de "ceticismo sadio". Ele explicava a postura como sendo feita de indagações sucessivas ao objeto em exame, ou seja, questionamentos, perguntas, exame acurado das origens e dos fundamentos do problema com o qual se confronta um pesquisador qualquer, o que até parecia inadequado para um "arqueólogo", sempre pautado pelas evidências da geologia, paleontologia e outras vertentes das ciências naturais. Nunca esqueci a lição, e sempre a cultivei, inclusive instruído desde muitos anos antes pelas leituras de Monteiro Lobato, pois resolvi ater-me à modesta racionalidade desta regra básica no trabalho intelectual: apresentado a qualquer proposição, tese ou argumento no terreno das ciências sociais aplicadas e das humanidades, busque os fundamentos, anote as evidências empíricas, questione os dados, aprofunde a pesquisa antes de aderir a qualquer proposta ou opinião que se lhe apresente, por mais "racionais" ou "evidentes" que possam parecer essas proposições oferecidas para o seu "consumo".

Devo, entretanto, alertar que a minha atitude cética em face de questões que me são apresentadas não é doentia, ou sistematicamente aplicada a todos os problemas em análise; ela apenas se manifesta de forma racional (pelo menos espero) e de forma compatível com os dados da questão em exame. Continuei aprofundando e refinando o meu "ceticismo sadio" ao longo de toda uma vida dedicada aos estudos e pesquisas nos meus campos de interesse intelectual, que vão de uma

ponta a outra das ciências humanas e sociais (inclusive ciências naturais, paleontologia, biologia e outras áreas afins ou vinculadas). Pois foi armado da mesma atitude cética que fui apresentado, não muito tempo atrás, ao tal de antiglobalismo, um movimento para a qual minha atenção foi despertada no contexto de uma diatribe involuntária mantida com o autoproclamado "filósofo" Olavo de Carvalho, a quem eu comecei a chamar de "sofista da Virgínia", quando eu sequer desconfiava que existisse qualquer tipo de problema com a sua suposta base conceitual, o globalismo, que sempre considerei como uma espécie de equivalente ao processo bem mais conhecido da globalização (termo que os franceses rejeitam, por anglofobia visceral, preferindo o conceito de mundialização, e o seu contrário, o altermundialismo). Vou relatar brevemente como foi essa confrontação, antes de voltar a tratar do globalismo e do antiglobalismo.

No segundo semestre de 2017 – tendo já concedido uma entrevista individual, um ano antes, sobre política externa e economia do Brasil a um novo grupo de mídia – fui solicitado pelo mesmo grupo, Brasil Paralelo, a conceder uma nova entrevista, via hangout, para um programa especial, desta vez sobre o processo de globalização e o conceito de globalismo. Concordei, uma vez que costumo atender essas demandas de caráter didático, colocando minhas pesquisas acadêmicas e minha experiência de vida a serviço de um círculo maior de interessados, e para tal preparei algumas notas, seguindo um roteiro feito pelos organizadores. Essas notas sumárias – "Globalismo e globalização: os bastidores do mundo" (disponíveis no blog *Diplomatizzando*[6]) – foram divulgadas no próprio dia da "entrevista", que afinal revelou-se um "diálogo" com aquele a quem passei a chamar de "Rasputin de subúrbio". No seguimento do "diálogo", o dito sofista entendeu ser seu dever ofender-me sob diversos epítetos, no que foi seguido por uma horda de seguidores fanáticos, com aqueles impropérios escatológicos que também se tornaram doravante marca registrada do próprio guru da seita, e por ele aplicados a diversos militares do governo Bolsonaro.

[6] http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2017/12/globalizacao-e-globalismo-como.html

Num sentido inverso ao de Buffon, meu "debate" involuntário com Olavo de Carvalho demonstrou como o "estilo faz o homem", uma vez que ele se ocupou de me ofender em seus canais próprios, sempre endossado pelos fundamentalistas de uma nova crença: o fantasma do globalismo. Já enfastiado por esse entrevero surrealista e inútil, dei por encerrado esse exercício desprovido de qualquer charme e interesse.

GLOBALIZAÇÃO REAL E GLOBALISMO SURREAL: DA FÍSICA À METAFÍSICA

Venho agora ao objeto principal deste texto: o globalismo e os "anti". Não creio ser necessário discutir qualquer aspecto real – inclusive porque ele não existe – do chamado "globalismo", em vários trabalhos considerado um sinônimo virtual do processo de globalização, este sim abundantemente mapeado na literatura acadêmica e jornalística. Na verdade, o globalismo é geralmente considerado nas diatribes dos "anti" como um tipo particular de globalização, aquela produzida sorrateiramente nas fímbrias da governança global e que se destina, na concepção dessa tribo, a retirar soberania dos Estados nacionais e atribuir toda a potestade a uma "ordem global" dotada de características algo similares aos grandes organismos multilaterais da atualidade, dentre eles a ONU. Não é possível discutir aqui o tema da globalização, mas permito-me uma referência a pequeno texto meu, no qual faço uma distinção entre a globalização real, de nível "micro", e sua vertente "macro": "Globalização micro e macro: o que é isso?" (blog *Diplomatizzando*[7]).

A primeira forma, de caráter individual ou empresarial, considero a verdadeira globalização: impessoal, irrefreável, não administrada por qualquer poder ou Estado organizado, já que correspondendo justamente ao que Adam Smith chamou de "mão invisível", o trabalho empreendido pelos agentes econômicos diretos visando objetivos privados absolutamente egoístas, mas não coordenados

[7] http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2018/01/globalizacao-economica-e-globalizacao.html

entre si. A segunda forma não deveria, normalmente, corresponder ao conceito de globalização, uma vez que comporta a ação de Estados e de organismos internacionais com vistas a ordenar e controlar esse processo, não administrável por nenhuma força identificada com um objetivo pré-determinado, embora se acredite que ele possa ser objeto de normas e regulamentos instituídos por burocratas nacionais ou internacionais; ou seja, se poderia classificar a forma "macro" da globalização como um esforço de antiglobalização, ou pelo menos de contenção, esforços de controle, por parte de "planejadores sociais" dos efeitos mais evidentes – alguns nefastos para certas categorias sociais – desse processo irrefreável.

Vejamos agora o conceito de "globalismo", que é praticamente, como já dito, um sinônimo de globalização. Contudo, aos olhos de certos adeptos das teorias da conspiração, ele assume um sentido ideológico, uma vez que costuma despertar reações de cunho soberanista ou nacionalista, que é aquilo eu costumo chamar de "metafísica do antiglobalismo". Tanto a esquerda quanto a direita alimentaram suas versões respectivas do antiglobalismo. Na visão da esquerda, mais identificada com os franceses de um conhecido movimento anti ou altermundialista, a globalização (ou mundialização) só trouxe desgraças ao mundo: pobreza, desigualdade social, destruição da natureza e dos recursos da biodiversidade, discriminação racial e de gênero, reforço dos "poderes do grande capital" contra os interesses dos trabalhadores (argumento mais utilizado nas denúncias dos sindicatos de países avançados contra a "deslocalização", ou seja, os investimentos diretos em países periféricos, de baixos salários), enfim um conjunto de efeitos negativos que precisam ser ativamente combatidos pelos movimentos sociais. Estes de fato tentaram, durante vários anos, nas manifestações ruidosas dos anos 1990 e 2000, contra as reuniões das organizações de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), contra as rodadas de negociações do GATT e contra a própria OMC, contra as reuniões do G7, G8, G20 e todas as cúpulas supostamente identificadas com o "capitalismo global", como as reuniões empresariais anuais do World Economic Forum (em Davos, na Suíça), mas também nos inúmeros convescotes ruidosos reunidos sob a égide do Fórum Social Mundial (um contraponto ao Fórum de Davos), realizados durante vários anos em

capitais teoricamente identificadas com suas teses "progressistas" e "por um outro mundo possível"; Porto Alegre (durante muitos anos dominada por governos do PT), Caracas durante a presidência de Hugo Chávez, e outras capitais "alternativas" serviram de cenário para esses convescotes barulhentos, mas pouco efetivos, tanto no plano doutrinal, quando no que se refere a recomendações práticas para governos.

Como as piores desgraças da globalização não se manifestaram de forma tão evidente quanto o pretendido pelos adeptos do altermundialismo – e como, ao contrário, diversos países da periferia, especialmente na Ásia Pacífico, progrediram de modo espetacular, arrancando milhões de pessoas de uma miséria ancestral para leva-las a uma situação de pobreza aceitável, e até de moderada prosperidade –, esse movimento foi perdendo força, de modo que o antiglobalismo de esquerda deixou de ter aquele charme muito pouco discreto que ele exibia nos anos 1990 e 2000, para se prolongar apenas em pequenos núcleos de irredutíveis anticapitalistas, mais evidentes na academia do que nos movimentos políticos reais.

O que mais contribuiu para provar o fracasso prático dos antiglobalizadores – objeto de muitos artigos meus e até de um livro já referido *Globalizando: ensaios sobre a globalização e a antiglobalização*, reunindo o essencial do que escrevi sobre eles – e a consequente progressiva perda de influência desses "anti" de esquerda nos tempos mais recentes? Algo muito evidente: o mundo deixou de ser caracterizado pela "Grande Divergência" – o processo de aumento das disparidades de renda entre países avançados e economias periféricas, grosso modo entre a segunda revolução industrial e os anos 1980 do século XX – para adentrar no que parece ser uma "Convergência Parcial", pelo menos envolvendo aqueles países e regiões que se inseriram de modo mais assertivo no processo de globalização capitalista. A diminuição das desigualdades entre os países não impediu, porém, um aumento (temporário?) das desigualdades dentro dos países, o que abriu uma janela de oportunidade para um economista socialista (francês, *of course*) que pretendeu navegar sobre glórias passadas de Karl Marx: o *magnum opus* de Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*, opera um mau diagnóstico sobre as origens da nova concentração

de renda (considerada em sua forma unicamente financeira) e prescrições ainda piores para a superação dessa desigualdade, pela taxação dos ricos obviamente.

Estudos econométricos de um outro economista, o catalão Xavier Sala-i-Martin, professor na Columbia University, demonstraram amplamente que a desigualdade – evidente em diversos indicadores de distribuição de renda, especialmente no coeficiente de Gini – diminuiu sensivelmente a partir da terceira "onda" da globalização a partir dos anos 1980, que corresponde aproximadamente à volta da China à divisão mundial do trabalho com as reformas de Deng Xiaoping, seguida pouco depois por igual adesão por parte da Índia aos princípios mais elementares da economia de mercado, da qual ela se tinha afastado desde seu entusiasmo pelo planejamento estatal ainda nos anos 1950. A implosão final da União Soviética, em 1991, e a transição de praticamente todos os países socialistas ao velho e duro capitalismo de modo mais ou menos rápido terminou por encerrar o culto beato que mantinham acadêmicos e sindicalistas ao estatismo e à "soberania econômica nacional", inclusive porque a volta à prosperidade de alguns desses países congelados na estagnação socialista foi real (sobretudo na Europa).

Na América Latina, sempre alimentada por velhas teorias e doutrinas ditas "desenvolvimentistas" com muita influência nas academias e, portanto, entre as elites econômicas igualmente, os resultados foram bastante contraditórios, inclusive porque o fracasso da "década perdida" (a crise da dívida externa nos anos 1980) não foi seguido por reformas realmente profundas na maior parte dos países. Poucos dentre eles aderiram ao novo "cânone" liberal, supostamente simbolizado na regras do "Consenso de Washington", de modo que a conversão a economias livres de mercado foi apenas parcial – em parte no México, moderadamente na Colômbia, mais decisivamente no Chile, e tardiamente no Peru –, ao passo que grandes economias, como Argentina, Brasil e também a Venezuela, experimentaram um pouco de "neoliberalismo", mas tornaram a recorrer a velhas receitas do estatismo e do populismo econômico, mais uma vez guiadas por demagogos de esquerda (os Kirchner, na Argentina; Lula, no Brasil; Hugo Chávez na

Venezuela). De forma não surpreendente, aqueles quatro países da franja do Pacífico se engajaram mais resolutamente na globalização, e passaram a experimentar taxas de crescimento mais robustas, ao passo que os demais estagnavam, quando não recuavam no caminho da prosperidade e da inserção na economia global.

DO LADO DA DIREITA: TODO GLOBALISMO SERÁ CASTIGADO, MESMO SEM DOUTRINA

Tudo indica, portanto, que o antiglobalismo de esquerda perdeu relevância, mantendo-se apenas em poucos nichos acadêmicos, eventualmente influentes em alguns movimentos políticos e sociais, mas desprovidos de maiores evidências capazes de sustentar uma nova escalada ascensional ao poder, como talvez tenha sido o caso localmente em certos países. Abriu-se então uma janela de oportunidade para o antiglobalismo de direita, de certa forma alimentado pelo efeitos da globalização em países avançados, nos quais as velhas indústrias da segunda revolução industrial deixaram de representar parte relevante do PIB, para abrir espaço às novas economias de serviço, apoiadas bem mais no oferecimento de bens intangíveis do que na produção de manufaturados (que foi deslocada para os países periféricos, ou "emergentes", em grande parte na Ásia). Ao mesmo tempo, o fracasso econômico de algumas grandes regiões, assoladas por guerras civis, como na África e no Oriente Médio, ou pelo velho populismo como na América Latina, realimentou novos fluxos migratórios, alguns espetaculares, como resultado de guerras prolongadas e afundamento econômico em Estados falidos. O fato desses novos imigrantes acudirem aos borbotões e de forma frequentemente ilegal às portas de países avançados da Europa e da América do Norte despertou – ao lado de alguns ataques espetaculares de terroristas islâmicos no próprio coração dessas velhas metrópoles coloniais, ou imperialistas –, como seria de se esperar, reações xenófobas, e até racistas, por parte das populações brancas, cristãs, e relativamente afluentes nesses países. O fato de que a ONU e suas agências especializadas tendem a assumir uma postura

política tendencialmente favorável ao fenômeno migratório, e pragmaticamente assistencialista no tocante ao acolhimento de refugiados econômicos e de catástrofes humanitárias, também contribuiu para a formação de uma reação negativa, por parte das populações dos países "assediados", o que alimentou o crescimento e o reforço político de partidos e movimentos de direita, excludentes por definição, nacionalistas em sua essência, e manifestamente "antiglobalistas" no que tange à expansão contínua do multilateralismo ao longo dos primeiros setenta anos da ONU e seus órgãos assessórios.

Não existe uma "doutrina" unificada do antiglobalismo, pela simples razão de que as situações nacionais são substancialmente diversas, tanto em termos de "pressões" advindas de fluxos migratórios "não-cristãos", quanto como resultado de trajetórias políticas nacionais bastante diferentes entre si, mesmo numa Europa supostamente "comunitária", exibindo algumas políticas comuns de "segurança" ou de política externa, como o "espaço Schengen", por exemplo, compreendendo, em teoria, 26 dos 28 países membros da União Europeia. Nos Estados Unidos, já pressionados por algumas dezenas de milhões de imigrantes ilegais, a maior parte latino-americanos, a situação política também se modificou sensivelmente a partir da eleição de Donald Trump, e sua assunção à presidência em janeiro de 2017; deliberadamente contrário às políticas de imigração já relativamente restritivas da administração anterior, o novo presidente começou uma ofensiva anti-imigratória simbolizada na construção de um muro na fronteira com o México, até o momento ainda não materializado por inteiro.

No plano mais global das ideias políticas é certo que o multilateralismo, em vigor durante mais de meio século sob a égide da ONU, e dos grandes empreendimentos comunitários ao estilo da EU, encontram-se temporariamente sob os ataques dos novos movimentos de direita, com seus diversos componentes políticos, étnicos, religiosos e culturais, que assumiram algum poder em diversos desses países "assediados", com a perspectiva de que alguma associação mais flexível entre esses diversos movimentos se manifeste de forma mais ruidosa no plano político-eleitoral, sobretudo na Europa. Os casos mais evidentes se

referem à Itália, à Hungria e à Polônia, não por acaso sob a vigilância das instâncias comunitárias que examinam atentamente a evolução de suas políticas nacionais nos terrenos da democracia política, das liberdades de expressão e do respeito aos direitos humanos. Talvez também não por acaso são os países escolhidos como novos "aliados políticos" do novo governo brasileiro, assumidamente de direita e partidário de uma pouco explicada adesão a valores "judaico-cristãos" que estavam, pelo menos aparentemente, esquecidos nas últimas décadas em nosso país.

TEORIAS CONSPIRATÓRIAS SOBRE O GLOBALISMO: *DÉJÀ VU*, *ALL OVER AGAIN*

Mais até que no âmbito das políticas nacionais em matéria educacional ou de direitos humanos – que praticamente não existem ou são suficientemente confusas para desafiar qualquer interpretação a respeito –, é no âmbito da política externa que se tem manifestado a mais espetacular inversão de tendências das últimas décadas, ou, mais exatamente, desde sempre, ao se ter evidências fáticas, ainda que igualmente confusas, sobre o antiglobalismo notório da nova administração diplomática brasileira. Ela está a cargo de um funcionário pouco experiente no exercício de funções de alta chefia, muito devotado às ideias da "nova direita" europeia – na verdade, de extrema direita –, e especialmente submisso aos eflúvios antiglobalistas expelidos pelo já referido "sofista da Virgínia", que não possui nenhum discurso articulado sobre o fenômeno.

Ainda que Olavo de Carvalho não possua nenhum estudo academicamente respeitável sobre o pretenso fenômeno do globalismo, não há dúvida de que ele está na origem da formação de um pequeno grupo de discípulos, organizados em forma de seita antiglobalista, seguidores de suas diatribes – na verdade, reproduzindo tendências já presentes na nova direita americana – contra a globalização e o suposto globalismo. De fato, sem produzir qualquer conhecimento original, na completa ausência de pesquisas baseadas em fontes credíveis, ele vocaliza suspeitas há muito disseminadas em certos meios esotéricos, e

as transmite a seus "discípulos" propensos a acreditar na ação obscura de determinados grupos supostamente influentes na sociedade. Completamente desprovidos de fundamentação empírica, reproduzindo verdadeiros absurdos do ponto de vista da história econômica, os poucos escritos e afirmações esparsas de Olavo de Carvalho a propósito desse globalismo fantasmagórico não apresenta nenhum dos requerimentos básicos para eventual submissão a algum *journal peer-reviewed*.

Sua reação epidérmica, próxima da indigência sub-intelectual, se parece muito com as teorias conspiratórias de alguns grupos, eventualmente conectados em rede, já detectados em algumas obras de especialistas acadêmicos. Entre eles está o conhecido historiador escocês Niall Ferguson, que trata do assunto em um prefácio a um de seus livros mais recentes:

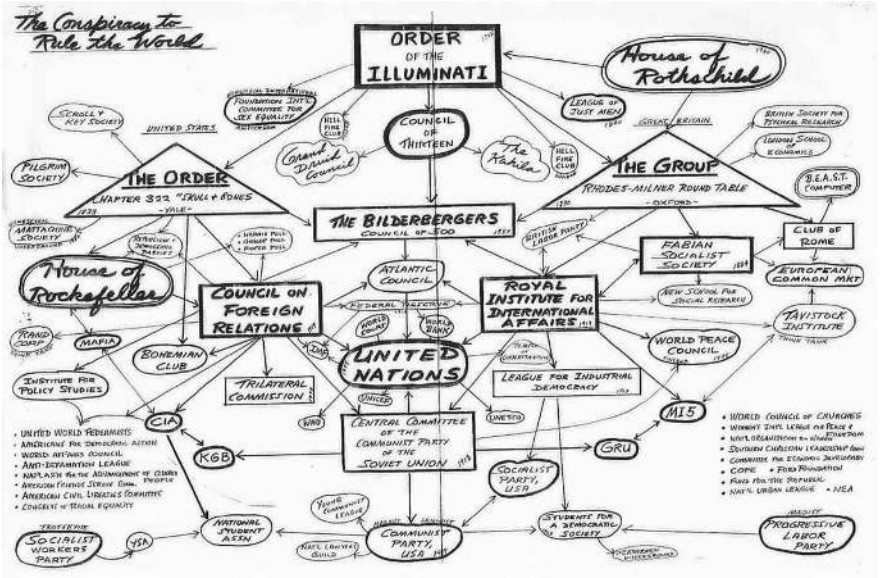
> A suspeita cresce [entre os deslocados do mercado de trabalho] de que o mundo é controlado por redes poderosas e exclusivas: os banqueiros, o Establishment, o Sistema, os Judeus, os Maçons, os Illuminati. Quase tudo o que se escreve nessa linha é lixo. Mas seria improvável que as teorias da conspiração fossem tão persistentes se redes desse tipo não existissem.
>
> O problema com os teóricos da conspiração é que, como deslocados ressentidos, eles invariavelmente não compreendem e deformam os meios pelos quais as redes operam. Em especial, eles tendem a acreditar que redes de elites controlam, disfarçadamente, mas facilmente, as estruturas formais de poder. Minha pesquisa – assim como minha experiência – sugere que esse não é o caso. Ao contrário, redes informais frequentemente exibem uma relação altamente ambivalente com respeito às instituições estabelecidas, e em muitos casos mesmo uma relação hostil (Niall Ferguson, *The Square and the Tower: Networks and Power, from the Freemasons to Facebook*. Londres:

Penguin Books, 2018; prefácio: "O historiador em rede").

Mas, o historiador britânico também alerta logo em seguida: "Frequentemente, grandes mudanças na história são o resultado de grupos informalmente organizados de pessoas, parcamente documentados." Ele também indica, imediatamente, dois nos quais é formalmente envolvido, o *World Economic Forum* e encontros do grupo Bilderberg, este último frequentemente citado nas diatribes antiglobalistas de Olavo de Carvalho. A despeito de pertencer a muitos outros grupos e redes, na Grã-Bretanha e nos EUA, Niall Ferguson confessa candidamente que não tem "quase nenhum poder" (idem). No entanto, alguns dos exemplos examinados em seu livro chegaram a ter essa ilusão de conseguir mudar o mundo, começando, no século XVIII, pela *Illuminatenorden*, a Ordem dos Iluminados, na qual circularam intelectuais como Goethe e Herder. Seu fundador a chamava de Liga dos Perfeitabilistas – *Bund der Perfektibilisten* –, cujo objetivo era assegurar a "vitória da virtude e da sabedoria sobre a estupidez e a malícia" (Cap. 1: "The Mystery of the Illuminati"). Alcançando os Estados Unidos depois da revolução francesa, os Illuminati podem ter estado na origem do "estilo paranoico na política americana", segundo o historiador Richard Hofstader; eles também teriam tido um papel na fundação da John Birch Society, a mais anticomunista das associações políticas americanas, assim como certa influência na obra do maior conservador cristão do país, Pat Robertson, autor do livro *New World Order* (1991), uma das possíveis bases do pensamento antiglobalista de Olavo de Carvalho.

Em meu debate involuntário com Olavo de Carvalho fui "presenteado" com a descrição completa do "alto comando" que, segundo essa teoria conspiratória, manda soberanamente nos destinos do mundo, já tendo colocado na teia do globalismo as mais influentes associações e os mais ricos magnatas cooptados para esse projeto sinistro. Ele me citou os Bilderbergers, os Rockefellers e os Rothschilds, além da Fabian Society e uma cesta inteira de think tanks e ONGs, todos eles engajados na consolidação da Ordem Global, inclusive por meio da

ONU. Niall Ferguson resume de forma magnífica essa "teoria da conspiração" numa das passagens mais representativas de seu livro – sobre as redes que circulam em volta do poder –, ilustrando aliás seus parágrafos sobre a coalizão dos Illuminati contemporâneos com um quadro apropriado, que já reproduzimos abaixo, seguido de seu texto-síntese sobre a "conspiração para dominar o mundo":



Um painel bastante representativo descreve os Illuminati como uma 'elite super rica do Poder com a ambição de criar uma sociedade escrava':

> Os Illuminati possuem todos os bancos internacionais, as companhias de petróleo, as mais poderosas empresas da indústria e do comércio, eles se infiltram na política e na educação e eles dominam quase todos os governos – ou pelo menos

> controlam-nos. Eles possuem até mesmo Hollywood e a indústria da música... [O]s Illuminati comandam também a indústria do comércio de drogas... Os principais candidatos à Presidência são cuidadosamente escolhidos dentre as linhas ocultas de sangue de treze famílias de Illuminati... O maior objetivo é o de criar um Governo Único Mundial, com seus membros no topo para dominar o mundo na direção da escravidão e da ditadura... Eles querem criar uma 'ameaça externa', uma falsa Invasão Extraterrestre [a fake Alien Invasion], de forma a que os países deste mundo se declarem dispostos a se unir num Único.

A versão padrão da teoria da conspiração vincula aos Illuminati a família Rothschild, a Távola Redonda, o Grupo Bilderberg e a Comissão Trilateral – sem esquecer o administrador de fundos de risco, doador político e filantropista George Soros (Capítulo 1 de Ferguson, "The Mystery of the Illuminati", in: *The Square and the Tower*, p. 3).

A CONTRAFAÇÃO DOS NEO-ILLUMINATI NO BRASIL: GLOBALISMO, CLIMATISMO, MARXISMO

Segundo os neo-Illuminati e seus representantes no Brasil qualquer projeto que tenda a retirar poderes dos Estados soberanos para colocá-los nas mãos de burocratas não eleitos está irremediavelmente contaminado pela ideia globalista, e deve, portanto, ser rejeitado in limine. Encontra-se nessa situação, obviamente, o projeto comunitário da União Europeia, aliás desde sua origem no Tratado de Paris (1951) e nos tratados de Roma de 1957 e todas as suas derivações posteriores, até o de Maastricht, que criou a União Europeia em 1993, e que inclusive tentou instituir uma espécie de "governo central", com presidente e constituição escrita. Para ser fiel a esse credo soberanista, os novos responsáveis pela política externa do Brasil deveriam, presumivelmente, recusar não só o acordo de liberalização comercial Mercosul-União

Europeia, como o próprio princípio do Mercosul, cujo tratado constitutivo – assinado em Assunção, em 1991 – prevê o coroamento do atual processo de consolidação da união aduaneira por meio de um mercado comum, como no precedente europeu de 1957. O nome oficial do bloco, aliás, é "Mercado Comum do Sul", aparentemente uma insustentável renúncia de soberania, na visão dos antiglobalistas.

O fato de que todo e qualquer tratado internacional, seja ele bilateral, regional ou multilateral, implique necessariamente uma renúncia de soberania por parte dos Estados signatários – no sentido em que eles concordam em fazer e deixar de fazer certas coisas de comum acordo, se comprometendo, portanto, a não aplicar medidas unilaterais nas áreas cobertas pelo tratado – deveria fazer com que os antiglobalistas convictos recusem a essência mesma da diplomacia, que é justamente a arte de estabelecer convivência e cooperação entre Estados, num exercício de autolimitação de seus poderes soberanos. O extremo nacionalismo, como já observado em algumas trajetórias históricas, termina por resultar na autarquia, isto é, a tentativa de se libertar de qualquer dependência com respeito a fornecedores estrangeiros, amigos ou inimigos. Exemplos conhecidos na era moderna compreendem a União Soviética – "socialismo num só país" –, a economia nazista na Alemanha sob Hitler e o próprio Brasil, em diversos períodos sob dominação militar (na era Vargas e sob a ditadura militar, 1964-85), quando também se praticou uma espécie de "stalinismo industrial", com indústrias verticalmente integradas e basicamente dedicadas a se abastecer e a fornecer produtos para o mercado interno.

Os principais inimigos dos antiglobalistas brasileiros são, sem qualquer ordem pré-determinada, os adeptos do marxismo cultural, do aquecimento global (chamado de climatismo), do comercialismo (ou seja, o comércio sem alma), do multilateralismo, do universalismo e, evidentemente, do globalismo. Todos eles passaram a ser combatidos, em nome da pureza na adesão ao novo credo oficial, muito próximo das mesmas posturas já exibidas pela nova direita europeia e pelo presidente Trump, objeto dos maiores elogios do novo chanceler ao ser considerado o "salvador do Ocidente", em especial em sua vertente "judaico-cristã". Ao lado dessas ameaças, persistem diversos outros equívocos teorizados

especialmente para o caso do Itamaraty pelo encarregado da diplomacia bolsonarista: o nominalismo, o tematismo, o isolamento do Itamaraty da sociedade brasileira e das demais políticas públicas, e uma suposta indiferença dos diplomatas no tocante aos valores profundos do povo brasileiro, que seria conservador por excelência e, *ipso facto*, partidário de todas essas posturas quase que naturalmente.

Trata-se de uma agenda demolidora, *stricto et lato sensi*, pois para colocar o Itamaraty no mesmo diapasão que vigorou no Império até a gestão do Barão do Rio Branco – uma vez que todo o período posterior, até o governo Bolsonaro, é considerado um desvio em relação aos verdadeiros valores da sociedade brasileira –, é preciso desmantelar, literalmente, os padrões culturais e ideológicos seguidos durante esse largo período intermediário, quando a política externa e a diplomacia distanciaram-se da real identidade do povo brasileiro, praticando o terceiro-mundismo, o antiamericanismo e o anti-ocidentalismo.

Suprema ironia: todo esse combate contra as más ideias – de fato, a destruição da inteligência no Itamaraty – tem como justificativa a luta contra as ideologias. *Soit*!

CAPÍTULO 5

A revolução cultural na diplomacia brasileira:
um exercício demolidor

EUFORIA E TRAGÉDIA DAS REVOLUÇÕES CULTURAIS

A tristemente famosa "Grande Revolução Cultural Proletária" chinesa, de meados dos anos 1960, não foi exatamente uma revolução, e muito menos se revestiu de características culturais. Tratou-se, pura e simplesmente de uma luta pelo poder ou, antes, de uma luta pela preservação do poder do então líder contestado do Partido Comunista Chinês, Mao Tse-tung. Sua origem retrocede à sua tentativa desastrosa de pretender fazer a China avançar "cinquenta anos em cinco" no seu "Grande Salto Para a Frente", como pode ser considerado o seu plano quinquenal de aceleração stalinista da industrialização no campo, lançado no final dos anos 1950. A imposição forçada de metas impossíveis de serem alcançadas pelas aldeias rurais e aglomerações agrícolas, espalhadas por vastos territórios em províncias recuadas do interior, redundou numa das maiores tragédias da história da China, quiçá da história humana.

O historiador holandês Frank Dikötter, especializado na China moderna, calcula que a desorganização da produção rural causada pelo desvio compulsório das atividades tradicionais de aldeias vinculadas a uma agricultura quase ao nível da subsistência, para atender o desvario de imperador demencial, provocou a perda de colheitas e o consumo de reservas agrícolas, o que simplesmente provocou uma fome epidêmica de proporções gigantescas, durante mais de dois anos. O resultado – indiretamente confirmado mais tarde, quando da relativa abertura da China com a divulgação para a ONU de dados demográficos passados, o que permitiu cálculos mais precisos – foi uma hecatombe humana, chegando ao nível do canibalismo, cifrada por Dikötter numa magnitude inimaginável, algo próximo de 45 milhões de vítimas, a maior catástrofe da China e certamente uma das maiores do mundo (*A Grande Fome de Mao*; Record, 2017).

Em consequência do desastre fenomenal, outros líderes do PCC empreenderam uma tentativa de isolar Mao da gestão corrente dos assuntos do Estado, deixando-o apenas como o chefe honorífico do partido. Para responder aos seus adversários no partido e no Estado, Mao

empreendeu manobras junto a alas do Exército do Povo e das unidades da juventude comunista, deslanchando o que ficou conhecido como a "revolução cultural", baseada no culto fervoroso de suas ideias, com consignas reunidas num pequeno livro vermelho distribuído aos milhões entre jovens, quadros do partido e funcionários e soldados dos extratos inferiores. O resultado conjugado de ações improvisadas, exacerbadas pelo ardor militante de fanáticos seguidores, foi a mais espantosa desorganização do Estado chinês e de várias outras instituições públicas. As universidades foram praticamente esvaziadas de seus professores, enviados para a coleta de estrume nas comunidades agrícolas, a xenofobia contra a cultura estrangeira se disseminou em amplas esferas da sociedade, acompanhada de violência física contra aqueles que não estavam dispostos a repetir acriticamente as consignas de Mao.

A devastação humana pode não ter sido equivalente à da Grande Fome dos anos 1959-1962, mas a demolição das instituições e o desperdício em vidas humanas foi absolutamente desproporcional em relação a qualquer objetivo político que o líder chinês poderia pretender. O sinólogo belga Pierre Ryckmans, conhecedor da China desde os anos 1960, publicou em 1971, sob o pseudônimo de Simon Leys, um livro, *As roupas novas do presidente Mao* (nunca editado no Brasil), no qual desvendou, em mais de 300 páginas, a imensa mistificação e a "gigantesca impostura" posta em marcha pelo ditador chinês. Como ele proclamou desde a abertura:

> A 'revolução cultural', que só teve de revolucionário o nome e de cultural apenas o pretexto tático inicial, foi uma luta pelo poder empreendida na cúpula entre um punhado de indivíduos por trás da cortina de fumaça de um fictício movimento de massas (Simon Leys, *Les Habits Neufs du Président Mao*. reedição; Paris: Livre de poche, 1989, p. 7).

A "revolução cultural" atualmente em curso no Itamaraty, e de forma geral em outras esferas do governo Bolsonaro, não tem

obviamente as mesmas consequências catastróficas que o Grande Salto Para a Frente ou a Grande Revolução Cultural Proletária do presidente Mao. Mas o empreendimento possui praticamente as mesmas razões e justificativas, e princípios operacionais funcionalmente equivalente, ainda que com sinais invertidos: o Estado e a sociedade foram tomados de assalto por hordas de comunistas, que defendem o "marxismo cultural", e a palavra de ordem, agora, é "limpar o lixo marxista", seguida da reconstrução da sociedade e das instituições em novas bases. Foi mais ou menos em termos semelhantes que o candidato à chancelaria brasileira começou a proclamar, sob a indisfarçável orientação "cultural" do seu guru da Virgínia, a necessidade de expurgar o Itamaraty dos maus hábitos adquiridos nos anos lulopetistas, ou nos períodos anteriores, de modo geral. Em outros termos, mais destruição do que construção, mais espelho retrovisor do que o trabalho prospectivo de enfrentamento dos grandes problemas do país.

Segundo a cronologia histórica do chanceler literário, depois do Barão do Rio Branco, o Brasil e a sua diplomacia teriam mergulhado num "vazio cultural" só comparável ao que hoje caracterizaria a Europa, assaltada por hordas de imigrantes e entregue a uma decadência assumida como normal. Nessa perspectiva, caberia primeiro empreender uma missão de desmantelamento – o presidente já falou em trabalho de "destruição" –, antes de se pensar em reconstruir as bases de um novo sistema, que deveria ser fundado nos "verdadeiros valores do povo", que são, ao que parece, judaico-cristãos, ou seja, profundamente religiosos. Em suma, trata-se de uma "revolução cultural", empreendida de forma entusiástica como uma espécie de "cruzada rejuvenescedora". Como no caso de outras revoluções culturais, a verdadeira dimensão do desmantelamento só vai ser avaliada posteriormente.

O PEQUENO SALTO PARA TRÁS DO CHANCELER

Numa postagem em seu blog *Metapolítica 17*, logo após sua designação, o recentemente promovido diplomata tentava distinguir ideias de ideologia, consoante a consigna de presidente eleito de que ele

queria uma "política externa sem ideologia", e um comércio exterior idem (como se os dois anos de governo de transição, sob Temer, tivessem sido uma mera continuidade do lulopetismo diplomático). As ideias, segundo Ernesto Araújo, "são a essência viva da mente humana", ao passo que a ideologia seria "um sistema de manipulação do pensamento e das ideias em função de um objetivo de poder", o que pode ser lido exatamente como se procedeu, de forma similar, durante toda a campanha eleitoral de 2018. O chanceler designado alertava logo em seguida:

> Ao repudiar a ideologia, é preciso ter cuidado para não deixarmos de ter ideias. (...) Os brasileiros nos revoltamos contra a ideologia que nos dominou, aberta ou insidiosamente, por muito tempo, sob a forma do marxismo escancarado ou mais frequentemente do globalismo com suas várias vertentes. Agora, essa ideologia tenta metamorfosear-se para seguir dominando. Uma perigosa metamorfose ocorreria se, em nome do fim da ideologia, nos submetêssemos à proibição de pensar e de ter ideias ("Ideologia não, ideias sim", 16/11/2018[8]).

Exatamente um mês depois, a obra de desmantelamento já começava, antes mesmo da posse, ao anunciar, em um dos seus numerosos tuites, o repúdio ao pacto global da ONU sobre migrações: "imigração não deve ser tratado como questão global, mas sim de acordo com a soberania e a realidade de cada país". De forma não de todo incongruente com esse tipo de pensamento, a unidade do Itamaraty que cuidava de questões consulares e de imigração foi rebatizada para ser em defesa da soberania. Mais do que isso, um novo sentido foi atribuído à atividade altamente competitiva do agronegócio brasileiro, conforme anunciava um novo tuite em 21/12/2018: "O Brasil não deixará de

[8] https://www.metapoliticabrasil.com/blog/ideologia-não-ideias-sim

exportar frango e soja, carne e açúcar, mas passará a exportar também esperança e liberdade. O fato de ser uma potência agrícola não nos proíbe de ter ideais e de lutar por eles."

É bem verdade que essa revolução cultural nos assuntos da política externa já tinha sido anunciada desde o seu tortuoso e torturado artigo em defesa de Trump como defensor de um Ocidente em decadência, elaborado entre o final de 2016 e o primeiro semestre de 2017. Nele, o então aspirante a chanceler da revolução cultural prometida pelo patrono expatriado alinhava-se inteiramente à concepção que ele acredita ser a de Trump, segundo a qual este propõe "uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais." Numa contradição certamente dialética, para um Ocidente que só pode ser considerado de forma global, o então pretendente à cadeira de Rio Branco via o "nacionalismo como indissociável da essência do Ocidente", e que no centro desse Ocidente "está não uma doutrina econômica e política, mas o anseio por Deus, o Deus que age na história." A primeira tarefa de sua pequena revolução cultural era posta de forma clara: "O Brasil necessita refletir e definir se faz parte desse Ocidente".

Uma semana depois de ser confirmado pelo presidente eleito, Araújo, em uma entrevista concedida à *Gazeta do Povo* (26/11/2018), respondeu a uma questão sobre se também pretendia acabar com a ideologia em política externa, como havia anunciado o presidente em seu pronunciamento na noite da vitória. "Eu também quero. Essa é a principal missão que o presidente Bolsonaro me confiou: 'libertar o Itamaraty'." A mesma intenção foi proclamada duas ou três vezes depois disso, sempre no sentido de extirpar o "marxismo cultural" do Itamaraty e eliminar os resquícios da "ideologia" da política externa, presumivelmente apenas a dos lulopetistas e dos socialdemocratas.

Mao Tse-tung não teria outro propósito, mesmo se de outra forma: tanto no chamamento às "Cem Flores", aparentemente um projeto de abertura, lançado em 1956 para estimular o debate em torno dos caminhos da revolução – flores que, depois, foram devidamente ceifadas –, quanto no início da "Revolução Cultural", a intenção real era a de

identificar os capitalistas remanescentes, os burgueses disfarçados de revolucionários no seio do partido, os "revisionistas", os "desviacionistas", enfim, os inimigos do povo, para afastá-los do processo revolucionário. "Libertar o Itamaraty", na linguagem do chanceler, assume praticamente o mesmo propósito de limpar o terreno das ervas daninhas, como diria Mao, ou seja, corrigir aqueles que pretenderiam fazer do Brasil "um bom aluno na escola do globalismo", como proclamou em seu discurso de posse.

Mas esses propósitos grandiosos não deveriam ser limitados apenas ao Brasil. Num artigo publicado uma semana depois pela agência *Bloomberg*, o chanceler confirmava que, não apenas seus projetos, mas igualmente os do presidente, iam muito mais além do que simplesmente libertar o Itamaraty do lixo cultural do marxismo. A ideia, encarada como missão divina, seria a de levar a liberdade ao mundo:

> President Bolsonaro was not elected to take Brazil as he found it and to leave it there. He was not elected to take Brazilian foreign policy as he found it, to raise the flag of "pragmatism" perfunctorily, and go home. This is not what the Brazilian people—thinking, independent selves with their own passions and ideas, and not post-modern automata—want and deserve.
>
> Brazilian foreign policy must change: this is part of the people's sacred mandate entrusted to Jair Messias Bolsonaro. We are convinced that Brazil has a much larger role to play in the world than the one we currently attribute to ourselves.
>
> We want to promote freedom of thought and freedom of expression around the world. This is essential to promote any other sort of change and any other sort of freedom (Ernesto Araujo, "Bolsonaro Was Not Elected to Take Brazil as He Found It", *Bloomberg*, January 7, 2019[9]).

[9] https://www.bloomberg.com/opinion/authors/AQx9QQIN36U/ernesto-henrique-fraga-araujo

A ideia de "libertar o povo" e de levar essa liberdade ao mundo é profundamente autoritária em sua essência, compatível, portanto, com as demais "revoluções culturais" empreendidas no mundo por ideólogos do tipo dos já analisados por Paul Johnson em seu livro sobre os intelectuais (1989). Johnson, que efetivamente empreende o trabalho histórico sem qualquer ideologia, e que não pretende impor seu conservadorismo católico aos leitores, apenas discorre sobre a história de modo muito humilde, como demonstrado em seu *Modern Times* (1983). Ele crê que o estudo da história é um poderoso antídoto contra a arrogância dos intelectuais e dos populistas. A pretexto da defesa das liberdades – como também pretende o atual chanceler – ou da promoção do bem-estar do povo, a mais frequente das alegações, graves crimes são cometidos pelos que detêm o poder, ou intentam conquistá-lo por vias não democráticas. O chanceler, que aprecia citações bíblicas, deveria se inspirar em Mateus (7:16), que sabiamente aconselha: "Cuidado com os falsos profetas".

Em seu discurso de posse, como já o havia feito o presidente Bolsonaro, ele preferiu citar um versículo de São João: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará". Curioso que mesmo citando liberdade em grego (*eleuthería*), e em latim (*libertas*), ele voltou a confirmar que iria "libertar o Itamaraty"; se supõe que seja de alguma prisão na qual os diplomatas estejam encerrados. Essa prisão, a julgar pelas repetidas palavras messiânicas, estaria sendo paradoxalmente construída pela "ordem global internacional", aquela mesma na qual os diplomatas são supostos atuar e no seio da qual vão defender os interesses nacionais. Mas o nacionalismo ao qual o chanceler promete adesão é aquele de Trump, que está apenas interessado em defender egoisticamente os interesses de seu próprio país, começando por impor salvaguardas abusivas contra produtos de outros países, inclusive do próprio Brasil.

Indiferente a essas medidas, que atingiram profundamente interesses setoriais de várias indústrias brasileiras – e que podem ainda se prolongar se a guerra comercial travada contra a China redundar numa recessão mundial – o chanceler continua a proclamar que "não estamos aqui para trabalhar pela ordem global". Essa ordem global, tão desprezada por Trump e aparentemente pelo chanceler, é a única que poderia vir em socorro de países como o Brasil, em face do arbítrio dos

poderosos, como justamente está ocorrendo com o "demolidor" da ordem global que é o presidente americano. Essa adesão do titular da diplomacia brasileira a práticas que contrariam radicalmente os interesses nacionais do Brasil não é a menor das contradições do chanceler, mas é uma das que revela mais claramente a pequena revolução cultural em direção ao retrocesso que nos promete a atual administração do Itamaraty.

A REVOLUÇÃO CULTURAL NA PRÁTICA

Uma avaliação ponderada da fase inicial da administração Bolsonaro na área da política externa pode ser feita em dois planos: o formal, que é o da diplomacia enquanto instrumento governamental de atuação do Brasil em suas relações exteriores, e o substantivo, que é o conteúdo mesmo da política externa, tal como determinada pelo Presidente da República e implementada pelos seus auxiliares da área. No contexto da verdadeira revolução cultural que parece atingir – este é o termo que cabe explicitar– tanto a diplomacia quanto a política externa do governo Bolsonaro, tudo indica existir uma perfeita identidade entre conceitos e práticas.

Nem sempre foi assim, tendo em vista as fronteiras nem sempre muito claras entre o discurso oficial e a prática concreta, tanto nos temas da política doméstica, quanto nos assuntos de política externa. Em geral, discursos de autoridades pretendem uma perfeita consonância com os interesses mais amplos da população, da nação como um todo, quando, na verdade, os dirigentes estão agindo sob influência de interesses partidários – ou seja, de apenas uma parte da sociedade –, quando não numa colusão com o poder econômico, isto é, os tradicionais lobbies setoriais, que financiam os mesmos políticos em atuação no governo. Em outros termos, fala-se uma coisa, pratica-se outra, como parece ser habitual na transição entre a campanha e o exercício do poder.

No caso do governo Bolsonaro, o que se constata, em primeiro lugar, é o caráter inédito tanto da diplomacia quanto da política externa,

com respeito a padrões históricos da diplomacia e da política externa, ou se quisermos, posturas mais tradicionais, num e noutro terreno. No primeiro aspecto, o formal, assistiu-se, em primeiro lugar a uma espécie de "revolução cultural" na organização do aparelho diplomático, com uma quebra generalizada de hierarquia, expressa na substituição dos antigos subsecretários-gerais (nove embaixadores anteriormente, ou seja, ministros de primeira classe, com experiência de postos no exterior) por sete novos secretários, geralmente ministros de segunda classe, que passaram a chefiar embaixadores, como chefes de departamento, que, no mais das vezes, pertencem a um estrato geracional superior ao do próprio chanceler; na linguagem dos militares trata-se de "coronéis mandando em generais". O próprio chanceler é alguém comumente chamado de *junior ambassador*, ou seja, alguém que nunca exerceu chefia de posto no exterior.

Essa revolução cultural também se traduziu numa completa reorganização do Itamaraty, em sua estrutura funcional, o que poderia ser benéfico em termos de ajustes nos processos de trabalho, mas que no caso foi conduzida de forma autoritária, sem qualquer consulta à própria Casa, o que também é inédito na história do Itamaraty. Divisões foram extintas, novas foram criadas, todas elas renomeadas, para satisfazer um pouco secreto desejo de inovação, o que implicou na substituição de centenas de plaquetas de identificação de setores, áreas e salas, com um alto grau de arbítrio, próprio ao chanceler designado.

O tratamento dos assuntos relativos aos Estados Unidos, por exemplo, que antes estava integrado ao Departamento da América do Norte (do qual ele próprio tinha sido o chefe, nos dois anos anteriores), passou a desfrutar de um departamento exclusivo, ao passo que toda a Europa – considerada um "vazio cultural", naquele artigo bizarro do então candidato a chanceler– foi relegada a um único departamento na Secretaria de Negociações Bilaterais com o Oriente Médio, a Europa e a África, o que certamente deve ter deixado os europeus bastante descontentes. Talvez seja por isso que muitos embaixadores europeus tenham procurado interlocução bem mais com o vice-presidente do que com o próprio chanceler, ou o secretário geral do Itamaraty. Essa é a

revolução cultural organizacional, feita pelo alto, ou *von Oben*, como diria o próprio chanceler.

No plano substantivo, o que se observou foi uma outra formidável revolução copernicana nos fundamentos e princípios da política externa, que deixou a tradicional postura equilibrada seguida durante décadas em favor de uma aliança estreita, não com os Estados Unidos propriamente, ou o seu governo, mas com a figura do presidente Trump. Talvez neste caso o chanceler formalmente designado tenha sido menos importante na inversão de tendência do que a própria família Bolsonaro, em primeiro lugar aquele que já foi designado como o "chanceler paralelo", e que talvez seja o chanceler efetivo, ou pelo menos principal: o atual presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Nesse quadro, no governo aparentemente compartilhado da família Bolsonaro, podemos até afirmar a existência de uma identidade não perfeita, mas bastante coerente, entre: de um lado, as ideias (se existem), as crenças (certamente existem, sobretudo religiosas), os preconceitos (estes são mais abundantes), algum desconhecimento quanto à substância da política externa e muito amadorismo (também presentes), em suma, os conceitos; e, de outro lado, as práticas, certamente inusitadas, praticamente inéditas, no âmbito do que passa por política externa nacional, mas que é apenas uma manifestação prática de certa metafísica contrabandeada para o governo (vinda da mesma fonte que alimenta certos repentes "filosóficos" no âmbito familiar). De fato, a despeito da dissociação esperada entre discursos otimistas e realidades mais prosaicas, como é usual em quase todos os governos normais, no governo diferente da bolsonarismo aplicado existe essa associação entre conceitos e práticas, como amplamente revelado nos primeiros meses do governo. Surpresas não faltaram em decorrência desses novos princípios que passaram a fundamentar certos gestos dos dirigentes diplomáticos.

Um dos que prontamente apareceu como inusitado, foi o que o representante do povo brasileiro, ocupante da presidência da Comissão de Relações Exteriores, exibiu na sua primeira viagem oficial aos EUA, quando proclamou a improvável adesão de "todo o povo brasileiro" ao projeto do presidente americano de construir um muro na fronteira com o

México, ao mesmo tempo em que classificava como "vergonha" a existência de tantos imigrantes brasileiros ilegais nos EUA. Trata-se, propriamente de uma usurpação do seu mandado, e o presidente da CREDN-CD talvez não saiba que esses trabalhadores brasileiros criam riqueza nos EUA e a remetem ao Brasil – vários bilhões de dólares por ano –, o que é um aporte significativo em nossa balança de transações correntes, sob a forma de transferências unilaterais, ou seja, sem contrapartidas. O próprio pai, na primeira viagem oficial ao mesmo país, chegou a sugerir que muitos brasileiros ali residentes, legal ou ilegalmente, talvez não tivessem "boas intenções" em relação aos Estados Unidos, tendo de se desculpar posteriormente em vista da enorme repercussão negativa que tiveram suas palavras.

Uma outra revolução na política externa vem sendo contida, controlada e propriamente tutelada pelos militares membros do governo, que têm atuado como verdadeiros diplomatas, ao contrário do chanceler, cuja adesão ao aventureirismo eleitoral de Trump, no caso da Venezuela, beira a intervenção nos assuntos internos de outro Estado, o que colide não só com a nossa Constituição (artigo 4º), como também com princípios consagrados do direito internacional. Esse comitê de tutela militar sobre o chanceler também se exerceu precocemente, no primeiro dia de governo, quando da inacreditável aceitação de um projeto de base militar americana no Brasil, prontamente e cabalmente rejeitada pelo ministro da Defesa e pelos demais militares. Numa segunda reunião do Grupo de Lima, para tratar do caso da Venezuela, o vice-presidente teve de assumir a chefia da delegação brasileira para evitar extravasamentos desse tipo.

Existem ainda vários outros aspectos bizarros na política externa do novo governo, como essa luta insana contra o monstro metafísico do "globalismo", uma fantasmagoria sem qualquer fundamento na realidade, mas que foi inculcada no atual chanceler – que a ela aderiu provavelmente de maneira oportunista – por aquele que já foi chamado de "sofista da Virgínia" e de "Rasputin de subúrbio"; não obstante o caráter nitidamente conspiratório dessa alucinação diplomática, o Itamaraty chegou inclusive a organizar um seminário sobre as ameaças do globalismo. Outras iniciativas ainda mais danosas para a imagem, e

os interesses, do Brasil no exterior, por exemplo em relação a Israel ou à China, também foram contidas, revertidas ou minimizadas, por mentes mais sensatas da atual administração ou fora dela, bem como na comunidade de negócios, da parte dos próprios chineses ou sob responsabilidade dos militares do governo. As ameaças persistem, embora os lobbies econômicos tenham se esforçado para desempenhar aquele papel de "minimização de danos".

De forma geral, nos primeiros meses da administração Bolsonaro coexistiram iniciativas certamente inéditas no terreno da diplomacia e da política externa, sem que preocupações cruciais com respeito ao papel do Brasil no tocante à agenda externa – na integração comercial, na reforma do Mercosul, no tratamento do meio ambiente, em matéria de direitos humanos, em geral no respeito aos valores e princípios caros à nossa tradição diplomática – tenham sido sequer tocados em termos de planejamento ou de ações diplomáticas visando à maior inserção do Brasil na economia global justamente. O Itamaraty permanece em grande medida paralisado pelas coisas estranhas que vem ocorrendo na Casa de Rio Branco desde o início de 2019, e não parece perto de enveredar pelo dinamismo conhecido em tempos mais amenos de exercício normal de sua diplomacia profissional.

Se durante o lulopetismo, tivemos o que pode ser chamado de "diplomacia partidária", a do partido hegemônico, e que levou o Brasil a alinhar-se com algumas das mais execráveis ditaduras do continente ou alhures, nos tempos que correm se passou a contar, ao que parece, com uma espécie de "diplomacia familiar", feita de preconceitos mal informados, de alianças com lideranças da extrema direita europeia, de iniciativas francamente bizarras e de vários outros erros na seleção de prioridades para a agenda diplomática nacional, inciativas voluntaristas e carentes de qualquer exame técnico mais acurado, que podem custar caro ao Brasil, se efetivamente implementadas, nos meses e anos à nossa frente. Um consenso parece estar se formando na chamada comunidade epistêmica de relações internacionais do Brasil, no sentido em que os aspectos mais "heterodoxos" da atual diplomacia e na política externa precisam ser contidos, e talvez revertidos, em benefício do próprio Brasil e no de seu atual governo.

Em política externa, como na interna, tudo depende dos resultados efetivos, mas, num julgamento preliminar, os resultados registrados até aqui – a aliança com Trump, a escolha de apenas um lado nos difíceis problemas do Oriente Médio, ademais de outras opções altamente divergentes com respeito à memória histórica da diplomacia profissional do Brasil – são bastante preocupantes para os que vivem nessa comunidade setorial. Se a presente revolução cultural continuar o seu curso, a imagem do Brasil no exterior poderá ser irremediavelmente prejudicada, com repercussões negativas para os interesses concretos da economia nacional, assim como diversos projetos cooperativos com os quais existe colaboração acadêmica ou científica com base em valores que não parecem ser os atualmente partilhados pela equipe dirigente. A China demorou um largo tempo para recuperar-se dos estragos de sua "revolução cultural"; espera-se que o Brasil não venha a sofrer proporcionalmente com a revolução cultural em curso em diversas esferas da administração pública.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Por que sou um contrarianista?

ÚLTIMAS PALAVRAS: POR QUE SOU UM CONTRARIANISTA?

No contexto do imenso supermercado de ideias, que todos nós frequentamos na vida acadêmica, na vida profissional, ou em qualquer outro tipo de situação social ou de condição pessoal – e em face de todas as ofertas de ideias, ideologias, opções políticas, filosóficas, religiosas, ou quaisquer outras que são oferecidas nas estantes abertas e nas geladeiras fechadas desses estabelecimentos, em sua variedade infinita, e com produtos sempre renovados, alguns até atraentes e "novedosos" –, confesso que a postura que melhor se enquadra em minhas preferências pessoais, a que melhor combina com meu modo de ser, com a minha maneira de encarar o mundo, o ceticismo sadio me parece ser a mais adequada a meu espírito rebelde. Já explico do que se trata, mas, antes, uma outra digressão sobre minhas opções preferidas no supermercado de ideias.

Considero-me não apenas um cético – mas não doentio, como pode revelar o adjetivo sadio –, mas sobretudo um contrarianista, condição que deve ser vista não como o equivalente de algo próximo a um negativista sistemático, mas justamente como o complemento, talvez radical, de minha atitude básica em favor do ceticismo sadio. O contrarianista é aquele que, apresentado a qualquer argumento, afirmação, lição, tese, hipótese ou defesa de tal ou qual postura ou proposta, levanta o dedo e diz de imediato: "Espere um pouco, vamos examinar essa questão mais de perto". Ou então: "Certo, mas vamos considerar o que poderia desmentir tal afirmação, vamos examinar em quais circunstâncias sua proposta pode ser válida, ou se existem elementos que a contestem, ou invalidem". Resumindo, pode ser algo próximo da frase em inglês que diz: "Think again". Ou seja, pense duas vezes, antes de concretizar sua proposta ou de validar a sua afirmação. Desse ponto de vista, minha postura ao considerar-me um contrarianista corrobora, de certa forma, minha opção pelo ceticismo sadio.

Os dois parágrafos acima querem simplesmente dizer que eu nunca vou "comprar" um produto, no supermercado de ideias, sem antes

examinar cuidadosamente seus componentes, proceder a uma análise, mesmo rudimentar, de custo-benefício – isto é, o produto vale o que se pede por ele? –, pensar nas consequências de seu consumo ou utilização, e verificar se não existem produtos alternativos, que melhor se encaixem em minhas preferências de "consumidor", ou de aderente a uma ideia ou ideologia que se me oferece naquela feira livre de opiniões, no supermercado de ideias e ideologias. Tem sido assim desde os tempos remotos de minha formação intelectual, e antes em face de certas angústias religiosas, que se me apresentaram na catequese da primeira comunhão, antes, portanto, de adentrar na adolescência.

Desconfie sempre do que pretendem lhe fazer acreditar, foi essa a minha atitude precoce quando, vindo de um ambiente familiar marcado por uma adesão natural ao culto católico, fui levado a frequentar os bancos da igreja, onde eu simplesmente deveria decorar, e repetir, aquele conjunto de respostas simples, e simplistas, que deveriam nos preparar a uma santa primeira comunhão. Em resumo, primeiro me tornei um agnóstico – o que já quer dizer um cético –, depois fui sendo levado a uma postura de indiferença prática com respeito aos cultos religiosos, o que combina inteiramente com a minha definição no que tange essa questão: sou um irreligioso, ponto.

Atenção: isso não quer dizer ateu, pois o ateu é comumente definido como aquele que não crê em Deus, ou em qualquer deus. Isso não tem nada a ver com a minha posição em face dessa questão, que para mim é uma não-questão: a ideia de deus não faz o menor sentido para mim, não tem qualquer substância lógica, qualquer fundamento empírico, e portanto não posso considerar que se trate de uma questão de escolha, acreditar ou não acreditar. Devo essa primeira atitude contrarianista em relação à religião às minhas leituras de história e de ciências sociais em geral, que eu fazia na biblioteca pública de meu bairro desde que aprendi a ler na escola primária. Monteiro Lobato foi uma constante nessa fase, em especial o livro "História do Mundo para as Crianças", uma tradução e adaptação de obra original americana, que li várias vezes, e posso dizer que praticamente devorei e decorei o livro. Com ele, muitos outros desse autor, e quaisquer outras leituras

interessantes que se me apresentassem, em especial literatura de viagens e de aventuras, como Jules Verne, Emílio Salgari, Karl May.

A postura política, ou a filosofia social, ou ainda, a ideologia social veio depois, quando eu já tinha resolvido aquela primeira questão, e foi colocada simultaneamente ao golpe militar de 1964, quando eu entrava na adolescência e buscava, portanto, me informar melhor sobre o que estava acontecendo no país. Fui naturalmente levado a me posicionar contrariamente ao regime militar, depois de uma primeira e feliz adesão ao "golpe", que correspondia ao "alívio" que uma família de classe média baixa, como era a minha, podia sentir em face do término da grande bagunça, da ameaça inflacionista, do grevismo agressivo, que marcaram os anos turbulentos do governo João Goulart. Digo que fui "naturalmente levado" porque quase toda a literatura de cunho político a que se tinha acesso naqueles primeiros anos do regime militar, nos estabelecimentos de ensino em que convivi, ou tinha contatos, era predominantemente de esquerda, a despeito de um esforço sincero do governo, mas canhestro e mal apresentado, de convencer os brasileiros que eles tinham sido "salvos do comunismo".

Lembro-me, por exemplo de uma edição especial da revista americana, fartamente distribuída naqueles anos, Seleções do *Readers' Digest*, com a tradução em português de um longo artigo que se chamava algo assim: "A nação que se salvou a si mesma" (ou seja, os americanos não tinham nada a ver com o golpe). Os materiais da esquerda, por sua vez, asseguravam que "o golpe começou em Washington". Mesmo os jornalistas que, ao início se posicionaram a favor da intervenção militar, logo se colocaram em oposição ao regime, sem que eu percebesse imediatamente as razões. Também me lembro de ter lido, logo em 1965, uma seleção de artigos de Carlos Heitor Cony, "O Ato e o Fato", que já traduzia essa contrariedade com os caminhos do regime militar. Isso já era contemporâneo às minhas primeiras leituras de literatura marxista.

Pois bem, mesmo lendo já intensamente o material de esquerda disponível, de nível universitário (a que tive acesso precocemente, talvez dois ou três anos antes de ingressar no ensino de terceiro ciclo), eu nunca deixei de acompanhar o "outro lado", como se poderia dizer. Em outros termos, a despeito de ter sido conquistado, também precocemente, por

uma posição de esquerda, e de me ter familiarizado muito cedo toda a literatura marxista, eu nunca deixe de ler todas as críticas disponíveis ao marxismo, que também entravam em minha lista de leituras. Ou seja, ao lado de Marx e Lênin, eu lia Raymond Aron e Roberto Campos, o que me fez afirmar, desde muito cedo, que eu era um "marxista não religioso", ou seja, não aderente a um culto exclusivo.

Assim foi sendo construída minha formação intelectual, impregnada desde cedo de marxismo, ou de socialismo e, no entanto, aberta à leitura dos críticos inteligentes de "direita", como podiam ser considerados os dois acima citados. No plano prático, sendo um aderente a certas ideias, mas não um "true believer", nunca considerei me filiar a qualquer partido político de qualquer tendência que fosse, ainda que partilhasse de modo amplo das posições da esquerda, mas de uma esquerda não dogmática, não religiosa, como já afirmei. Sendo de esquerda, como estava convencido que era, sendo socialista pelo lado da ideologia econômica, nunca apreciei o sistema soviético, e menos ainda o ridículo das posições maoístas, que me pareciam justamente beirar um tipo de fanatismo religioso. Por leituras também precoces de Rosa Luxemburgo – uma crítica de esquerda do bolchevismo –, sempre tive objeção ao sistema opressivo construído pelos bolcheviques e mais rejeição ainda tinha às posturas ridículas dos maoístas brasileiros, que me pareciam uma seita tresloucada. No auge de minha adesão às posturas de esquerda, no máximo fui um defensor da Revolução cubana, como muitos jovens de esquerda de minha época, mas desde o final dos anos 1960 eu estava acompanhando o que se passava na ilha, a repressão aos intelectuais e a condenação praticamente stalinista de "dissidentes" do PCC, como a fração Escalante. Na verdade, eu também já tinha lido a biografia de Stalin, por Isaac Deutscher, um trotsquista, e não podia, obviamente, aderir a um psicopata exemplar, ainda que comunista.

Fui, portanto, aperfeiçoando a minha cultura política e econômica, com base num conjunto de leituras que eu chamaria de ecléticas, ou seja, pertencendo a todas as correntes de opinião e a todas as vertentes da teoria e do universo doutrinal das ideias políticas. Mais importante ainda: fui, desde muito cedo, um leitor constante de jornais, sobretudo do reacionário e burguês *O Estado de S. Paulo*, extremamente

interessante, ainda que de direita. Não perdia um suplemento cultural nos fins de semana, e lia todos os grandes artigos de opinião e ensaios eruditos, traduzidos, que eram publicados nas edições de domingo. E mais importante ainda: sempre fui um observador atento da realidade, mais do que um aderente ingênuo ao que lia nas páginas dos livros ou nas folhas de jornais. Viajante precoce no Brasil e no Cone Sul, também pude ver o Brasil e o mundo sob outras perspectivas que não as exclusivamente nacionais, e também me esforçava desde cedo para ler em outras línguas, com dicionário do lado.

Quando saí pela primeira vez do Brasil, ainda jovem estudante universitário, abandonando no segundo ano o curso de Ciências Sociais da famosa FFLCH da USP, fui direto ao socialismo – na então República da Tchecoslováquia –, decidido a continuar ali meus estudos. Começou ali mesmo a revisão também precoce de minhas crenças, se existiam, nas virtudes do socialismo: a experiência prática de um sistema fatalmente erigido sobre a utopia é o melhor antídoto que se possa ter contra qualquer adesão ingênua a credos a partir apenas da leitura dos profetas do culto. Abandonei o socialismo em menos de três meses, e me instalei por quase sete anos no capitalismo da Europa ocidental, para trabalhar e dar prosseguimento a meus estudos de ciências sociais. A primeira coisa que fiz quando retomei esses estudos na universidade de Bruxelas foi elaborar uma lista imensa de leituras, o que me levou a permanecer a maior parte do tempo na Biblioteca do Instituto de Sociologia. Foram anos e anos de contato direto com as estantes internas, graças à boa vontade das bibliotecárias.

Mantive, durante muitos anos, cadernos quadriculados para anotações de leituras, cada um dedicado a um campo do conhecimento: sociologia, antropologia, história, Brasil, e naturalmente marxismo. Ainda os conservo, embora minhas notas tenham sido retomadas no computador, desde que o equipamento esteve disponível, mas isso foi bem depois de terminar a tese de doutorado: esta foi feita inteiramente na máquina de escrever, uma elétrica, que me custou quase tanto quanto um carro usado.

Nunca deixei de viajar, por todos os capitalismos reais e socialismos surreais, o que é uma boa maneira de aprender, bem como

de desmentir, e recusar, afirmações desprovidas de qualquer fundamentação empírica, o que podia ocorrer de ambos os lados das ideologias então em disputa: as democracias burguesas e o capitalismo, de um lado, as repúblicas populares de sistemas socialistas, de outro. Não é preciso dizer o que resultou dessa confrontação direta, na teoria e na prática, entre os dois sistemas de crenças, ou de realidades. Depois de ter sido um socialista estatizante, tornei-me um socialista light, ou seja, reformista e alinhado com a socialdemocracia, até converter-me totalmente aos regimes de democracia de mercado e de livre economia. Mas isso não apenas teoricamente, o que também seria válido, mas basicamente em função de uma vivência direta, um conhecimento íntimo sobre como não funcionam os sistemas socialistas, e como podem ser obstrutores da criação de renda e riqueza os sistemas dominados pelo Estado.

O que explica o atraso do Brasil, o que está na origem dos nossos problemas e o que nos impede de nos tornarmos uma nação rica, uma economia avançada e uma sociedade próspera e aberta? Acho que nem preciso responder. O Brasil acaba de ser rebaixado, no mais recente relatório sobre as liberdades econômicas no mundo, à quarta categoria de países, aqueles que simplesmente não são livres, depois de ter estacionado durante anos na terceira categoria, os parcialmente não livres, o que é uma vergonha.

Por isso mesmo sou um contrarianista a tudo o que vejo em nosso país, e prefiro manter o meu ceticismo sadio a propósito de todas as políticas públicas implementadas em nosso país desde sempre, atualmente, e possivelmente no futuro também. O Brasil é, das supostas democracias de mercado o país mais "socialista" que existe, não tanto por um regime econômico estritamente definido, mas pelo peso do Estado, da burocracia, do corporativismo, do dirigismo, do intervencionismo, do protecionismo, das formas mais disformes de corporativismo, nepotismo, prebendalismo, fisiologismo, e vários outros ismos que, inevitavelmente, alimentam nossa frondosa e ativa corrupção, em todas as esferas da vida pública.

Isso vai mudar um dia? Possivelmente, mas não antes de uma revolução mental que nos retire dessa humilhante crença nas virtudes

supostamente distributivistas do Estado, e façam do Brasil um país simplesmente simpático à iniciativa privada, que nos remeta a um regime de amplas liberdades, em todas as esferas da vida pública, justamente. Vai ser difícil, reconheço, uma vez que as mentalidades dos formadores de opinião – acadêmicos, jornalistas, "intelequituais" em geral – estão amplamente comprometidas com uma visão do mundo dominada pela regulação estatal, pela "justiça social", pelo igualitarismo ingênuo, pelo anti-capitalismo visceral. É duro, mas é forço reconhecer que é assim.

Vou continuar defendendo meu ceticismo sadio, e sendo um contrarianista em todas as áreas de atividades que me forem concedidas atuar. Acho mais racional...

SOBRE O AUTOR

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

SOBRE O AUTOR



PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

Nasci em São Paulo, na exata metade do século XX, depois de uma primeira metade conhecida como a mais mortal de todas as épocas históricas anteriores. Por sorte (ou talvez, como diria Raymond Aron, graças à arma atômica, segundo o diagnóstico feito logo em 1947: "paz improvável, guerra impossível"), a minha geração, e as duas seguintes, não conhecemos nenhum novo conflito global, mas inúmeros, incontáveis conflitos parciais, guerras civis, guerras limitadas, sem mencionar uma imensa destruição econômica, inclusive no próprio Brasil, em função de governos irresponsáveis, líderes populistas, aventureiros políticos.

Creio que "aprendi" economia na prática, ao nascer numa família de baixa classe média, com pais que não dispunham sequer de primário completo, sem livros em casa, e tendo de trabalhar desde muito cedo (e gostaria de sublinhar: desde muito cedo).

Tive sorte de residir, mesmo numa casinha muito modesta, muito próximo de uma biblioteca pública infantil, onde passei toda a minha infância (mesmo antes de aprender a ler) e metade da primeira adolescência. Devo à Biblioteca Infantil Municipal Anne Frank os

melhores momentos de minha infância, tendo lido provavelmente tudo o que havia de disponível para um garoto sedento de novos saberes, como eu era. Depois, devo ao Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha, na primeira adolescência, tudo o que eu aprendi de importante, e que iria guiar a minha vida doravante. Foi ali que fui "apresentado" aos problemas de relações internacionais, quando ouvi o que me pareceu uma fascinante preleção de Oliveiros da Silva Ferreira sobre a crise dos mísseis soviéticos em Cuba, um ano ou dois depois da famosa confrontação russo-americana (1962) que levou o mundo ao limiar de um holocausto nuclear. Nos anos seguintes, aprendi de verdade economia nas páginas desse jornal reacionário que eu lia quase todos os dias, o Estadão, onde também aprendi a conhecer Raymond Aron e muitos outros luminares do melhor pensamento político do século XX.

Chegado ao século XXI, creio que posso fazer um balanço positivo de uma trajetória intelectual toda ela dedicada a ensinar aos mais jovens o que eu mesmo aprendi nos livros, na observação da realidade, em incontáveis viagens, em contato com pessoas mais espertas, mas sobretudo na reflexão ponderada com base em todas as metodologias anteriores. Viajei muito, li muito (não tanto quanto Carmen Lícia, minha adorável companheira de 40 anos, mas quase tanto) e sobretudo mantive uma atitude, em face de afirmações peremptórias e argumentos lidos e ouvidos, que aprendi muito jovem: ceticismo sadio. O que isso quer dizer? Nunca tome uma opinião, uma afirmação, mesmo um argumento de autoridade, pelo seu "valor face", mas procure perguntar: é isso mesmo?; por que?; tem fundamento?; quais as provas?; não seria de outra forma?; vamos examinar melhor...

O que eu gostaria de deixar, como memória, como recordação, como lição a mim mesmo ou aos outros, ao longo de uma vida dedicada aos estudos e aos escritos? Talvez apenas isto: aprendeu, refletiu, transmitiu conhecimentos, esforçou-se para tornar o mundo um pouco melhor do que aquele que recebeu dos pais e das gerações passadas. A certeza de ter contribuído com o meu quinhão de conhecimentos para a elevação espiritual da humanidade, ou pelo menos do Brasil, é uma das coisas mais gratificantes que tenho legítimo orgulho de exibir...

LIVROS E TRABALHOS DE PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

(A) Livros individuais (http://pralmeida.org/autor)

Contra a corrente: Ensaios contrarianistas sobre as relações internacionais do Brasil (2014-2018) (Curitiba: Appris, 2019, 247 p.; ISBN: 978-85-473-2798-9)

Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império (3ª edição; Brasília: Funag, 2017; 2 volumes; 964 p.; ISBN: 978-85-7631-675-6).

Nunca Antes na Diplomacia…: a política externa brasileira em tempos não convencionais (Curitiba: Appris, e-book, 2016; ISBN: 978-85-8192-429-8).

Révolutions bourgeoises et modernisation capitaliste: Démocratie et autoritarisme au Brésil (Sarrebruck: Éditions Universitaires Européennes, 2015, 496 p.; ISBN: 978-3-8416-7391-6).

Die brasilianische Diplomatie aus historischer Sicht: Essays über die Auslandsbeziehungen und Außenpolitik Brasiliens (Saarbrücken: Akademiker Verlag, 2015, 204 p.; Übersetzung aus dem Portugiesischen ins Deutsche: Ulrich Dressel; ISBN: 978-3-639-86648-3).

Nunca Antes na Diplomacia...: A política externa brasileira em tempos não convencionais (Curitiba: Appris, 2014, 289 p.; ISBN: 978-85-8192-429-8).

Integração Regional: uma introdução (São Paulo: Saraiva, 2013, 174 p.; ISBN: 978-85-02-19963-7).

Relações internacionais e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização (Rio de Janeiro: LTC, 2012, 309 p.; ISBN: 978-85-216-2001-3).

Globalizando: ensaios sobre a globalização e a antiglobalização (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, 272 p.; ISBN: 978-85-375-0875-6).

O Moderno Príncipe (Maquiavel revisitado) (Brasília: Senado Federal, 2010, 195 p.; ISBN: 978-85-7018-343-9).

O Moderno Príncipe: Maquiavel revisitado (Rio de Janeiro: Freitas Bastos, edição eletrônica, 2009, 191 p.; ISBN: 978-85-99960-99-8).

O Estudo das Relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia (Brasília: LGE, 2006, 385 p.; ISBN: 85-7238-271-2).

Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império (2ª edição; São Paulo: Senac-SP, 2005, 680 pp., ISBN: 85-7359-210-9).

Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira (2ª ed.: revista, ampliada e atualizada; Porto Alegre: UFRGS, 2004, 440 p.; coleção Relações internacionais e integração nº 1; ISBN: 85-7025-738-4).

A Grande Mudança: consequências econômicas da transição política no Brasil (São Paulo: Códex, 2003, 200 p.; ISBN: 85-7594-005-8).

Une histoire du Brésil: pour comprendre le Brésil contemporain (avec Katia de Queiroz Mattoso; Paris: L'Harmattan, 2002, 142 p.; ISBN: 2-7475-1453-6).

Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas (São Paulo: Paz e Terra, 2002, 286 p.; ISBN: 85-219-0435-5).

Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império (São Paulo: Senac, 2001, 680 pp.; ISBN: 85-7359-210-9).

Le Mercosud: un marché commun pour l'Amérique du Sud, Paris: L'Harmattan, 2000, 160 p.; ISBN: 2-7384-9350-5).

O estudo das relações internacionais do Brasil (São Paulo: Universidade São Marcos, 1999, 300 p.; ISBN: 85-86022-23-3).

O Brasil e o multilateralismo econômico (Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, 328 p.; ISBN: 85-7348-093-9).

Velhos e novos manifestos: o socialismo na era da globalização (São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999, 96 p.; ISBN: 85-7441-022-5).

Mercosul: Fundamentos e Perspectivas (São Paulo: LTr, 1998, 160 p.; ISBN: 85-7322-548-3).

Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização (Porto Alegre: UFRGS, 1998, 360 p.; ISBN: 85-7025-455-5).

O Mercosul no contexto regional e internacional (São Paulo: Aduaneiras, 1993, 204 p.; ISBN: 85-7129-098-9)

(B) Organização, edição (http://pralmeida.org/editados)

Roberto Campos, *A Constituição Contra o Brasil: ensaios de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988* (São Paulo: LVM, 2018, 448 p.; ISBN: 978-85-93751-39-4).

Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro, Sérgio Eduardo Moreira Lima; Paulo Roberto de Almeida; Rogério de Souza Farias (organizadores); Brasília: Funag, 2017, 2 volumes, disponíveis na Biblioteca Digital da Funag).

O Homem que Pensou o Brasil: *trajetória intelectual de Roberto Campos* (Curitiba: Appris, 2017, 373 p.; ISBN: 978-85-473-0485-0).

Carlos Delgado de Carvalho: *História Diplomática do Brasil* (Brasília: Senado Federal, 2016, 504 p.; ISBN: 978-85-7018-696-6).

The Drama of Brazilian Politics: From 1814 to 2015 (with Ted Goertzel; Amazon Digital Services; 2015, 278 p.; ISBN: 978-1-4951-2981-0).

Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências (com Rubens Antonio Barbosa; São Paulo: Saraiva, 2016, 326 p.; edição digital; ISBN: 978-85-0212-208-6).

Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil: coleções documentais sobre o Brasil nos Estados Unidos (com Rubens Antônio Barbosa e Francisco Rogido Fins; Brasília: Funag, 2010, 244 p.; ISBN: 978-85-7631-274-1).

Envisioning Brazil: a Guide to Brazilian Studies in the United States, 1945-2000 (with Marshall C. Eakin; Madison: Wisconsin University Press, 2005, 536 p.; ISBN: 0-299-20770-6).

Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências (com Rubens Antonio Barbosa; São Paulo: Saraiva, 2005, 328 p.; ISBN: 978-85-02-05385-4).

O Brasil dos Brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000 (com Marshall C. Eakin e Rubens Antônio Barbosa; São Paulo: Paz e Terra, 2002; ISBN: 85-219-0441-X).

Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social (São Paulo: LTr, 1999, com Yves Chaloult).

Carlos Delgado de Carvalho: *História Diplomática do Brasil* (edição fac-similar: Brasília: Senado Federal, 1998; Coleção Memória brasileira n. 13; 420 p.).

José Manoel Cardoso de Oliveira: *Actos Diplomaticos do Brasil: tratados do periodo colonial e varios documentos desde 1492* (edição fac-similar, publicada na coleção "Memória Brasileira" do Senado Federal; Brasília: Senado Federal, 1997; 2 vols.; Volume I: 1493 a 1870; Volume II: 1871 a 1912).

Mercosul: Textos Básicos (Brasília: IPRI-Fundação Alexandre de Gusmão, 1992, Coleção Integração Regional nº 1)

(C) Colaboração a obras coletivas (http://pralmeida.org/capitulos)

(D) Teses e dissertações (http://pralmeida.org/teses-e-dissertacoes)

(E) Outros livros, edições do autor (http://pralmeida.org/outros-livros)

(F) Trabalhos publicados (http://pralmeida.org/publicados)

(G) Lista de trabalhos originais (http://pralmeida.org/originais)

(H) Seleção de trabalhos

"Uma seleção de trabalhos sobre a política externa brasileira na era Lula: 2002-2016", Brasília, 6 junho 2016, 13 p. Listagem seletiva dos trabalhos mais importantes, inéditos e publicados, produzidos no período em apreço em temas da diplomacia e do sistema político brasileiro. Disponível no blog *Diplomatizzando* (http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2016/06/a-politica-externa-brasileira-na-era.html) e na plataforma Academia.edu (link: https://www.academia.edu/26393585/Trabalhos_PRA_sobre_a_politica_externa_brasileira_na_era_Lula_2002-2016_).

"Dez Regras Modernas de Diplomacia", Chicago, 22 julho 2001; São Paulo-Miami-Washington 12 agosto 2001, 6 p; Ensaio breve sobre novas regras da diplomacia. Blog *Diplomatizzando* (link: http://diplomatizzando.blogspot.com/2015/08/dez-regras-modernas-de-diplomacia-paulo.html).

"A caminho de Ítaca", Brasília, 18 outubro 2004, 7 p. Ensaio sobre como e por que sou professor. *Diplomatizzando* (link: http://diplomatizzando.blogspot.com/2015/10/a-caminho-de-itaca-como-e-por-que-sou.html).

"Por que leio tanto? e Meus 'métodos' de leitura...", Brasília, 18 dezembro 2005, 3 p. Dois textos sequenciais sobre leituras e métodos. Blog Diplomatizzando (link: http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2016/05/por-que-leio-tanto-meus-metodos-de.html).

"Retrato do diplomata, quando maduramente reflexivo", Brasília, 31 dezembro 2006, 5 p. Reflexões pessoais em torno de uma vida dedicada aos livros e ao estudo. Blog *Diplomatizzando* (link:

http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2006/12/679-retrato-do-diplomata-quando.html).

2615. "Por que escrevo? (1) e (2)", Hartford, 6 e 7 Junho 2014, 6+7 p. Ensaio inspirado no artigo de título similar "Why I write", de George Orwell, in: *A Collection of Essays* (New York: Harbrace Paperbound Library, 1953; p. 309-316). Blog *Diplomatizzando* (link: https://diplomatizzando.blogspot.com/2019/01/por-que-escrevo-1-e-2-inspirado-em.html).

"Uma vida entre dois séculos: um balanço retrospectivo", Anápolis, 26 dezembro 2015, 9 p. Avaliação do itinerário intelectual percorrido e de parte da produção realizada, nos terrenos profissional e acadêmico, de modo qualitativo. Blog *Diplomatizzando* (link: http://www.diplomatizzando.blogspot.com.br/2015/12/uma-vida-entre-dois-seculos-um-balanco.html).

"Uma carreira diplomática: Paulo Roberto de Almeida", Brasília, 11-27 maio 2016, 16 p. Entrevista redigida para o site "Diplowife, Diplolife". Transcrito no blog *Diplomatizzando* (http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2016/05/entrevista-sobre-carreira-atividades.html).

"Considerações sobre o caráter efêmero das memórias, e das funções públicas (inspiradas em Chateaubriand)", Brasília, 27 junho, 7 e 20 agosto 2016, 6 p. Notas reflexivas ao assumir funções como diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, subordinado à Funag. Divulgado no blog *Diplomatizzando* (link: https://diplomatizzando.blogspot.com/2018/10/paulo-roberto-de-almeida-sobre.html).

"O lulopetismo diplomático: um experimento exótico no Itamaraty", Porto Alegre, 4 setembro 2016, 5 p. Considerações sobre um parêntese bizarro na trajetória da política externa brasileira. Postado em Academia.edu (7/09/2016; link:

https://www.academia.edu/s/e8880aed7d/teoria-geral-do-lulopetismo-o-lulopetismo-diplomatico).

"O poder das ideias como alavanca estratégica na reconstrução da nação: uma reflexão pessoal sobre o Brasil em transição", Brasília, 16-17 novembro 2016, 10 p. Alocução no painel sobre "os centros de estudos político-estratégicos e os *think tanks* no Brasil", da III Jornada de Estudos Estratégicos da Defesa, Comando Militar do Planalto. Divulgado no blog *Diplomatizzando* (17/11/2016; link: http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2016/11/iii-jornada-de-estudos-estrategicos-de.html).

"Como atravessar o deserto (e permanecer digno ao fim e ao cabo)", Brasília, 18 dezembro 2016, 7 p. Divulgado no blog *Diplomatizzando* (link: http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2016/12/como-atravessar-o-deserto-e-permanecer.html) e na plataforma Academia.edu (link: http://www.academia.edu/30511412/3066_Como_atravessar_o_deserto_e_permanecer_digno_ao_fim_e_ao_cabo_2016_).

"Alguns desafios ao Brasil e à sua política externa: notas de leitura", Brasília, 11 março 2017, 19 p. Análise crítica dos capítulos conceituais da publicação resumida no trabalho n. 3084: Spektor, Matias (editor executivo): *10 Desafios da Política Externa Brasileira* (Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais; Fundação Konrad Adenauer, 2016, 144p.). Disponível na plataforma Academia.edu (23/05/2017; link: https://www.academia.edu/s/fc4d6e3a75/alguns-desafios-ao-brasil-e-a-sua-politica-externa-notas-de-leitura).

"Crimes econômicos do lulopetismo na frente externa", Brasília, 12 maio 2017, 7 p. Resenha do livro de Fabio Zanini, *Euforia e fracasso do Brasil grande: política externa e multinacionais brasileiras na era Lula* (São Paulo: Contexto, 2017, 224 p.; ISBN: 978-85-7244-988-5); divulgado no blog *Diplomatizzando* (link:

http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2017/05/crimes-economicos-do-lulopetismo-na.html).

Quinze anos de política externa: ensaios sobre a diplomacia brasileira, 2002-2017; Brasília: Edição do Autor, 2017, 366 p. Disponível em Academia.edu (link: https://www.academia.edu/33186849/QUINZE_ANOS_DE_POLITICA_EXTERNA_ENSAIOS_SOBRE_A_DIPLOMACIA_BRASILEIRA_2002-2017).

"Uma visão crítica da política externa brasileira: a da SAE-SG/PR", Brasília, 17 junho 2017, 22 p. Considerações críticas sobre documento da SAE, em torno de uma "grande estratégia" para o Brasil. Postado em Academia.edu (link: https://www.academia.edu/s/28ae2de83d/uma-visao-critica-da-politica-externa-brasileira-a-da-sae-sgpr?source=link).

"Perspectivas da política externa em um Brasil em redefinição", Brasília, Lisboa, 22-26 junho 2017, 7 p. Notas para mesa redonda no 5º. encontro da ABRI em Belo Horizonte, em 27 de julho. Postado no blog Diplomatizzando (26/07/2017; link: https://diplomatizzando.blogspot.com.br/2017/07/perspectivas-da-politica-externa-em-um.html).

"Retomada do trabalho no Itamaraty, depois de 13 anos de regime companheiro: um relatório das atividades desde a volta do exterior", Brasília, 6 agosto 2017, 21 p. Disponível na plataforma Academia.edu (link: https://www.academia.edu/34143789/Retomada_do_trabalho_no_Itamaraty_depois_de_13_anos_de_regime_companheiro_um_relatorio_das_atividades_desde_a_volta_do_exterior).

Eleições presidenciais no Brasil: Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira, 1985-2018, Brasília, 25 janeiro 2018,

299 p. Compilação de artigos, ensaios e postagens sobre a interface da política externa com o sistema político, publicados e inéditos. Postada na plataforma Academia.edu (link: https://www.academia.edu/s/01644a871c/eleicoes-presidenciais-no-brasil-arelacoes-internacionais-politica-externa-e-diplomacia-brasileira-1985-2018).

Estrutura Constitucional e Interface Internacional do Brasil: Relações internacionais, política externa e Constituição, Brasília, 29 janeiro 2018, 146 p. Compilação seletiva de ensaios sobre essa temática, elaborados como complemento ao livro *Parlamento e Política Externa* (1996); disponível em Academia.edu (link: https://www.academia.edu/35779830/Estrutura_constitucional_e_interface_internacional_do_Brasil).

"Evolução histórica da política externa brasileira: palestra na ESG", Brasília, 31 maio 2018, 19 p. Texto-guia para palestra, a convite, no Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED) da Escola Superior de Guerra, Núcleo de Brasília, no dia 6 de junho de 2018. Disponibilizado na plataforma Academia.edu (link: https://www.academia.edu/s/03f50492cf/evolucao-historica-da-politica-externa-brasileira-palestra-na-esg).

"Por que sou um contrarianista?", Porto Alegre a Santa Maria, 9 novembro 2018, 6 p. Digressões biográficas sobre minha atitude básica, baseada no ceticismo sadio, que me faz não ser um aderente a qualquer ideia ou ideologia fechada. Blog *Diplomatizzando* (link: https://diplomatizzando.blogspot.com/2018/11/por-que-sou-um-contrarianista-paulo.html).

"Relatório de Atividades como Diretor do IPRI de 2016 a 2018", Brasília, 24 dezembro 2018, 27 p. Resumo geral de dois anos e meio de eventos: Total: 2016=38; 2017=74; 2018=102; total=214.

Disponibilizado em Academia.edu (link: https://www.academia.edu/s/e66d6c1639/relatorio-do-ipri-diretor-paulo-roberto-de-almeida-2016-2018).

"Roberto Campos e a utopia constitucional brasileira", Brasília, 23 fevereiro 2019, 36 p. Texto introdutório ao livro de Paulo Roberto de Almeida (org.), Roberto Campos, *A Constituição Contra o Brasil: ensaios de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988* (São Paulo: LVM, 2018). Disponível em Academia.edu (link: http://www.academia.edu/38422710/3414RobertoCamposUtopiaConstitucional.pdf).

"Rubens Ferreira de Mello: o primeiro tratado brasileiro de direito diplomático", Brasília, 3 março 2019, 20 p. Contribuição à obra coletiva dirigida pelo Consultor Jurídico do Itamaraty, George Galindo, sobre "História do direito internacional no Brasil: entre universalismo, localismo e identidades". Disponível em Academia.edu (link: https://www.academia.edu/s/6481fda87f/rubens-ferreira-de-mello-o-primeiro-tratado-brasileiro-de-direito-diplomatico-1948).

"Diplomates brésiliens dans les lettres et les humanités", Brasília, 19 fevereiro 2019, 8 p. Ensaio sobre os diplomatas escritores no Brasil, para colóquio. Postado em Academia.edu (link: https://www.academia.edu/s/d1a565519e/diplomates-bresiliens-dans-les-lettres-et-les-humanites-2019).

"Crônica de um novo limbo? De volta ao deserto na diplomacia", Brasília, 13 maio 2019, 2 p. Nota sobre o novo retorno a um exílio involuntário; reflexões sobre o encerramento de uma etapa e o início de outra. Divulgado no blog *Diplomatizzando* (link: (http://diplomatizzando.blogspot.com.br/2016/07/cronica-final-de-um-limbo-imaginario.html).

"Brazil and the 1919 peace negotiations: a newcomer among the greats", Brasília, 7-16 june 2019, 21 p. Paper prepared for the *Peace Making after the First World War, 1919-1923* Conference, 27-28 June at The National Archives, London. Disponível na plataforma Academia.edu (link: https://www.academia.edu/s/d498fd2bfa/brazil-and-the-1919-peace-negotiations-a-newcomer-among-the-greats-2019).

Obra em preparação: *Meio Século de Aventuras Intelectuais: escritos sobre o Brasil e o mundo, 1968-2018* (2019).

Contato com o autor:

Paulo Roberto de Almeida

www.pralmeida.org; pralmeida@me.com

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

COLEÇÃO COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção "Comunicação & Políticas Públicas" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 100 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção "Comunicação & Políticas Públicas"

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

☎ + 55 (95) 981235533 / ✉ nupsbooks@gmail.com

www.livroeletronico.net